

## MESTRADO EM TURISMO

Especialização em Gestão Estratégica de Destinos Turísticos

Dissertação

A gestão eficiente dos principais recursos naturais e turísticos da  
Ilha do Pico face à sua capacidade de carga

Samuel Luís Santos Labath Morisson de Oliveira

Estoril, outubro de 2018



## MESTRADO EM TURISMO

### Especialização em Gestão Estratégica de Destinos Turísticos

A gestão eficiente dos principais recursos naturais e turísticos da Ilha do Pico face à sua capacidade de carga

Samuel Luís Santos Labath Morisson de Oliveira

Orientador: Professor Doutor Francisco António dos Santos da Silva

Dissertação apresentada à Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril para a obtenção do Grau de Mestre, tendo como Júri das Provas:

Professor Doutor Jorge Abrantes (Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril) na qualidade de Presidente do Júri

Professor Doutor Paulo Filipe da Rosa (Professor Adjunto - Escola Superior de Desporto de Rio Maior - Instituto Politécnico de Santarém) na qualidade de arguente

Professor Doutor Francisco António dos Santos da Silva (Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril) na qualidade de Orientador

Estoril, outubro de 2018



## **AGRADECIMENTOS**

Desejo expressar a minha profunda gratidão, ao meu orientador Professor Doutor Francisco Silva, por todas as vezes que me auxiliou e aconselhou, sempre com um rigor científico e uma audácia reconfortante e esperançosa.

Meus sinceros agradecimentos a todo o universo de entrevistados que se disponibilizaram a cooperar, e que tornaram esta dissertação uma realidade.

Às diversas entidades que facultaram dados importantes e que, indubitavelmente, fizeram parte dos intervenientes que tornaram esta dissertação mais completa e enriquecedora.

Aos meus verdadeiros amigos pelo companheirismo, pelas palavras de apoio, compreensão e motivação, nos momentos de maior fragilidade.

Por fim, e não menos importante, os meus agradecimentos vão para os meus pais, pelo apoio incondicional, pelo incentivo incansável, pelo amor que sempre demonstraram em cada ajuda prestada e, sobretudo, pela força insaciável nos momentos mais turbulentos e incertos, ao longo de todo este percurso.

Aos Açores, ao Pico e à família.

## ÍNDICE GERAL

<b>Agradecimentos .....</b>	<b>v</b>
<b>Índice geral.....</b>	<b>vi</b>
<b>Índice de figuras.....</b>	<b>ix</b>
<b>Índice de quadros.....</b>	<b>x</b>
<b>Resumo .....</b>	<b>xii</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>xiii</b>
<b>Lista de siglas, acrónimos e abreviaturas .....</b>	<b>xiv</b>
<b>1 Introdução .....</b>	<b>1</b>
1.1 Enquadramento geral .....	1
1.2 Problemática da investigação.....	2
1.3 Objetivos da investigação .....	3
1.4 Abordagem metodológica.....	4
1.5 Estrutura e organização de trabalho .....	5
<b>2 Turismo na natureza: potencialidades, destinos e gestão de impactes.....</b>	<b>7</b>
2.1 Turismo na natureza e de aventura em alternativa ao turismo de massas.....	7
2.2 Turismo e ambiente.....	15
2.2.1 Os impactes do turismo num contexto global .....	15
2.2.2 Turismo responsável.....	19
2.2.3 Instrumentos de planeamento e gestão territorial .....	22
2.2.4 Análise contemporânea: desenvolvimento sustentável - ideologia ou solução? ...	27
2.3 Observação de cetáceos e o montanhismo no contexto do turismo na natureza e de aventura.....	33
2.3.1 Observação de cetáceos .....	33
2.3.2 Montanhismo (Turismo de montanha) .....	35
2.4 Modelos de capacidade de carga.....	37
2.4.1 A origem e a sua evolução.....	37

2.4.2	Principais modelos de capacidade de carga.....	38
2.4.3	Modelo de Cifuentes.....	41
<b>3</b>	<b>Estudo do caso: Ilha do Pico .....</b>	<b>48</b>
3.1	Caraterização do território .....	48
3.2	Contexto socioeconómico do destino Pico .....	50
3.3	Ilha do Pico como destino turístico.....	51
3.3.1	Contextualização da oferta e da procura.....	51
3.3.2	Caraterização dos visitantes .....	61
3.3.3	Regulamentação e capacidade de carga - Montanha do Pico .....	62
3.3.4	Regulamentação e capacidade de carga – Observação de cetáceos.....	64
<b>4</b>	<b>Metodologia da investigação .....</b>	<b>67</b>
4.1	Abordagem conceitual da investigação.....	67
4.2	O questionário da entrevista.....	69
4.3	Aplicação da entrevista .....	70
4.4	Tratamento e análise da informação .....	70
<b>5</b>	<b>Apresentação e análise de resultados .....</b>	<b>71</b>
5.1	Enquadramento .....	71
5.2	Entrevistas.....	71
5.3	Síntese da análise das entrevistas.....	85
5.4	Contributos para o desenvolvimento sustentado das atividades em estudo .....	86
<b>6</b>	<b>Conclusões e recomendações.....</b>	<b>89</b>
6.1	Análise crítica aos pressupostos formulados .....	89
6.2	Análise conclusiva .....	90
6.3	Limitações do estudo e proposta de desenvolvimento .....	92
	<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>94</b>
	<b>Anexos.....</b>	<b>108</b>

Anexo I – Organograma de serviços e preços prestados pelas empresas de observação de cetáceos a operar no Pico .....	108
Anexo II – Taxas de acesso à montanha (artº 9º Portaria 52/2018).....	109
Anexo III - Evolução legislativa referente à atividade de observação de cetáceos na Região Autónoma dos Açores.....	111
Anexo IV – Entrevista .....	112



## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1   Esquema representativo da estrutura da dissertação .....	5
Figura 2   Produtos turísticos relacionados com o turismo na natureza.....	11
Figura 3   Segmentação do produto turismo na natureza.....	12
Figura 4   Impacte do turismo, segundo Mathieson e Wall .....	16
Figura 5   Processo de planeamento .....	24
Figura 6   Modelo sistemático de turismo de Leiper .....	25
Figura 7   Geração de capacidades competitivas rumo ao desenvolvimento turístico sustentável .....	31
Figura 8   Cronologia dos modelos de determinação da capacidade de carga em áreas naturais protegidas .....	39
Figura 9   Arquipélago dos Açores .....	48
Figura 10   Ilha do Pico .....	49
Figura 11   Zonas de observação de cetáceos nos Açores .....	52
Figura 12   Distribuição do golfinho-comum observados em 2018 (até 31/08/2018) na zona A	53
Figura 13   Distribuição dos avistamentos de cachalotes, da baleia comum e da baleia azul 2018 (até 31/08/2018) na zona A .....	54
Figura 14   Clientes da atividade de observação de cetáceos na região, reportados à Direção Regional do Turismo, pelas empresas licenciadas para a atividade.....	54
Figura 15   Clientes da atividade de observação de cetáceos na zona A, por nacionalidades, reportados à Direção Regional do Turismo, pelas empresas licenciadas para a atividade .....	57
Figura 16   Trilho de Acesso à montanha do Pico.....	58
Figura 17   Distribuição mensal dos visitantes da montanha do Pico de 2013 a 2017 .....	59
Figura 18   Distribuição dos visitantes da montanha do Pico de 2013 a 2017 por nacionalidade	60
Figura 19   Regras de aproximação das embarcações aos animais marinhos a observar .....	66
Figura 20   Grupos do universo a entrevistar e a sua abrangência.....	69

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1   Definições de turismo na natureza.....	8
Quadro 2   Definição do setor Turismo de Natureza .....	13
Quadro 3   Perfis consumidores de turismo de natureza.....	13
Quadro 4   Principais atividades de animação e desportos na natureza.....	15
Quadro 5   Impactes económicos positivos e negativos do turismo .....	16
Quadro 6   Quadro resumo dos impactes sociais positivos e negativos do turismo .....	17
Quadro 7   Quadro resumo dos impactes físicos e ambientais positivos e negativos do turismo	17
Quadro 8   Os três pilares de sustentabilidade do turismo .....	29
Quadro 9   Relação entre o grau de inclinação do solo e o seu potencial nível de erosão.....	44
Quadro 10   Classificação do nível de dificuldade do trilho face ao grau de declive do solo .....	45
Quadro 11   Evolução do rácio entre nº turistas e o nº clientes da observação de cetáceos nas ilhas de São Miguel e ilhas do triângulo, nos anos de 2011, 2016 e 2017.....	55
Quadro 12   Clientes da atividade de observação de cetáceos na zona A, por nacionalidades, reportados à Direção Regional do Turismo, pelas empresas licenciadas para a atividade .....	56
Quadro 13   Visitantes da montanha do Pico - 2012 a 2017.....	58
Quadro 14   Visitantes da montanha do Pico de 2013 a 2017 por meses .....	59
Quadro 15   Evolução do número de turistas da ilha do Pico entre 2011 e 2017 .....	61
Quadro 16   Relação entre os turistas no Pico e o número de visitantes da montanha (2012 a 2017) .....	61
Quadro 17   Historial dos diplomas Legislativos que regularam o acesso à montanha do Pico..	62
Quadro 18   Regulamento de acesso à montanha do Pico a partir de 1 de junho de 2018.....	63
Quadro 19   Principais regras de conduta na observação de cetáceos .....	65
Quadro 20   Entrevistados no âmbito da análise da evolução do turismo na natureza na ilha do Pico.....	68
Quadro 21   Entidades e organismos entrevistados neste trabalho .....	71
Quadro 22   Organismos institucionais com competências nas áreas do planeamento e gestão do turismo na natureza .....	72
Quadro 23   Empresas privadas que exercem atividades de animação turística alicerçadas no turismo na natureza e aventura.....	73
Quadro 24   Organismos independentes de gestão ambiental .....	74
Quadro 25   Entidades com competências nas áreas do planeamento e gestão do turismo na natureza .....	75
Quadro 26   Empresas privadas que exercem atividades de animação turística alicerçadas no turismo na natureza e aventura.....	77
Quadro 27   Organismos independentes de gestão ambiental .....	78

Quadro 28   Organismos institucionais com competências nas áreas do planeamento e gestão do turismo na natureza e aventura.....	80
Quadro 29   Empresas privadas que exercem atividades de animação turística alicerçadas no turismo na natureza e aventura.....	82
Quadro 30   Organismos independentes de gestão ambiental .....	83
Quadro 31   Empresas privadas que exercem atividades de animação turística alicerçadas no turismo na natureza e aventura.....	84

## RESUMO

A presente dissertação tem como principal objetivo estudar e responder às questões relativas à definição e gestão da capacidade de carga turística afeta aos principais recursos naturais que suportam alguns produtos turísticos específicos, com particular aplicação à subida da montanha do Pico e à observação de cetáceos na Ilha do Pico.

A abordagem inicia-se com o desenvolvimento do quadro teórico conceptual e metodológico relativo ao desenvolvimento sustentável da atividade turística, com destaque para o turismo na natureza e a gestão da capacidade de carga, numa perspectiva de planeamento e de gestão estratégica.

Com esta investigação pretende-se aferir os benefícios que a valorização do produto turismo na natureza e de aventura acarreta, suportado por um modelo de desenvolvimento responsável, e definir estratégias e ações para a sua viabilização, considerando a sua sustentabilidade ecológica, económica e sociocultural.

A partir da revisão bibliográfica e da aplicação de entrevistas semiestruturadas a um conjunto de *stakeholders* da região, foi possível chegar a um conjunto de propostas que visam melhorar a gestão dessas atividades e recursos. Os resultados permitem ainda colocar em questão a necessidade de alteração, ou não, dos atuais limites de capacidade de carga.

**Palavras-chave:** Capacidade de carga; Turismo na natureza; Turismo responsável; Ilha do Pico; Planeamento turístico.

## **ABSTRACT**

The main goal of this dissertation is to study and answer the questions related to the definition and management of tourist carrying capacity affecting the main natural resources that support some specific tourist products, with particular application to climbing Pico mountain and to the observation of cetaceans in Pico island.

The approach begins with the development of the conceptual and methodological framework for the sustainable development of tourist activity, with emphasis on tourism in nature and carrying capacity management, from a planning and strategic management perspective.

The aim of this research is to assess the benefits that the tourism value of the product in nature and adventure entails, supported by a responsible development model, and to define strategies and actions for its viability, considering its ecological, economic and socio-cultural sustainability.

Based on the bibliographic review and the application of semi-structured interviews to a group of stakeholders in the region, it was possible to reach a set of proposals that aim to improve the management of these activities and resources. The results also allow to question the need to change the current limits of carrying capacity.

**Keywords:** Carrying capacity; Nature-based tourism; Responsible tourism; Tourism planning; Pico Island.

## **LISTA DE SIGLAS, ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS**

**CMMAD** | Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento

**DL** | Decreto-lei

**DLR** | Decreto Legislativo Regional (Açores)

**DRA** | Direção Regional do Ambiente (Governo Regional dos Açores)

**DRAM** | Direção Regional dos Assuntos do Mar (Governo Regional dos Açores)

**DRT** | Direção Regional de Turismo (Governo Regional dos Açores)

**ICRT** | International conferences on responsible tourism in destinations

**IFAW** | International Fund for Animal welfare

**IWC** | International Whaling Commission

**LBOTU** | Lei de Bases de Política de ordenamento do território e de Urbanismo

**MEI** | Ministério da Economia e Inovação

**OMT** | Organização Mundial de Turismo

**ONGS** | Organizações não-governamentais

**PENT** | Plano Estratégico Nacional do Turismo

**POTRAA** | Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores

**PROT** | Plano Regional de Ordenamento do Território

**RAA** | Região Autónoma dos Açores

**RCM** | Resolução do Conselho de Ministros

**RJIGT** | Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

**SREA** | Serviço Regional de Estatística dos Açores

**TRTP** | The Responsible Tourism Partnership (Declaração da Cidade do Cabo)

**UIOOT** | União Internacional de Organismos Oficiais de Turismo

**UN** | United Nations

**UNWTO** | United Nations World Tourism Organization / World Tourism Organization

# 1 INTRODUÇÃO

*Investigação no âmbito de um paradigma deve ser uma forma particularmente eficaz de induzir mudança de paradigma.*

Thomas Kuhn (1962: 78)

## 1.1 ENQUADRAMENTO GERAL

Todas as atividades humanas originam impactes sobre o território e as populações nas quais se desenvolvem e o turismo não é uma exceção. Para atenuar os impactes negativos e promover um desenvolvimento mais sustentado do turismo torna-se essencial apostar no planeamento e ordenamento do território desenvolvendo instrumentos que permitam assegurar a devida articulação dos vários instrumentos ligados à governança territorial, partindo de uma abordagem macro e geral, para uma setorial e regional, ou mesmo local, mas devidamente articuladas (Hall, 2008; Silva, 2017).

O crescimento da atividade turística, acrescido da sua difusão territorial, torna ainda mais relevante a necessidade de os destinos apostarem em políticas e instrumentos adequados de governança territorial (Umbelino, 2017). A pressão turística e a capacidade de carga é geograficamente muito distinta, sendo que os destinos periféricos e de baixa densidade populacional são particularmente sensíveis a esses fatores, sendo esse o caso dos Açores que, para além disso, lida, dentro do seu território, com diferentes realidades, com a pressão turística a concentrar-se particularmente na ilha de São Miguel, responsável por cerca de 71% das dormidas em estabelecimentos hoteleiros dos Açores em 2016 (Silva, 2017).

Contudo, outros territórios menos procurados tendem a estar sobre pressão crescente, como é o caso do sub-destino constituído pelas ilhas do Triângulo: Faial, Pico e São Jorge (IPDT, 2016).

Numa fase de particular crescimento do turismo nos Açores, que tem nos últimos dois anos (2015 e 2016) batido recordes de crescimento, em torno dos 20% ao ano (Silva, 2017), e os atuais dados parecem vir a confirmar tal evolução para 2017 (SREA, 2017), importa dar crescente acuidade aos potenciais impactes da atividade turística.

É dentro desta problemática, decorrente de uma avaliação da evolução do processo de desenvolvimento de um destino turístico relativamente frágil, que se insere este estudo desenvolvido no âmbito de uma dissertação de mestrado. Com o mesmo, pretende-se sistematizar dados e informação que permita apresentar contributos para se analisar a pertinência e métodos

de definição da capacidade de carga turística dos principais recursos naturais e turísticos de uma das ilhas açorianas com maior potencial turístico e que apresenta oferta de produtos turísticos associados à natureza e com grande qualidade e identidade com o território (IPDT, 2016).

A escolha deste tema de estudo deriva tanto pela pertinência do tema, como por motivos de cariz profissional, já que o autor tem fortes raízes no território em estudo e pretende dar um contributo para a discussão e valorização do turismo na região que cumpra os melhores critérios de sustentabilidade. A estes motivos acrescem os de ordem pessoal, designadamente o ser natural dos Açores, ter uma empatia muito especial pela ilha do Pico e ser um adepto do turismo na natureza e um grande defensor do meio ambiente e da sua preservação.

O desenvolvimento do turismo dos Açores, e mais concretamente na ilha do Pico, é algo relativamente recente e pouco consolidado, mas com um potencial de crescimento indiscutível motivo que torna atrativo o estudo das suas potencialidades e limitações (Silva, 2013). Estes aspetos reforçam o desafio que este trabalho encerra, mas são simultaneamente fator de motivação para o desenvolvimento deste estudo.

## **1.2 PROBLEMÁTICA DA INVESTIGAÇÃO**

A atividade turística na ilha do Pico caracteriza-se pela sua vertente de turismo da natureza alicerçado na componente da observação de cetáceos (ou *whale watching*), do turismo de montanha e do turismo em espaço rural (Silva e Almeida, 2013).

A presente dissertação debruça-se sobre as potencialidades e a sustentabilidade daquelas duas primeiras componentes da atividade turística. Sendo o turismo na natureza o principal produto e imagem de marca dos Açores (Decreto Legislativo Regional n.º 38/2008/A; MEI, 2012; IPDT, 2016), torna-se imperioso que se analise o estado da arte na ilha do Pico, particularmente no que se refere aos principais recursos e serviços associados ao turismo na natureza, como são o caso da subida à Montanha do Pico e da observação de cetáceos.

Este estudo terá como base a atual realidade da gestão turística destes produtos na ilha do Pico, em articulação com a análise das tendências e melhores práticas a nível internacional, que pretendem dar resposta ao atual paradigma entre a defesa da sustentabilidade e o crescente aumento da pressão turística. A partir destes pontos, pretende-se chegar a propostas que visem valorizar a gestão do destino, contribuindo simultaneamente para melhorar a qualidade destes segmentos integrados no produto turismo na natureza e reforçar a sua sustentabilidade. Neste sentido, considerou-se a seguinte pergunta de partida:



**Qual a importância em se apostar num modelo de gestão responsável que inclua a definição e implementação de limites de capacidade de carga turística, (re)adequados e aplicados, aos seus sistemas mais sensíveis e atividades com maior impacto económico, para se promover o desenvolvimento sustentável de destinos de grande valor natural, como é o caso da ilha do Pico?**

Perante as considerações apresentadas e definida a pergunta de partida foram consideradas as seguintes premissas:

- Os destinos insulares de pequena dimensão são territórios particularmente vulneráveis, onde a resiliência e a vulnerabilidade apresentam especial importância;
- O turismo na natureza é o principal produto turístico dos Açores, sendo de destacar para a ilha do Pico a subida à montanha e a observação de cetáceos;
- A crescente procura turística vem reforçar a necessidade de implementar medidas para assegurar uma maior sustentabilidade da atividade turística;
- As atividades de subida à montanha do Pico e de observação de cetáceos são particularmente sensíveis ao incremento da pressão turística e apresentam uma capacidade de carga limitada.

### **1.3 OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO**

Em articulação com a pergunta de partida anteriormente definida, identifica-se como objetivo principal deste estudo **analisar e apresentar contributos para a gestão do turismo na natureza, em particular dos segmentos da subida à montanha e de observação de cetáceos na ilha do Pico, tendo como particular enfoque na definição e gestão da capacidade de carga.**

A partir destes objetivos principais interligam-se os seguintes objetivos específicos:

- Realizar o levantamento do estado de arte em torno das temáticas referentes ao turismo na natureza, sustentabilidade turística e gestão de capacidade de carga;
- Caracterizar o destino turístico referente à Região Autónoma dos Açores (RAA) e particularmente à ilha do Pico;
- Analisar e descrever os recursos e serviços afetos à oferta e procura dos segmentos da subida à montanha do Pico e da observação de cetáceos, como polos dinamizadores do turismo na natureza na ilha do Pico;
- Auscultar, com recurso a entrevistas, vários dos principais *stakeholders* associados ao planeamento, ordenamento e gestão turística dos Açores e à oferta de serviços de

animação turística, sobre a sua perceção, disponibilidade e interesse com referência às temáticas da sustentabilidade da atividade, bem como os seus contributos para uma melhor e mais eficiente aplicação das atuais, ou novas normas de conduta e capacidades de carga, associadas à atividade da subida à montanha do Pico e à observação de cetáceos;

- Apresentar medidas e iniciativas no campo da sustentabilidade dos recursos, que permitam um controlo mais eficaz nas normas de visitação vigentes e alterações às regras de conduta em vigor, no sentido de torná-las mais eficientes e sustentáveis.

#### **1.4 ABORDAGEM METODOLÓGICA**

A estrutura metodológica da dissertação basear-se-á em três fases: (i) rutura; (ii) construção; e (iii) verificação, segundo as etapas do procedimento científico apresentadas por Quivy e Campenhoudt (1998). Concomitantemente, face à problemática de estudo e aos objetivos definidos, optou-se por uma abordagem metodológica focada nos seguintes parâmetros:

- Revisão literária sobre turismo na natureza e de aventura, turismo responsável, capacidade de carga turística e desenvolvimento sustentável;
- Caracterização do território em estudo e das suas fragilidades e potencialidades turísticas, relacionadas com a atividade de turismo na natureza e de aventura e observação de cetáceos;
- Investigação empírica com auscultação, via entrevista, a vários dos principais *stakeholders* associados ao planeamento e gestão turística e que exercem a sua atividade na ilha do Pico, na área da observação de cetáceos e do turismo de montanha;
- Apresentação de propostas integradas, segundo um modelo holístico, que visem valorizar de forma sustentável a atividade de observação de cetáceos e do turismo de montanha como polos principais do desenvolvimento da atividade turística da Ilha do Pico.

## 1.5 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DE TRABALHO

A presente dissertação encontra-se dividida em seis capítulos (Figura 1).

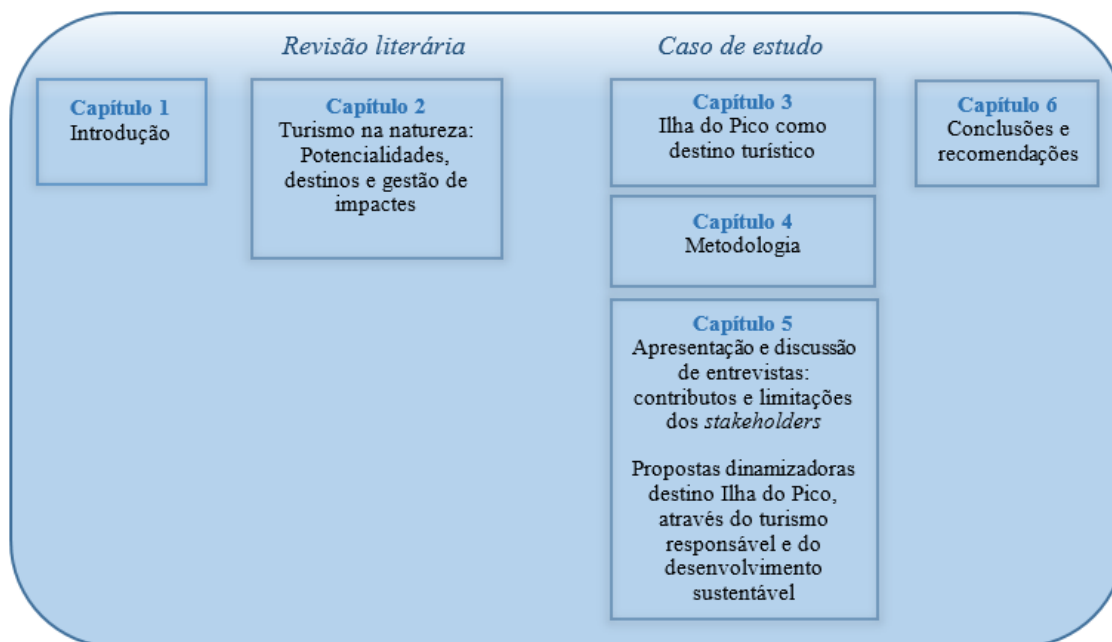


Figura 1 | Esquema representativo da estrutura da dissertação

Na introdução (capítulo 1) procede-se ao enquadramento geral do trabalho à problemática da investigação, seus objetivos, abordagem metodológica e respetiva organização.

A revisão literária ocupará o capítulo 2 onde se apresentam os conteúdos associados ao enquadramento teórico da dissertação. O presente capítulo, e de modo a tornar mais perceptível o enquadramento teórico dos conteúdos versados no trabalho, subdividir-se-á em 4 subcapítulos. O primeiro versando a temática do turismo na natureza e de aventura em alternativa a um turismo de massas, o segundo abordando a temática do turismo versus preservação ambiental, o terceiro focando-se nas atividades associadas ao montanhismo e à observação de cetáceos e finalmente, o subcapítulo 4 dedicado à análise dos diversos modelos de capacidade de carga associados à temática do turismo na natureza.

O caso de estudo do presente trabalho ocupará os capítulos 3 a 5 que se organizarão do seguinte modo:

- Capítulo 3 onde se caracteriza o território, o estado atual dos sectores de observação de cetáceos e montanhismo na área de estudo as suas potencialidades e limitações;
- No capítulo 4 apresentar-se-á a metodologia referente á parte empírica da investigação;

- Os resultados das entrevistas ocuparão o capítulo 5 procedendo-se, em simultâneo, à sua análise e interpretação, complementada com a apresentação de propostas que visam contribuir para o desenvolvimento responsável da atividade turística e das atividades de observação de cetáceos e de subida à montanha, em particular.

No último capítulo apresenta-se uma síntese final do trabalho, expondo as principais conclusões decorrentes do estudo, bem como, as contribuições, limitações e linhas de orientação para a realização de outros projetos de investigação no âmbito desta temática.

## 2 TURISMO NA NATUREZA: POTENCIALIDADES, DESTINOS E GESTÃO DE IMPACTES

*Na natureza, a luz cria a cor; na fotografia, a cor cria luz. Cada tom de cor emana uma luz muito característica - nenhum substituto é possível.*

Hans Hofmann (1880-1966)

### 2.1 TURISMO NA NATUREZA E DE AVENTURA EM ALTERNATIVA AO TURISMO DE MASSAS

O comportamento do mercado turístico tem vindo, nas últimas décadas, a sofrer alterações profundas, surgindo cada vez mais turistas que buscam na natureza a fuga ao *stress* do seu dia-a-dia (Garcia, 2011). O mercado, como algo dinâmico, determina-se pelas motivações que os viajantes buscam nos destinos, verificando-se novas tendências, tanto do lado da oferta como da procura. O turista de natureza manifesta uma sensibilidade pelo meio ambiente, expondo a sua preocupação no uso adequado dos recursos ambientais (Garcia, 2011).

O turismo de natureza é apenas uma dimensão mais específica do turismo e da sua relação com o meio ambiente, dado que essa relação está presente em todas as formas de turismo, é impossível haver turismo sem uma relação com o meio ambiente (Ruschmann, 2008). O turismo na natureza é normalmente associado a todas as modalidades turísticas que se baseiam num contacto, mais ou menos direto, com o meio ambiente, sendo esse o ponto central da oferta turística e que se sintetiza na expressão "turismo em espaços naturais" (Vera *et al.*, 1997).

A terminologia utilizada para descrever este segmento do turismo é bastante diversificada, destacando-se as expressões «turismo na natureza, turismo natureza, turismo de natureza e turismo em espaços naturais». Estes termos são usados muitas vezes como sinónimos, porém podem também representar definições relativamente distintas. Existe ainda um leque de expressões que se interligam e que estão bastante relacionados com este segmento turístico nomeadamente: turismo ecológico, verde, de aventura, rural e ecoturismo.

Quanto à definição de turismo na (de) natureza, continua a não existir consenso nem uma definição internacionalmente aceite, existindo várias definições (vide Quadro 1) as quais, segundo Silva (2013), abarcam universos diferentes, verificando-se que umas se focam mais na componente territorial (visitação a áreas naturais), enquanto outras se focam mais na participação em atividades, ou em experiências que envolvem natureza e áreas naturais.

Quadro 1 | Definições de turismo na natureza (Fonte: Silva, 2013: 165)

Nelson Graburn,	O turismo na natureza é o turismo praticado em áreas predominantemente naturais, podendo ser dividido em turismo ecológico e ambiental.
Robert E. Lucas	Turismo na natureza é o turismo que é baseado na apreciação de áreas naturais e na observação da natureza e tem um baixo impacto ambiental.
Jan G. Laarman e Patrick B. Durst	Turismo na natureza é um tipo de atividade turística que contém três elementos específicos: educação, animação e aventura.
P. Valentine	Turismo na natureza está principalmente associado à fruição direta de algum fenómeno da natureza relativamente intacto.
Lang e O’Leary	Os turistas com base na natureza são os que viajam para áreas ou destinos naturais.
Turismo de Portugal e ICNF (DL n.º 47/99, de 16 de fevereiro; DL n.º 108/2009, de 15 de maio)	Turismo de natureza é o produto turístico composto por estabelecimentos, atividades e serviços de alojamento e animação turística e ambiental, realizados e prestados em zonas integradas na rede nacional de áreas protegidas, ou noutras áreas com valores naturais, desde que sejam reconhecidas como tal pelo ICNB [atual ICNF].
B. Mckercher	O turismo na natureza engloba o ecoturismo, turismo de aventura, turismo educacional e uma profusão de outros tipos de experiências proporcionadas pelo turismo ao ar livre e alternativo.
Dominique Macouin e Isabelle Pierre	Turismo de natureza é a forma de turismo em que a motivação principal é a observação e interpretação da natureza.
Turismo de Victoria (Australia)	Turismo na natureza é qualquer tipo de turismo que se baseie em experiências diretamente relacionadas com atrativos naturais.
P. Fredman, S. W. Reinius, e C. Lundberg	Turismo na natureza são as atividades humanas decorrentes da visitação de áreas naturais em lugares diferentes do ambiente habitual dos visitantes.
D. M. Bryden, S. R. Westbrook, B. Burns, W. A. Taylor e S. Anderson	Turismo na natureza na Escócia é considerado todo aquele que implica pernoita relacionada, no todo ou em parte, ao património natural da Escócia.

Segundo Silva e Carvalhinho (2017: 259),

*As definições de turismo na natureza “podem ser enquadradas em três grupos: i) as que enfatizam a componente territorial (visitação a áreas naturais); ii) as que focam a participação em atividades ou experiências relacionadas com atrativos naturais; e iii) as que valorizam a componente relacionada com a sustentabilidade.”*

Considerando-se importante clarificar qual a definição utilizada neste estudo, optou-se pela que apresenta o turismo na natureza como sendo “constituído por qualquer tipo de turismo que consista na visitação de territórios predominantemente naturais, com o objetivo de apreciar e fruir da natureza ou na prática de atividades e experiências diretamente relacionadas com os recursos naturais” (Silva 2013: 165).

Um olhar mais atento sobre os estudos que se vêm realizando em torno deste segmento do turismo, permite-nos identificar dois pontos comuns invocados na maioria das definições deste tipo de

turismo: as referências ao espaço natural e o fato de se integrar atividades associadas ao conceito de recreio e férias ativas.

O perfil de mercado psicográfico deste tipo de turista caracteriza-se por ser um consumidor “verde”, sensível a culturas locais, consciente das questões ambientais, da justiça social e das suas decisões, independente, aventureiro, preferindo itinerários flexíveis e espontâneos (Garcia, 2011). Este tipo de turista está disponível para se levantar muito cedo e tem gosto em desfrutar da natureza, foge à massificação e busca com o contacto com a natureza melhorar o seu bem-estar e a qualidade de vida. É um turista que avalia, prévia e cuidadosamente, os produtos turísticos procurando experiências desafiantes e autênticas. Muitos também desejam contribuir para um impacto positivo no destino e são motivados para a aprendizagem e a autorrealização (Garcia, 2011). Assim, este tipo de turista tem como motivação principal, usufruir da natureza, interagindo e vivendo experiências, realizando atividades, desportivas e/ou de contemplação da natureza.

Opondo-se à hegemonia do turismo de massas (turismo convencional) que se caracteriza pelo seu desenvolvimento rápido e descontrolado, com uma visão de curto prazo e setorial onde os turistas geralmente viajam em grandes grupos, consumindo programas organizados e apresentam uma postura acomodada e passiva a que se associa uma forte sazonalidade e uma oferta estandardizada (Araújo, 2016), o turismo na natureza pretende assumir-se como garantia da conservação da natureza e respeitador do meio ambiente.

Nos países em que o turismo na natureza está mais associado ao ecoturismo e aos territórios com estatuto de áreas protegidas, procura-se reforçar a ligação deste produto turístico ao paradigma da sustentabilidade. Também os destinos que adotam uma noção de turismo de natureza mais alargada, procuram promover este produto como amigo do ambiente e enquadrado no turismo alternativo e de nichos (Silva, 2013). A crescente procura por práticas de turismo em espaços naturais é consequência da necessidade de fuga ao quotidiano e do retorno à natureza por parte das sociedades cosmopolitas, associada à autenticidade que estes territórios ainda preservam ao nível dos recursos naturais, histórico-arquitetónicos e culturais (Gavinho e Silva 2017).

Para Honey (2002, op. cit. Christ *et al.*, 2003: 4), o ecoturismo é mais do que simplesmente um nicho turístico “é uma filosofia, um conjunto de práticas e princípios que se devidamente entendido e aplicado, vai transformar a nossa forma de viajar”. Usualmente este nicho confunde-se com os conceitos de turismo sustentável ou responsável. Porém, este distingue-se por “se aplicar de forma privilegiada aos espaços naturais, enquanto a noção de turismo sustentável se aplica a todas as formas de turismo” (OMT 2002, op. cit. Silva 2013: 169).

Segundo Leidner (2004, op. cit. Silva 2013: 169), “em alguns países o ecoturismo é considerado como o turismo em áreas naturais protegidas”. Contudo, este produto turístico pode ocorrer em

qualquer espaço natural que esteja relativamente preservado. O ecoturismo tem liderado a introdução de práticas sustentáveis e, em simultâneo com o turismo de natureza, é um importante estímulo para a conservação ambiental, não só pela introdução de boas práticas ambientais, bem como por impulsionar diversas ações específicas com fins de conservação e proteção ambiental.

Apesar de se considerar o ecoturismo como um tipo de turismo sustentável, existem críticas que lhe podem ser feitas, visto que “(...) frequentemente os ecoturistas e turistas na natureza percorrem grandes distâncias para chegarem aos destinos para a prática deste tipo de turismo, sendo assim gerador de importante pegada ecológica” (Silva 2013: 169). Também, à escala local esses impactes negativos podem ser consideráveis, visto que a necessidade de construção de alojamentos e equipamentos de apoio para a passagem e presença de turistas gera sempre algum impacto. Deste modo, segundo Silva (2013), é preferível utilizar o termo turismo responsável que o de turismo sustentável, sendo turismo responsável o que se preocupa com a minimização dos impactes negativos e promoção dos positivos, e pode ser entendido como todas as visitas a espaços naturais com impactes aceitáveis que cumpram as restrições e regras de boas práticas definidas. Este autor defende que este conceito é mais amplo do que o de ecoturismo, que é limitado às práticas que tenham como fim o de desfrutar, estudar e apreciar a natureza e que incluam preocupações de conservação ou benefícios para as comunidades locais, sendo assim excluídas muitas atividades de animação e desporto na natureza. Assim sendo, é adequado segmentar o turismo de natureza em três grupos: (i) turismo de natureza; (ii) turismo na natureza responsável; e (iii) ecoturismo.

Devido à expansão e procura associada ao turismo na natureza, destacam-se alguns segmentos do ecoturismo e das atividades físicas na natureza, como sejam o turismo ativo, turismo de aventura ou turismo desportivo. Aqui apresentam-se um conjunto de conceitos que se cruzam, sendo pertinente, para este trabalho, esclarecer os conceitos em termos destas práticas turísticas.

A definição de turismo desportivo remete-nos para uma participação ativa ou passiva com fins competitivos, de manutenção da condição física de escape ou recreativos (OMT 2007, op. cit. Silva 2013: 175).

No que respeita à noção de turismo de aventura, esta é mais restrita assumindo-se como um nicho de turismo de natureza associado à prática de desportos de aventura. Porém, este conceito também possui alguma ambivalência, pois “aventura” pode ter conotações diferentes de pessoa para pessoa. No turismo de aventura “o turista busca um ambiente de risco e desafio e esforço físico, sendo a aventura frequentemente vivida como uma experiência intensa e excitante, com as pessoas a serem expostas a ambientes e situações desafiadoras que estimulam as emoções, o intelecto e a atividade física” (Swarbrooke *et al.*, 2003: op. cit. Silva, 2013: 175).



A segmentação do produto turismo na natureza é uma tarefa importante. Numa altura em que este segmento turístico ganha cada vez mais importância na economia das regiões, mas “também por ter importantes aplicações práticas no desenvolvimento de negócios, no marketing e na gestão da natureza” (Fredman *et al.*, 2009, op. cit. Silva 2013: 178), a sua segmentação em produtos, tipologias e motivações dos viajantes é uma área de estudo complexa e cada vez mais difícil (Buhalis 2000, op. cit. Silva 2013: 178). Relativamente à segmentação do produto com base nas atividades praticadas pelos turistas, podem identificar-se diferentes níveis de atividades sendo que no caso do produto de turismo na natureza, existem outros segmentos turísticos e produtos que se vão sobrepondo, conforme representado na figura 2, e em que o produto central é “turismo na natureza”, e os restantes produtos relacionados interligam-se e interagem entre si.

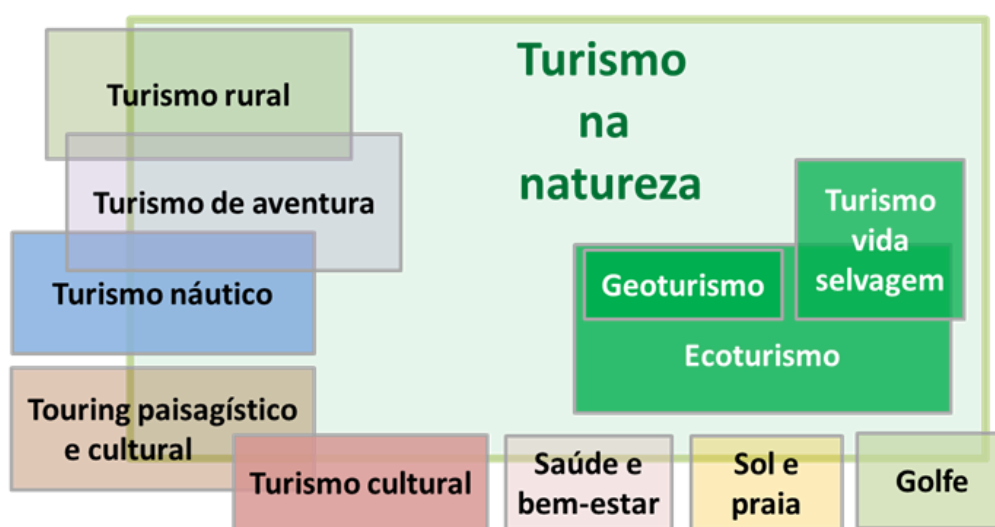


Figura 2 | Produtos turísticos relacionados com o turismo na natureza (Fonte: Silva, 2013: 178)

Existem diversas propostas de segmentação do produto turismo na natureza de que resultam conclusões muito díspares, derivadas da metodologia dos estudos, da complexidade do tema e do território analisado em concreto. De entre os diversos tratamentos dados à segmentação dos produtos e atividades associadas ao turismo na natureza destacamos a apresentada por Silva e Carvalhinho (2017) que se esquematiza na figura 3.

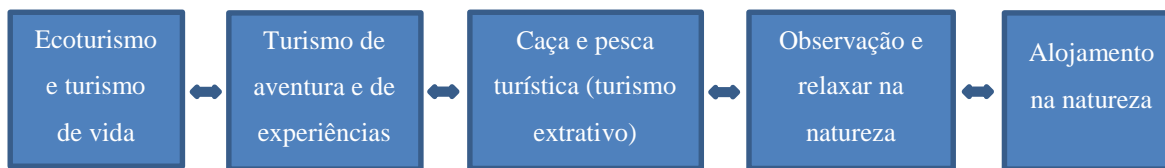


Figura 3 | Segmentação do produto turismo na natureza (Fonte: Silva e Carvalhinho, 2017: 260)

Segundo os autores, os diversos grupos de atividades reportados na figura 3 poderão ser subdivididos em segmentos ainda mais específicos, bem como: observação de flora e vida selvagem; geoturismo; turismo educativo na natureza; turismo de aventura; ecoturismo; turismo de experiências na natureza; turismo extrativo; circuitos turísticos paisagísticos e culturais; eventos na natureza; descansar e relaxar na natureza; alojamento na natureza e parques de diversão e de aventura na natureza.

Quanto à segmentação do turismo na natureza baseado no perfil dos turistas, destaca-se a apresentada por Plog (1987, op. cit. Silva, 2013: 180), que divide os turistas em aloccêntricos (aventureiros), mesocêntricos e psicocêntricos. Existem ainda outros autores como Mehmetoglu (2007, op cit. Silva, 2013: 180) e Villalobos-Céspedes *et al.* (2012, op cit. Silva, 2013: 180), que dividem os visitantes entre turistas passivos e ativos e Beedie e Hudson (2003, op cit. Silva, 2013: 180), GWU *et al.* (2010, op cit. Silva, 2013: 180), Laarman e Durst (1987, op. cit. Silva, 2013: 180) que subdividem o turista na natureza quanto ao seu perfil entre consumidores de natureza *soft* e *hard*.

Em geral, as diversas propostas de segmentação do turismo na natureza face ao perfil do visitante são demasiado abrangentes, não permitindo responder às novas dinâmicas da procura (Swarbrooke e Horner, 2007). De entre as propostas de subdivisão dos consumidores do turismo da natureza e face à motivação dos mesmos, destacamos a da THR (Asesores en Turismo Hotelería y Recreación, S.A.), que propõe para o Turismo de Portugal (THR, 2006), o conceito versado no quadro 2.

Quadro 2 | Definição do setor Turismo de Natureza (Fonte: THR, 2006: 9)

Motivação principal	Mercados
Viver experiências de grande valor simbólico, interagir e usufruir da Natureza	<b>Natureza soft</b> As experiências baseiam-se na prática de actividades ao ar livre de baixa intensidade (passeios, excursões, percursos pedestres, observação da fauna, etc.). Nota: Representa cerca de 80% do total de viagens de Natureza.
Actividades	<b>Natureza hard</b> As experiências relacionam-se com a prática de desportos na Natureza (rafting, kayaking, hiking, climbing, etc.) e/ou de actividades que requerem um elevado grau de concentração ou de conhecimento ( <i>birdwatching</i> , etc.). Nota: Este mercado representa cerca de 20% do total das viagens de Natureza.
Actividades desportivas Contemplação da Natureza Actividades de interesse especial	

A utilização da terminologia *soft* e *hard* associada ao turismo na natureza é aplicada principalmente para diferenciar o nível de aventura ou risco da atividade (Beedie e Hudson, 2003; GWU *et al.*, 2010; Laarman e Durst, 1987; SNV, 2009; Sung *et al.*, 2000, op. cit. Silva 2013: 180).

Os perfis dos consumidores destes dois tipos de turismo na natureza também são diferentes tal como apresentado no quadro 3.

Quadro 3 | Perfis consumidores de turismo de natureza (Fonte: THR, 2006: 14)

	Consumidores de TN Soft	Consumidores de TN Hard
Caraterística Sociodemográfica	Famílias c/ filhos adolescentes Jovens Casais Reformados	Jovens entre os 20 e 35 anos Estudantes e profissionais liberais Praticantes de desportos ou atividades de interesse especial
Como obtém informação	Informação interpessoal; Brochuras; Internet	Internet, revistas das especialidades, associações e clubes
Como marcam/compram	Agências de viagem Telefonicamente/Faxe/Internet	Internet Associações especializadas
Tipo de Alojamento	Pequenos hotéis de 3-4 estrelas Casas Rurais	<i>Bead and breakfast</i> Casa de campo, campismo, Refúgios de Montanha
Época do ano	Maioritariamente no verão	Depende do tipo de atividade
Nº de vezes por ano	1-2 vezes por ano	Frequentemente até 5 vezes por ano
Objetivos	Descansar e desligar do quotidiano Descobrir novas paisagens Fotografia Visitar locais e atrações interessantes	Praticar atividades de grande interesse especial que proporcionam emoções fortes Educação Ambiental Aumentar conhecimento da Natureza

Outra segmentação dentro do turismo na natureza é a proposta por Mehmetogiu (2007, op. cit. Silva, 2013: 181), que divide os turistas na natureza entre ativos e passivos. Para Graburn (1998, op. cit. Brito, 2012), o turismo de natureza, pode ter duas formas de se manifestar, ambiental ou ecológico.

O desejo de regressar à natureza, a evasão do meio urbano, são as motivações dos viajantes que apreciam atravessar montanhas e florestas, observar as relações entre as pessoas e a terra (Cunha, 2007, op. cit. Brito 2012: 13).

Segundo a *Asesores en Turismo Hotelería y Recreación, S.A* (THR, 2006), o turismo de natureza é um mercado em franca expansão, representando, em 2005, cerca de 22 milhões de viagens internacionais por ano na Europa, e aproximadamente 9% do total das viagens de lazer realizadas pelos europeus.

Associado ao conceito de turismo de (ou na) natureza surge muitas vezes mencionado o turismo de aventura, definindo-se o mesmo “pela deslocação e estadas que envolvem a efetivação de atividades tradicionalmente ditas turísticas (hospedagem, alimentação, transporte, recreação e entretenimento, receção e condução de turistas, operação e agenciamento), as quais só existem em função da prática de atividades de aventura” (Ministério do Turismo do Brasil, 2006: 11). Entende-se, portanto, que as atividades de aventura, neste caso, também são consideradas turísticas. A diversidade de práticas de aventura que materializam este segmento varia sob diferentes aspetos, em função dos territórios em que são realizadas, dos equipamentos, habilidades e técnicas exigidas em relação aos riscos que podem envolver e da contínua inovação tecnológica. Com enquadramento nas modalidades consignadas no Programa Nacional de Turismo de Natureza (RCM 51/2015), o turismo de aventura surge, atualmente, como um importante depositário das novas aspirações surgidas em matéria de turismo e recreio, constituindo, talvez, um dos fenómenos mais emblemáticos dos novos conceitos de lazer e também das novas formas de praticar desporto ou fazer turismo.

Integram-se no conceito de turismo de aventura as atividades de desporto de natureza que sejam praticadas em contacto direto com a natureza e que, pelas suas características, possam ser praticadas de forma não nociva para a conservação da natureza (nº 3 do art.º 9 do DL 47/99). Integradas no turismo de aventura podemos elencar, de uma forma não exaustiva, as atividades constantes do quadro 4, organizado pelos três elementos da natureza (terra, água e ar), cientes de que algumas podem envolver mais de um desses elementos e ocorrer em ambientes diversos, fechados, ao ar livre, em espaços naturais ou construídos.

Quadro 4 | Principais atividades de animação e desportos na natureza

(Fonte: Silva e Carvalhinho, 2017: 262)

Terrestres	Aquáticas	Aéreas	Interpretação ambiental
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Percursos pedestres/pedestrianismo</li> <li>▪ Montanhismo</li> <li>▪ <i>Trail</i></li> <li>▪ Esqui: pista, travessia, fundo</li> <li>▪ <i>Snowboard</i></li> <li>▪ Escalada, rapel</li> <li>▪ <i>Canyoning</i></li> <li>▪ Espeleologia, espeleísmo</li> <li>▪ Cicloturismo, BTT</li> <li>▪ Passeios a cavalo</li> <li>▪ Outras: orientação, arborismo, multiatividades, <i>team building</i>, jogos tradicionais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Surf e <i>bodyboard</i>, <i>skimming</i></li> <li>▪ <i>Stand up paddle</i></li> <li>▪ <i>Windsurf</i>, <i>kitesurf</i></li> <li>▪ Vela</li> <li>▪ Passeios de barco</li> <li>▪ Mergulho</li> <li>▪ Caça submarina</li> <li>▪ Pesca turística</li> <li>▪ <i>Wakeboard</i> e esqui náutico</li> <li>▪ Remo, canoagem, caiaque de águas calmas, de mar e de águas bravas</li> <li>▪ <i>Hidrospeed</i>, <i>rafting</i></li> <li>▪ <i>Coasteering</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Parapente</li> <li>▪ Asa-delta</li> <li>▪ Paraquedismo, queda livre, <i>base jumping</i></li> <li>▪ Balonismo</li> <li>▪ Ultraleve</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Percursos interpretativos</li> <li>▪ Observação: flora e aves, outra fauna terrestre, cetáceos</li> <li>▪ Geoturismo</li> </ul>
		<b>Motorizadas</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Passeios todo o terreno</li> <li>▪ Passeios de carro ou carrinha na natureza</li> <li>▪ Moto 4, <i>kart cross</i></li> </ul>	<b>Outras atividades</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Golfe</li> <li>▪ Hipismo</li> <li>▪ <i>Paintball</i></li> <li>▪ Outras atividades de tiro</li> </ul>

## 2.2 TURISMO E AMBIENTE

### 2.2.1 Os impactos do turismo num contexto global

De entre os diversos trabalhos versando a problemática dos impactos do turismo, destacamos o de Mathieson e Wall (1982, op. cit. Cardoso, 2013), que afirma que os impactos do turismo resultam da interação entre os turistas, o local de destino e a sua população conforme retrata a figura 4. Para estes autores, os impactos do turismo poder-se-ão agrupar em quatro categorias a saber: os económicos; os sociais e, os ambientais e físicos (Mathieson e Wall, 1982, op. cit. Barros, 2007).

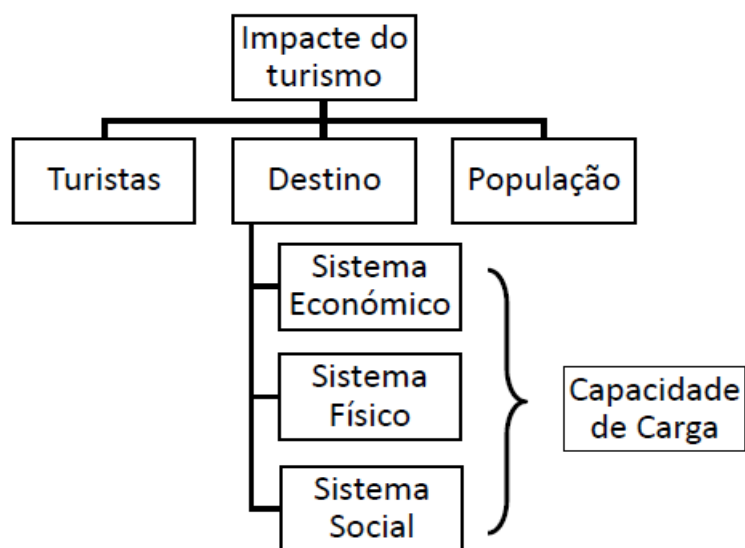


Figura 4 | Impacte do turismo, segundo Mathieson e Wall (Fonte: Barros, 2007)

Partindo da proposta de segmentação defendida por Mathieson e Wall, apresentamos em forma de quadros os principais impactes da atividade turística, em Portugal, devidamente estratificados.

Quadro 5 | Impactes económicos positivos e negativos do turismo

(Fonte: Oliveira e Salazar, 2011 – Adaptado)

Positivos	Negativos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Geração de empregos (diretos, indiretos e induzidos);</li> <li>• Injeção de capital na economia local (efeito multiplicador);</li> <li>• Preservação e a reabilitação de monumentos, edifícios e locais históricos;</li> <li>• Aumento dos níveis culturais e profissionais;</li> <li>• Reforma e reestruturação da estrutura económica e social;</li> <li>• Atração de mão-de-obra de outras localidades;</li> <li>• Auxílio para a manutenção da viabilidade dos negócios locais;</li> <li>• Incremento da produção de bens e serviços;</li> <li>• Aumento do consumo pelos produtos locais;</li> <li>• Investimento estrangeiro;</li> <li>• Aumento da coleta de impostos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Empregos mal remunerados e/ou sazonais;</li> <li>• Inflação e especulação imobiliária;</li> <li>• Mão-de-obra desqualificada na área;</li> <li>• Necessidade de um investimento em infraestrutura dispendiosa que pode ser usada apenas em parte do ano;</li> <li>• Excessiva dependência do turismo, tornando a economia local vulnerável a mudanças no mercado turístico;</li> <li>• Sazonalidade da procura (nas baixas estações ocorre desemprego, arrefecimento da economia, etc.).</li> </ul>

Quadro 6 | Quadro resumo dos impactes sociais positivos e negativos do turismo

(Fonte: Oliveira e Salazar, 2011 – Adaptado)

Positivos	Negativos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria da qualidade de vida da comunidade local (criação de infraestruturas, saúde, ...);</li> <li>• Experiências com os visitantes (culturas e modos de vida distintos);</li> <li>• Utilização da população local como mão-de-obra direta ou indireta;</li> <li>• Aumento dos níveis culturais e profissionais da população;</li> <li>• Orgulho étnico;</li> <li>• Valorização da herança cultural;</li> <li>• Revitalização dos costumes locais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alienação da comunidade local;</li> <li>• Nativos adotam características de vida dos turistas em detrimento dos seus;</li> <li>• Aparecimento de fenómenos de disfunção social na família (desintegração da comunidade);</li> <li>• Marginalidade e prostituição;</li> <li>• Economia local sensível às consequências do turismo;</li> <li>• Diferenças sociais entre visitantes e moradores (aparecimentos de “guetos” luxuosos; aumento de crime, prostituição, jogo, drogas);</li> <li>• Descaraterização da cultura do lugar.</li> </ul>

Quadro 7 | Quadro resumo dos impactes físicos e ambientais positivos e negativos do turismo

(Fonte: Oliveira e Salazar, 2011 – Adaptado)

Positivos	Negativos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Revalorização do meio natural (conservação e melhoria da qualidade ambiental);</li> <li>• Adoção de medidas para preservar o meio ambiente (parques nacionais);</li> <li>• Maior envolvimento da administração (introdução de iniciativas de planeamento ambiental);</li> <li>• Maior envolvimento da população (consciencialização ecológica/ambiental);</li> <li>• Promove a descoberta e acessibilidade a regiões não exploradas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Arquitetura e urbanismo desmesurado e/ou não integrados na paisagem;</li> <li>• Aumento da poluição (ruído, ar, água, solo);</li> <li>• Aumento/congestionamento do tráfego;</li> <li>• Rivalidade na utilização dos recursos naturais (a competição entre turismo e outras atividades económicas);</li> <li>• Destruição da paisagem natural, fauna e flora;</li> <li>• Degradação da paisagem, de sítios históricos e de monumentos.</li> </ul>

A atividade turística, como se evidencia nos quadros anteriores, tem uma forte repercussão sobre as variáveis económicas quantitativas (rendimento, emprego) e qualitativas (nível de vida, bem-estar) das regiões e países onde atua, sendo assim, importante valorizar os seus aspetos positivos para a contribuição do desenvolvimento dos países e destinos turísticos (Santana, 1997). O turismo atua como um agente de mudança, trazendo inúmeros impactes às condições económicas

regionais, às instituições sociais e à qualidade ambiental (Mings e Chulikpongse 1994). Segundo Ruschmann, (1997: 34),

*Os impactos do turismo referem-se à gama de modificações ou à sequência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras. As variáveis que provocam os impactos têm natureza, intensidade, direções e magnitude diversas; porém, os resultados interagem e são geralmente irreversíveis quando ocorrem no meio ambiente natural.*

Quanto ao impacto ambiental negativo do turismo o mesmo ainda é de difícil mensuração como afirma Rodrigues (2001), o problema principal em compreender impactos ambientais do turismo é a existência de poucas ferramentas científicas para miniaturizar as alterações que a atividade turística provoca no meio ambiente. As alterações que o turismo provoca no meio ambiente não derivam especificamente de uma ação individual, tratando-se essencialmente de uma conjugação de fatores, de ações, de sinergias que agindo em conjunto, alteram o funcionamento e os usos naturais e culturais do território. O acumular destas atividades conjuntas é que provoca a maioria dos problemas ambientais, perturbando o exíguo equilíbrio da relação entre o turismo e o ambiente (Brito, 2012). Segundo Partidário (1998, op. cit. Brito, 2012: 21), os impactos negativos trazem:

*Implicações diversas que só se exprimem, a longo prazo, ao nível dos impactos físicos e ecológicos, paisagísticos e culturais, com degradação de recursos ambientais de elevado valor e sensibilidade, como recursos de base de um desenvolvimento global sustentável. De um ponto de vista socioeconómico, o desenvolvimento provocado pela expansão turística exprime-se, designadamente, através de aumentos de fluxos de tráfego, fluxos adicionais e sazonais de população, desenvolvimento ilegal de estabelecimentos turísticos, economias paralelas com efeitos sobre usos e atividades locais.*

Segundo Silva (2013: 125), “a tendência da maioria dos atuais estudos que abordam os impactos negativos do turismo é explicada, em grande parte, pela crescente e relativamente recente, preocupação em promover um turismo mais sustentável e por nos encontrarmos numa fase pós euforia, na qual o turismo era apresentado como uma fonte de energia inesgotável e limpa.” Os estudos sobre o impacto da atividade turística estão intimamente relacionados com o desenvolvimento de um conceito de turismo sustentável e tem vindo a pecar por não enfatizar os aspetos positivos do turismo.

Segundo Pereira (2005), o turismo como atividade económica contribui de forma eficaz para o desenvolvimento económico e potencia a diversificação das atividades geradoras de riqueza. O impacto económico do turismo advém dos visitantes, dos respetivos gastos e do efeito multiplicador decorrente da sua presença. O desenvolvimento turístico é, por conseguinte, associado a alguns benefícios para muitos países ou regiões de destino, contribuindo para o



equilíbrio da balança de pagamentos, a criação de emprego, a criação de oportunidades de desenvolvimento das áreas rurais, a construção de novas infraestruturas e equipamentos e, o aumento da cobrança de impostos e consequente crescimento do produto interno bruto.

A importância do turismo é para territórios insulares e de pequena dimensão, como é o caso dos Açores, uma oportunidade quase única de desenvolvimento, embora sejam também estas regiões as mais vulneráveis aos impactes negativos da atividade turística devido à sua insularidade e pequena dimensão.

Embora, a vulnerabilidade dos espaços insulares tenha de ser sempre acautelada, a conservação da natureza e o desenvolvimento turístico não são necessariamente conceitos contraditórios, segundo Garcia (2011), estas realidades podem apoiar-se mutuamente. “Para a atração de mais visitantes que estão dispostos a pagar pelos benefícios da sustentabilidade, podem-se utilizar fatores como a prestação de informações e educação ambiental, empregando os recursos despendidos pelos turistas no financiamento da conservação ambiental” (Garcia, 2011: 10).

O impacto do turismo terá sempre de ser considerado no seu conjunto, designadamente na esfera ambiental, mas também na sua componente económica garantindo assim que as comunidades utilizem e desfrutem do turismo como um setor promissor (Garcia, 2011).

### **2.2.2 Turismo responsável**

“As modificações verificadas nos hábitos dos consumidores do produto turístico (turistas) têm acompanhado as preocupações ambientais tornando-os: (...) mais conscientes da sua capacidade de decisão, e da forma como influenciam o sistema de mercado pela decisão que tomam (...)” (Weaver & Opperman, 2000, op. cit. Lima e Partidário, 2002: 9).

O conceito de turismo responsável, dado ser algo muito abrangente, tende a confundir-se com o de turismo sustentável e de turismo alternativo (Goodwin, 2012; Harrison e Husbands, 1996; Stanford, 2006; Swarbrooke, 1999, op. cit. Silva, 2013). A utilização do termo turismo responsável começou a ser promovida com o objetivo de substituir o termo de turismo alternativo, que os participantes na Conferência de Tamanrasset consideraram ser demasiado vago (Stanford, 2006, op. cit. Silva, 2013). Nessa conferência, organizada pela OMT, em 1989, considerou-se o “turismo responsável como aquele que diz respeito a todas as formas de turismo que respeitem o património natural, construído e cultural das sociedades de acolhimento e os interesses de todas as partes envolvidas: habitantes, hóspedes, visitantes, governo, etc.” (Smith, 1990, op. cit. Silva: 131).

O conceito de turismo responsável ganhou relevo com a aprovação pela OMT do Código Global de Ética do Turismo (OMT, 1999), no qual se estabeleceu um conjunto de orientações globais como o respeito pela diversidade cultural e a valorização do papel dos diferentes atores na promoção de formas de turismo mais responsáveis. Em 2002, da Conferência da Cidade do Cabo sobre Turismo Responsável em Destinos, e onde estiveram representadas a OMT, as NU e muitas outras organizações internacionais, saiu um documento basilar sobre o turismo responsável a “Declaração da Cidade do Cabo” (Cape Town Declaration), segundo a qual o Turismo responsável é aquele que:

- *Minimiza os impactos económicos, ambientais e sociais negativos;*
- *Gera maiores benefícios económicos para as populações locais, melhorando o seu nível de bem-estar e as suas condições de trabalho e de acesso à indústria turística*
- *Envolve os locais nas decisões que irão afetar as suas vidas;*
- *Contribui positivamente para a conservação do património natural e cultural;*
- *Proporciona experiências mais agradáveis para os turistas através de conexões mais significativas com as populações locais e uma maior compreensão das questões culturais, sociais e ambientais locais;*
- *Promove o acesso a pessoas com incapacidades físicas; e*
- *É culturalmente sensível, promovendo o respeito entre turistas e as comunidades locais criando, um sentimento de orgulho e confiança entre as comunidades recetoras.*

O conceito de turismo responsável surge como reação ao conceito de turismo alternativo, dada a ambiguidade daquele termo, tendo recentemente ganho relevância em resultado do crescente inconformismo com o conceito de desenvolvimento e turismo sustentável. De facto: “a sustentabilidade continua a ser um conceito muito vago, que se banalizou e frequentemente se desvirtuou. Apesar das expectativas iniciais terem sido elevadas, os resultados práticos têm sido muito limitados” (Kerala Tourism e ICRT, 2008, op. cit. Silva, 2013: 132). Consequentemente verifica-se um crescente descrédito do conceito e o acentuar do conflito entre a conceção de sustentabilidade fraca e a forte.

O turismo responsável é hoje entendido como adequado, preocupado, sustentável, suave e não agressor, que privilegia o individual ao grupo estruturado e organizado, o operador local especializado que personaliza os serviços prestados ao agente internacional (Joaquim, 1997). Emprega recursos locais, privilegia o contacto direto e autêntico entre as populações locais e o visitante valorizando o entendimento entre os dois atores envolvidos a partir do pressuposto de que são parceiros, com expectativas diferentes, mas não opostas, numa mesma relação, privilegia

o desenrolar das atividades entre quem visita e quem é visitado sem pôr em causa o ambiente (Davidson, 1992, op. cit. Joaquim, 1997).

“O turismo responsável pode ser entendido como aquele que coloca em prática os princípios da sustentabilidade” (Harrison e Husbands, 1996: 5).

“Como foi defendido na conferência da Cidade do Cabo, em 2002 (TRTP, 2012, op. cit. Silva, 2013: 133), e reafirmado na de Kerala, em 2008 (Kerala Tourism e ICRT, 2008, op. cit. Silva, 2013: 133), o turismo responsável está associado à necessidade de responsabilizar as diversas entidades, empresas, turistas e comunidades locais a promoverem o turismo sustentável e a criar melhores lugares para as pessoas viverem e visitarem” (Spenceley *et al.*, 2002, op. cit. Silva, 2013: 133). Com o turismo responsável, procura-se que os indivíduos, organizações e empresas sejam responsabilizados pelas suas ações e pelos impactes das mesmas.

Segundo Swarbrooke (1999, op. cit. Silva, 2013: 134), “mais importante do que apresentar uma definição de turista responsável, é o estabelecimento e descrição das suas responsabilidades básicas”.

De entre os diversos quadros que enumeram as responsabilidades básicas inerentes a um turismo responsável, apresentamos o de Souza (2012: 99).

- *O turista que conhece e respeita a legislação e os limites dos locais que serão visitados.*
- *Sempre que possível, o turista evita os destinos com grande procura nos fins-de-semana e feriados prolongados.*
- *Incentiva o comércio local, opta por produtos e artesanatos típicos.*
- *Valoriza e procura entender a cultura e a história do local, mesmo sendo muito diferente da sua.*
- *Contrata guias de turismo especializados e pratica atividades de aventura com as devidas precauções de segurança.*
- *Não age de maneira impulsiva e precipitada, atitudes estas que geralmente acompanham a euforia dos momentos de lazer e férias.*
- *Denuncia práticas de turismo sexual.*
- *Respeita o património artístico, arqueológico e cultural do local visitado.*
- *Não transporta drogas, armas, antiguidades e muito menos espécies.*

Numa síntese da problemática em torno do turismo responsável e no entendimento de Silva (2013: 139), poderá concluir-se que:

- “Embora continue a existir alguma fragmentação e confusão semântica associada ao turismo responsável, este conceito é mais entendível e menos abrangente que o de

turismo sustentável ou o de turismo alternativo” (Salvatti, 2004; Stanford, 2006, op. cit. Silva, 2013: 139);

- “Está associado à tomada de ações que visam melhorar as condições ou atenuar os impactes, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável; desta forma, verifica-se uma associação estrita entre o turismo responsável e o sustentável, podendo considerar-se que o primeiro é o processo em direção à sustentabilidade” (Harrison e Husbands, 1996; TRTP, 2012, op. cit. Silva, 2013: 139);
- “No turismo responsável todos os atores são diretamente envolvidos e facilmente percecionam esse envolvimento, levando-os a tomar responsabilidade pelas suas ações” (Comissão Europeia, 2000, op. cit. Silva, 2013: 139);
- “Ser socialmente responsável não se restringe ao cumprimento de todas as obrigações legais - implica ir mais além através de um ‘maior’ investimento em capital humano, no ambiente e nas relações com outras partes interessadas e comunidades locais” (Comissão Europeia, 2001, op. cit. Silva, 2013: 139);
- “Os viajantes desempenham um papel essencial para a promoção de um turismo mais responsável, porque as suas escolhas, motivações, exigências e atitudes podem contribuir diretamente e influenciar os destinos e os agentes turísticos a serem mais responsáveis” (Silva, 2013: 139);
- “Existem formas de turismo predominantemente responsáveis, como o turismo comunitário, o turismo voluntário, o *pro-poor tourism* ou o ecoturismo, mas todas as formas de turismo podem tornar-se mais responsáveis” (Silva, 2013: 139).

### 2.2.3 Instrumentos de planeamento e gestão territorial

“O planeamento e o ordenamento do território resultam de uma necessidade do homem que vive em comunidade, de organizar o seu espaço e o seu território.” (Mota, 2012: 25).

A vida em sociedade pressupõe um conjunto de regras socialmente aceites e uma organização social, económica e também territorial. Por esse motivo, o planeamento e o ordenamento do território passaram a ser instrumentos de poder fundamentais à organização da vida em sociedade, em especial das sociedades urbanas (Mota, 2012: 25).

São muitos os conceitos de planeamento e muitos os autores que o definem. Segundo Vieira (2007, op. cit. Mota, 2012: 26), “quem planeia antevê o futuro”, o que torna o planeamento num instrumento de poder, pois permite tomar medidas de carácter pró-ativo, evitando problemas e consequentes custos a eles associados.

Para John Friedmann (1960, op. cit, Vieira, 2007: 29), “planeamento é uma atividade pela qual o homem, agindo em conjunto e através da manipulação e controlo conscientes do meio envolvente, procura atingir certos fins já anteriormente por si especificados.”, o que pressupõe um controlo do território com base em objetivos pré-estabelecidos, ou seja, um planeamento de carácter estratégico.

Segundo Reigado (2001), o planeamento intervém a três níveis: normativo, onde se define em termos gerais o que se pretende (para onde queremos ir e como?); estratégico, onde se identificam os objetivos a prosseguir (quais são as probabilidades de realização? E até onde podemos ir?) e tático ou operacional, onde são executadas as estratégias escolhidas (como vamos atuar sobre a realidade?).

Qualquer processo de planeamento reflete sempre uma estrutura coerente, sendo a sequência de tal estrutura, a exposta de forma esquemática na figura 5.

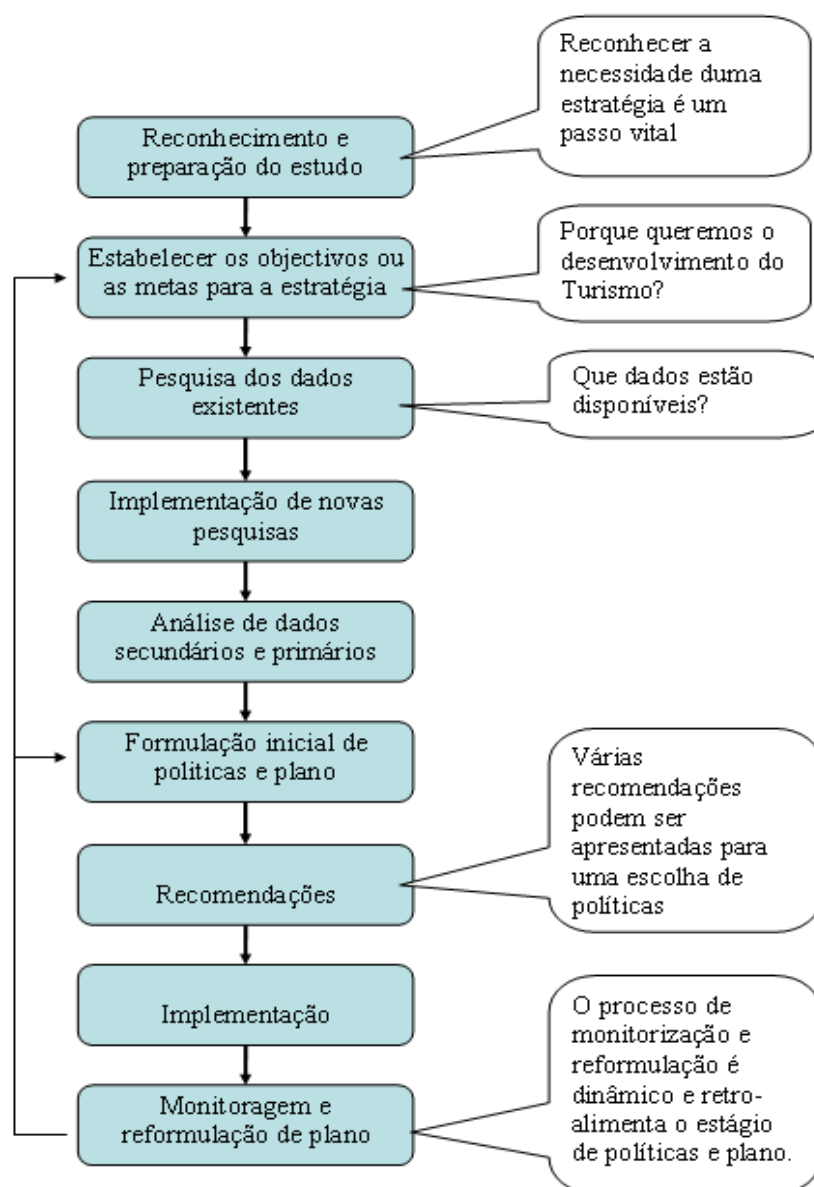


Figura 5 | Processo de planeamento (Fonte: Chris Cooper, adaptado por Carbone, 2006: 26)

Embora, o planeamento seja um instrumento de poder e de ordenamento transversal às civilizações e há muito utilizado, este tem sido subestimado no setor turístico, apenas ganhando relevância a partir da década de 1980 (Silva, 2013: 110).

*A crescente concorrência entre os destinos e a tendência para a segmentação e proliferação de produtos, levou a uma maior acuidade no processo de planeamento e na sua adaptação a cada uma das realidades territoriais, procurando fatores de diferenciação assentes nos recursos endógenos, na autenticidade e na capacidade de fornecer experiências qualitativas.*

(Silva, 2013: 111).

O planeamento turístico, apesar de enquadrar-se ao nível do objetivo no planeamento económico, pode diferir daquele em função do objeto, ou seja, da ênfase que é dada a determinada área adjacente ao turismo, por exemplo: planeamento turístico do território, planeamento turístico cultural ou planeamento turístico empresarial (Vieira, 2007).

Será a partir da década de 80, do século passado, que surgiram alguns dos modelos de planeamento turístico mais representativos, e que pela primeira vez extravasaram uma abordagem economicista do fenómeno. De entre esses vários modelos destaca-se o PASOLP – *Product's Analysis Sequence for Outdoor Leisure Planning*, de Baud-Bovy e Fred Lawson (1977, op. cit. Barreto, 2005: 19). Trata-se de um sistema flexível que incorpora uma monitorização permanente e uma componente de gestão (Barreto, 2005: 19). Outro dos primeiros modelos de planeamento turístico é para Alvares (2008: 49) “o de Leiper, o qual definiu o turismo como um sistema aberto, onde os cinco elementos, a saber, o turista, a região geradora, a rota de trânsito, a região de destino e a indústria turística, se relacionam entre si e com o meio.”.

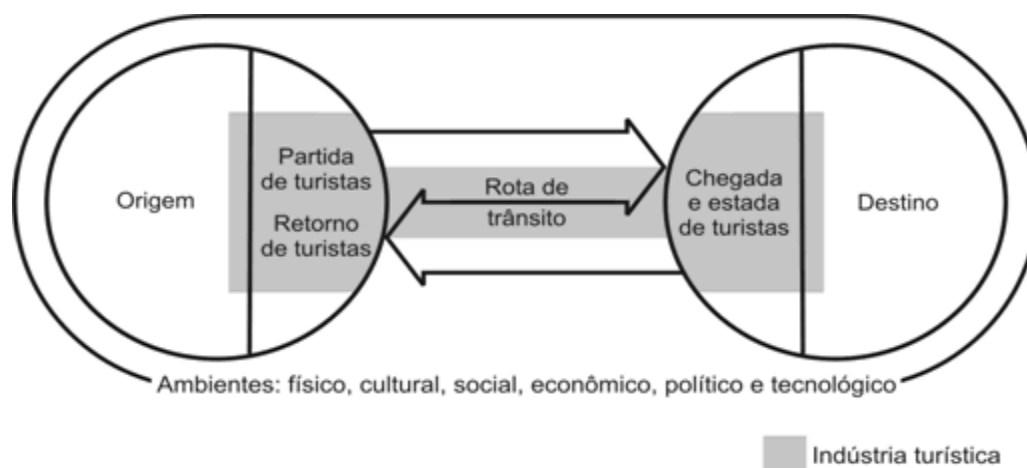


Figura 6 | Modelo sistemático de turismo de Leiper (Fonte: Leiper, 1979: 404)

Para Leiper (1979, op. cit. Silva, 2013: 112), “os modelos de planeamento turístico deverão estar estruturados através de ligações espaciais e funcionais, sendo constituídos por subsistemas que se decompõem em diversas componentes interdependentes, estabelecendo conexões, tanto simples e diretas, como complexas”.

O modelo de Leiper não faz uma rutura com os modelos de enfoque espacial, mas acrescenta-lhes uma abordagem mais ampla ao abordar o turismo como um sistema de muitas variáveis interdependentes (Silva, 2013: 112).

Tal como o modelo de Leiper, e segundo Cooper *et al.* (2005), cada um dos restantes modelos alternativos de sistema turístico tende a revelar os elementos básicos de Leiper. No entender daquele autor, as principais vantagens do modelo de Leiper reside na sua aplicabilidade geral e simplicidade, incorporando uma visão interdisciplinar e ressaltando o facto de todos os elementos estarem relacionados e interagirem entre si.

O planeamento, na área do turismo, tende a seguir uma ordem nacional com a elaboração de planos de desenvolvimento turístico do país como um todo, embora muitas vezes se definam objetivos específicos subnacionais (Cooper *et al.*, 1998, op. cit. Carbone, 2006). No caso concreto de Portugal, a definição das perspetivas de desenvolvimento do turismo está tipificada no Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), publicado em 2007 (RCM 53/2007).

Interligando-se e interagindo com os planos nacionais, existem os planos de desenvolvimento local que têm em conta as características e as efetivas necessidades duma área destino. Os planos locais de desenvolvimento turístico são considerados pela ONU como fulcrais ao desenvolvimento local, tendo aquela organização, em conferência realizada em Istambul, em 1996, e intitulada “Desenvolvimento Humano”, organizado e sistematizado um conjunto de exemplos de estratégias de desenvolvimento implementadas com sucesso, as quais assentam em princípios fundamentais como sejam a parceria, a atenção pelos impactes e a sustentabilidade. Mas também em dar poder às pessoas, participação pública, transparência, confiança e abertura, planeamento estratégico, liderança e mudança, partilha de conhecimentos e *know-how* (Pereira e Belém, 2004: 99). De entre os diversos modelos de planeamento estratégico referimos o de Gunn (1988, op. cit. Petrocchi, 2001), que sugere cinco fases principais no que se refere ao planeamento do desenvolvimento turístico local/regional a saber:

- 1º Estabelecer objetivos;
- 2º Investigar e analisar, isto é, realizar um levantamento sistemático das características físicas e não físicas da região que sejam direta, ou indiretamente relacionados com o turismo e o seu desenvolvimento;
- 3º Elaborar uma síntese, um “diagnóstico” da área para refletir sobre as reais potencialidades do seu desenvolvimento turístico;
- 4º Definir o conceito de desenvolvimento, elaborando os dados recolhidos nas fases anteriores para determinar as abordagens e as medidas mais apropriadas para o sucesso do plano e,
- 5º Implementação integrada do plano.

Em Portugal, e no que concerne ao planeamento ao nível regional e local da atividade turística, devemos realçar a importância dos PROT (Planos Regionais de Ordenamento do Território) dado



que sem recursos naturais, ambientais, paisagísticos, históricos e culturais não poderá existir um desenvolvimento turístico sustentável. Os PROT, no quadro do sistema de gestão territorial e da política de ordenamento do território, são instrumentos recentes (Carmo, 2014). A sua configuração como instrumentos de natureza estratégica surgiu com a criação do sistema de gestão territorial em 1998 /1999 (Lei 48/98) estão ainda incompletos e são frágeis visto a sua assimilação e transposição para os instrumentos de planeamento municipal, especial e setorial ser muito exígua. A fraca valoração deste instrumento de desenvolvimento territorial é uma consequência de problemas mais vastos intrínsecos à política de ordenamento do território, ao sistema de planeamento e à organização administrativa territorial, mas, é também uma causa da não resolução de alguns desses problemas (Carbone, 2006).

Nos Açores, e dado o regime autonómico que o arquipélago goza, o planeamento turístico é da competência dos órgãos regionais encontrando-se definido no PROTAA (DLR 26/2010/A) o qual serve de suporte à elaboração dos diversos planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento.

O PROTAA foi elaborado com base no enquadramento legal fornecido pela LBOTU (Lei 48/98 revogada pela Lei 31/2014) e pelo RJIGT (DL 380/99). É com base no PROTAA que assentam todas as políticas regionais de ordenamento, incluindo a turística, que para além deste documento se alicerça no Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores, aprovado em 2016, e em vários planos sectoriais dos quais destacamos o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 da Região Autónoma dos Açores ((PSRN2000) DLR 20/2006/A) e o Plano Sectorial das Cavidades Vulcânicas e dos Monumentos Naturais Regionais da Região Autónoma dos Açores (PSCVMNRRAA) e, ainda nos Planos Municipais de Ordenamento do Território (Planos Diretores Municipais, Planos de Urbanização e Planos de Pormenor).

#### **2.2.4 Análise contemporânea: desenvolvimento sustentável - ideologia ou solução?**

A definição apresentada pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1991: 46), considera o desenvolvimento sustentável como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”.

Esta definição de desenvolvimento sustentável, tal como a maioria das definições, enfatiza os aspetos económicos ligados ao desenvolvimento e assim, a nossa interpretação do conceito de sustentabilidade, leva-nos a que nos foquemos em determinados indicadores negligenciando outros.

A sustentabilidade é um conceito dinâmico e evolutivo apelando a um desenvolvimento contínuo, viável e vigoroso, sendo que um dos principais desafios ao desenvolvimento sustentável é a exigência de escolhas e formas de pensar inovadoras (Bernardo e Henkes, 2012: 125).

Os atuais conceitos de desenvolvimento sustentável tem servido para restabelecer o equilíbrio entre os objetivos económicos, sociais e ambientais a longo prazo. É com base neste conceito que se têm definido diversas estratégias, a nível global, para a conservação dos recursos vivos da terra, face aos grandes problemas ambientais, tais como a desflorestação, a degradação de ecossistemas, a desertificação, a extinção de espécies e a perda da diversidade genética, a perda de terras agrícolas, a poluição e a erosão do solo.

De acordo com Telfer e Sharpley (2008, op. cit. Guambe, 2012: 15-16),

*(...) o desenvolvimento sustentável deve ser guiado pelos seguintes princípios:*

- Perspetiva holística, em que desenvolvimento e sustentabilidade são desafios globais;*
- Futurista, em que a ênfase deve ser colocada sobre o futuro a longo prazo;*
- Equidade, em que o desenvolvimento deve ser justo e equitativo entre as gerações, cujos objetivos globais podem ser vistos como:*
  - a) Sustentabilidade ambiental: a conservação e gestão eficazes dos recursos;*
  - b) Sustentabilidade económica: a prosperidade a longo prazo como um alicerce para o desenvolvimento contínuo; e*
  - c) Sustentabilidade social: com um enfoque sobre o alívio à pobreza, promoção dos direitos humanos, igualdade de oportunidades, liberdade política e autodeterminação.*

A OMT por seu turno, ao reconhecer a existência de limites ao consumo dos recursos naturais e culturais decorrente da atividade turística, definiu Turismo Sustentável como aquele que:

*(...) atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões recetoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades económicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida (OMT, 1998, op. cit. Pereira, 2005).*

Para a OMT, os três pilares fundamentais para a sustentabilidade do turismo são: a eficácia económica, a equidade social e a sustentabilidade ambiental, conceitos esses que desenvolvemos no quadro 8.

Quadro 8 | Os três pilares de sustentabilidade do turismo (Fonte: Moniz, op. cit. Sousa, 2014: 11-12)

Tipo	Definição
Eficácia económica	O turismo deve ser, antes de mais, uma atividade geradora de rendimento económico para a sociedade e criadora de emprego digno e, se possível qualificado. Esta eficácia, em termos sociais, pressupõe, não só, a rentabilidade empresarial e a obtenção de benefícios pelos privados, mas também a reativação económica e o aumento dos níveis de bem-estar da comunidade em geral.
Equidade social	O turismo deve gerar uma distribuição equitativa de custos e de benefícios, sendo o processo de desenvolvimento turístico desequilibrado se provocar o aumento das assimetrias sociais e económicas dentro da comunidade ou se produzir benefícios excessivos para determinados grupos sociais ou territórios, à custa da marginalização ou empobrecimento de outros.
Estabilidade ambiental	Implica a conservação e o respeito pelos recursos e valores naturais, que são a base do turismo e cuja existência futura deve ser garantida, para a própria sustentação da atividade e para assegurar o desfrute do ambiente por parte das gerações vindouras.

A importância de um desenvolvimento sustentável para o turismo é segundo Amorim:

*(...) evidenciada quando se considera, por exemplo, que o desenvolvimento depende de atrações e actividades relacionadas com o ambiente natural ou o património histórico e cultural das localidades. Se estes recursos são degradados ou destruídos a área turística não atrairá mais visitantes ou, então, o turismo não será bem-sucedido. (Amorim, 2013: 51)*

Atualmente, a sustentabilidade já é para a indústria turística um vetor primordial, tido em conta no planeamento de toda a sua atividade devido aos mais diversos fatores, dos quais Wear & Oppermann (2000, op. cit. Lima e Partidário, 2002: 23) destacam três ordens de fatores a saber:

- “1º. O crescimento do mercado dos “novos turistas”,
- 2º. A rentabilidade da sustentabilidade,
- 3º. A apetência dos grandes grupos para adotarem práticas ambientais.”

Relativamente ao primeiro fator, o aparecimento de um novo segmento de mercado, representando esta nova procura, é um fator suficientemente motivador de mudança de práticas empresariais (Lima e Partidário, 2002).

Quanto ao segundo ponto, Weaver & Oppermann (2000, op. cit. Lima e Partidário, 2002: 23), “defendem que, independentemente das pressões do mercado, a “rentabilidade inerente à adoção de algumas práticas ambientais constituirá um incentivo para as empresas aderirem a esta causa”.

Dos diversos estudos que têm sido realizados a nível internacional sobre as novas políticas de sustentabilidade ambiental na área turística, verifica-se que, apesar de existir uma maior consciencialização por parte dos responsáveis em adotar práticas de gestão ambiental, ainda há espaço para grandes melhorias neste domínio, nomeadamente nas diversas práticas ambientais seguidas pela indústria hoteleira, das quais Sousa e Eusébio (2013) destacam:

- A Conservação de energia;
- A Conservação de água;
- A Gestão de resíduos sólidos;
- O controlo de substâncias perigosas;
- A aquisição de bens produzidos no local.

No que diz respeito ao terceiro fator, Wear & Oppermann (2000, op. cit. Lima e Partidário, 2002: 24),

*(...) acreditam que os grandes grupos de empresas do setor do turismo, pela sua estrutura e dimensão, estão bem posicionados para a implementação de práticas ambientais responsáveis. Isto porque as economias de escala lhes permitem afetar recursos, nomeadamente pela criação de postos de trabalho específicos para lidarem com as questões ambientais diretamente, bem como, promover a formação contínua dos seus empregados, a implementação de programas de educação pública e as auditorias ambientais.*

A adoção de programas de redução e reciclagem fazem todo o sentido, até do ponto de vista económico porque, a uma maior escala, revelam-se ainda mais rentáveis pelas poupanças resultantes de uma melhor gestão energética ou da água, através da redução dos elevados níveis de consumo de energia, da água e de outros recursos em geral (Lima e Partidário, 2002).

Atualmente, as políticas de desenvolvimento da maioria dos destinos turísticos visam torná-los mais competitivos e sustentáveis, uma fórmula aparentemente simples e de discurso facilitado, mas de operabilidade extremamente difícil, exigindo um enorme empenho de todos os agentes para se trabalhar efetivamente em prol de um futuro sustentável. Este binómio competitividade / sustentabilidade está representado na figura 7, onde se realçam as principais componentes e alguns dos seus elementos mais críticos (Silva, 2013: 117).



Figura 7 | Geração de capacidades competitivas rumo ao desenvolvimento turístico sustentável

(Fonte: Silva, 2013: 117)

Segundo Mourão (2000), o desenvolvimento sustentável do turismo só se tornará efetivo mediante a definição e aplicação de um corpo legislativo claro e exaustivo, com orientações e medidas concretas de planeamento. Muitos dos problemas de sustentabilidade nos destinos passam obrigatoriamente por políticas públicas definidas para o sector, sendo que qualquer plano de preservação tem que partir de uma liderança que, na maioria dos casos, cabe ao poder público encabeçar (Rodrigues *et al.*, 2014).

O processo de gestão de um destino turístico deve sustentar-se num planeamento de que resulte um comprometimento dos responsáveis das coletividades locais e que traduza uma adesão do conjunto dos atores turísticos (Flores, 2014). O planeamento na área do turismo tem se caracterizado por uma cada vez maior relevância atribuída à cooperação entre os atores sociais apostando-se, cada vez mais, num planeamento mais equilibrado e em que se reconhece, claramente, a necessidade de um maior envolvimento da comunidade em geral e uma maior sensibilidade ambiental (Timothy, 1999, op. cit. Amaral, 2015).

Os poderes públicos têm uma posição de charneira no desenvolvimento de formas de turismo mais sustentáveis, ao: (i) serem mandatados para representar todo o conjunto populacional; (ii) serem supostamente imparciais e equidistantes dos diversos interesses; e (iii) deverem possuir uma visão de longo prazo (Swarbrooke, 1999, op. cit. Simão, 2008).

O sector público, como refere Simão (2008: 84-85):

*(...) pode desempenhar um papel importante no desenvolvimento sustentável e influenciar a atividade turística de muitas formas, nomeadamente através da construção de infraestruturas, regulamentando e legislando a atividade, planeando o sector e promovendo o ordenamento do território, ou através de medidas de incentivo ao investimento.*

O desenvolvimento turístico não é, ainda hoje, sinónimo de ser um motor de desenvolvimento que leve à diminuição da décalage económica e social entre regiões ricas e pobres. Apesar dos

seus impactos positivos e negativos, os interesses divergentes entre os residentes, em busca de qualidade de vida, e as empresas transnacionais presentes em vários setores que suportam as atividades turísticas, que buscam reduzir as incertezas e aumentar seus lucros. Para os defensores das teorias neoliberais de desenvolvimento esses interesses convergem enquanto, para os ideólogos das teorias de desenvolvimento alternativo, os mesmos são divergentes e requerem um espaço participativo para encontrar soluções que atendam às demandas de vários representantes da sociedade, o que significa lidar com conflitos, associar-se, negociar. Em geral, o turismo tem contribuído para o desenvolvimento económico dos destinos, entendido como sinónimo de crescimento económico. Aprofundando a análise no tocante ao nível local e regional, sabe-se que o turismo como motor do crescimento económico dependerá do nível de diversificação da atividade produtiva e das próprias condições do desenvolvimento turístico, pois devido às fugas da receita resultante da atividade para outras regiões pouco permanecerá no local. O potencial do turismo para impulsionar o crescimento económico é conhecido, mas sabe-se que pode também incentivar as iniquidades. De acordo com Tosun e Jenkins (1996, op. cit. Faria, 2012: 24),

*(...) os custos e benefícios do turismo não são compartilhados equitativamente. Na busca pelo desenvolvimento turístico, os destinos abrem-se ao jogo do mercado no contexto da globalização, evidenciando-se em alguns destinos a contradição "de um modelo turístico de enclave que, em lugar de produzir desenvolvimento humano e benefícios para as populações, acentua os índices de pobreza e concentra a riqueza em poucas mãos". Não é o turismo em si que incentiva o desenvolvimento de uma região atrasada, mas sim a dinâmica do desenvolvimento local que pode converter o turismo numa atividade favorável ou não a este processo.*

A defesa de um desenvolvimento sustentável e de um turismo responsável é fator de união de diversos lóbis locais ou nacionais que, num momento em que os seus interesses coincidem, defendem a procura de um desenvolvimento sustentável baseado num turismo responsável, promovendo assim a consciencialização coletiva das populações no sentido da defesa do desenvolvimento como vetor de redução das desigualdades sociais e de melhoria das condições de vida de toda a comunidade.

Atualmente, na área do turismo a elaboração de relatórios de sustentabilidade e códigos de conduta são práticas comuns pretendendo-se com os mesmos conferir aos intervenientes mecanismos de medição, divulgação e prestação de contas para com os *stakeholders* internos e externos.

Os relatórios de sustentabilidade devem oferecer uma descrição equilibrada do desempenho das entidades auditadas, devendo incluir todas as informações tanto positivas como negativas. Quanto aos códigos de conduta o seu objetivo é influenciar atitudes e modificar comportamentos visando

práticas ambientais mais responsáveis, sendo de referir o Código Mundial de Ética do Turismo (OMT, 1999) que poderemos considerar a fonte de suporte a uma grande diversidade de códigos de conduta mais específicos associados à atividade turística, designadamente o Código de Boa Conduta da ENAT (European Network for Accessible Tourism) e a Carta Europeia de Turismo Sustentável, entre outros. A nível nacional dos inúmeros Códigos de conduta destacamos o Código de Conduta e Boas Práticas das e dos Visitantes nas Áreas Protegidas e em Escala em Rocha, do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e o Código de Conduta da Associação Portuguesa de Hotelaria, Restauração e Turismo.

## **2.3 OBSERVAÇÃO DE CETÁCEOS E O MONTANHISMO NO CONTEXTO DO TURISMO NA NATUREZA E DE AVENTURA**

### **2.3.1 Observação de cetáceos**

O termo *whale watching* é utilizado para designar as atividades comerciais e recreativas de observação dos cetáceos no seu ambiente natural (IFAW, 1997, op. cit. Brumatti, 2008: 18). Numa tradução literal para a língua portuguesa, *whale watching* significa observação de baleias, no entanto deverá ser entendido como a observação de todas as espécies pertencentes à Ordem dos Cetáceos e não apenas às baleias (Brumatti, 2008: 68). A observação destes animais pode ocorrer de diversos modos, tais como: i) em embarcações motorizadas; ii) à vela ou manuais (caiaques, canoas); iii) em aviões; iv) através de helicópteros; v) ou mesmo, de um ponto fixo em terra, ou nas praias (Corbelli, 2006).

Os cetáceos sempre atraíram a curiosidade humana sendo que o turismo associado à observação destes mamíferos aquáticos em embarcações surge, segundo Hoyt (2001, op. cit. Pontalti *et al.*, 2011), nos Estados Unidos, mais concretamente na costa sul da Califórnia, na década de 1940, em resposta à redução da população de baleias. A atividade teve um grande crescimento a partir da década de 1980, passando a ser uma das atividades turísticas com maior crescimento nas últimas décadas, atraindo mundialmente cerca de 6 milhões de turistas a cada ano e movimentando anualmente mais de um bilião de dólares (Roe *et al.*, 1997). Em geral, esta atividade ocorre nas rotas migratórias, ou nas áreas de alimentação e reprodução dos cetáceos (Roe *et al.*, 1997). Atualmente, as principais ameaças às populações de cetáceos encontram-se relacionadas com a poluição das áreas costeiras, com o tráfego de embarcações e respetiva poluição sonora, com as redes de pesca, com o facto de alguns países não respeitarem a moratória

e com alguma pressão internacional para o levantamento da proibição existente à caça destes cetáceos.

Embora, a observação dos cetáceos tenha sido considerada pelas ONG's (Organizações não Governamentais) e reconhecida pela IWC (International Whaling Commission) como a melhor alternativa de aproveitamento dos cetáceos, inúmeros estudiosos alertam sobre os efeitos negativos da mesma, a médio e longo prazo, para a sobrevivência das espécies e a efetiva sustentabilidade deste tipo de atividade. O impacto negativo da observação de cetáceos encontra-se demonstrado em diversos estudos, dos quais se concluiu que os cetáceos apresentam alterações comportamentais em resposta ao tráfego de barcos sendo que algumas destas mudanças envolvem inibição de comportamentos biologicamente importantes, tais como alimentação e repouso (Silva-Jr., 2017). Em algumas espécies, as alterações comportamentais provocadas pelo turismo náutico, podem levar a uma diminuição das taxas de reprodução (Edward Parsons, 2012, op. cit. Silva-Jr., 2017). As alterações comportamentais dos cetáceos decorrentes do impacto ambiental negativo inerente à atividade humana variam conforme, as normas de observação e respeito das mesmas, a espécie, as populações e as características ambientais, sendo que as alterações mais observadas foram: i) a interrupção da atividade executada no momento; ii) a diminuição dos comportamentos de alimentação e descanso; iii) a troca de direção e o aumento da sinuosidade dos deslocamentos (Senigaglia *et al.*, 2016). Existem estudos que comprovam que a interação entre os golfinhos e as embarcações afetam o comportamento dos mesmos diminuindo o tempo de deslocamento e de mergulho e aumentam a probabilidade de os golfinhos abandonarem a área, entre outras alterações (Perez-Jorge *et al.*, 2016).

Dos diversos estudos efetuados sobre esta matéria conclui-se que o modo como é efetuada a aproximação a estes animais é determinante para o seu bem-estar constatando-se, por exemplo, que os golfinhos são mais sensíveis quando a aproximação se efetua por embarcações sem motor (caiaques ou veleiros) do que por barcos motorizados dado que, as primeiras, sendo silenciosas, não são perceptíveis na sua aproximação à distância, mas somente quando elas já estão muito próximas dos animais (Richardson *et al.*, 1995, op. cit. Silva-Jr., 2017). Embarcações com propulsão por motor de popa, centro-rabeta e jet, por apresentarem maior poluição sonora, navegação em alta velocidade e deslocamento errático, afetam mais as baleias (Richardson *et al.*, 1995, op. cit. Silva-Jr., 2017). Segundo W. Au e M. Green (2000, op. cit. Silva-Jr., 2017), o impacto sobre os cetáceos é mais intenso quando se utilizam embarcações com motor de popa, uma vez que as rotações por minuto (RPM) são muito mais altas do que as RPM necessárias para um barco de motor de centro com hélices grandes se locomover. Sendo assim, o impacto causado por este tipo de motor é significativamente superior ao originado por barcos maiores dotados de motores centrais e utilizando hélices maiores.



O incremento da atividade humana no meio marinho tem levado a um aumento do número e o tipo de sons no ambiente marinho (ex. barcos de pesca, barcos rápidos, sonares, telemetria acústica, etc.) sendo que, os cetáceos, ao terem uma capacidade auditiva muito apurada, são particularmente vulneráveis à perturbação sonora. É possível que o aumento de ruído debaixo de água esteja a afetar os cetáceos de diversas formas na sua capacidade de deteção de sons biológicos importantes, no seu comportamento e na destruição da sua sensibilidade auditiva (Gordon & Moscrop, 1996, op. cit. Oliveira, 2005).

No sentido de preservar o ambiente natural destes mamíferos e a sua qualidade de vida é necessário adotar normas de observação desta fauna no seu ambiente natural. De acordo com Forestell (1995, op. cit. Brumatti, 2008: 71), “as normas de avistagem dos cetáceos são essenciais para garantir que a atividade seja conduzida de um modo não prejudicial e adverso aos animais, seja a apenas um animal ou indivíduo, seja para toda a população”, uma vez que uma intensa e insistente aproximação, em conjunto com o desrespeito pelas regras, poderá atrapalhar e causar problemas a longo prazo às populações, perturbando os animais principalmente quando estão em momentos importantes como a alimentação, amamentação e cuidando dos filhotes, ou em outras interações sociais (Reeves *et al.*, 2003).

Embora, ainda não exista regulamentação a nível mundial para a observação cetáceos a IWC, conjuntamente com outras organizações, já em 2011, apresentava um conjunto de itens a ter em conta na regulamentação desta atividade no sentido de preservar as necessidades dos cetáceos e o desejo das pessoas em interagir com eles, e regulando assim não apenas a conduta dos operadores, como também o desenvolvimento sustentável da atividade (IWC, 2011).

### **2.3.2 Montanhismo (Turismo de montanha)**

As montanhas são destinos particularmente atrativos por razões ambientais, inclusivamente pelos riscos que proporcionam, pela experiência do medo que provocam e, sobretudo, pelo facto destas características libertarem os turistas do *stress* do dia-a-dia (Beedie & Hudson, 2003, op. cit. Silva, 2011: 56). Atualmente, os turistas têm cada vez mais e maior acesso a destinos remotos como as montanhas (Stronza, 2001, op. cit. Silva, 2011: 56). O desejo de explorar áreas longínquas ou menos acessíveis parece ser uma motivação universal que atrai os turistas às regiões de montanha (Pfister, 2000, op. cit. Silva, 2011: 56).

As regiões de montanha são, atualmente, o segundo destino turístico atrás das zonas costeiras e das ilhas, gerando entre 15% a 20% do turismo global bruto (Mieczkowski, 1995, op. cit. Saraiva, 2012: 24).

A procura pelas áreas de montanha está diretamente relacionada com a prática de diversos desportos e à aventura. Entre as atividades desportivas destacam-se as relacionadas com a neve e cada vez mais o pedestrianismo. Esta modalidade é uma ótima oportunidade de apreciar a paisagem e de estar em contacto com a flora e fauna das áreas de montanha. Outras atividades da mesma índole, entre as quais BTT, passeios a cavalo, passeios de jipe, escalada apresentam-se em crescente desenvolvimento (Saraiva, 2012).

“A estruturação do turismo nas áreas de montanha deverá assentar numa visão a longo prazo, em que os benefícios económicos resultem da sua preservação e não da apropriação sem regras” (Fernandes, 2009: 2975), assim o turismo nestas áreas tem sido orientado com base em critérios de limitação, mais do que de impulso ao seu desenvolvimento (Fernandes, 2009) encontrando-se assim ainda pouco desenvolvido e estudado nestas regiões.

A tendência atual de valorização dos espaços de montanha é um fator de dinamização das atividades turísticas numa dinâmica de apropriação do espaço e na valorização das estruturas económicas destas regiões, fomentando o surgimento de diversos serviços relacionados com a restauração, atividades desportivas e de lazer, a valorização e divulgação do património, a recuperação de imóveis e tradições (Fernandes, 2009).

O desenvolvimento do turismo de montanha deverá ser sempre condicionado à preservação e sustentabilidade em relação ao meio físico, e segundo Monz (2000, op. cit. Saraiva, 2012: 30),

*(...) mesmo o pedestrianismo, parecendo uma atividade inofensiva, pode ser prejudicial para o meio ambiente da montanha uma vez que o desenvolvimento de trilhos leva à extinção de diferentes espécies, à erosão do solo e à acumulação de lixo nos trilhos depositado pelos caminhheiros.*

O desenvolvimento do pedestrianismo também poderá ter consequências nefastas sobre as zonas naturais pelo que é necessário estabelecer desde já limites ao número de visitantes que dada atração turística pode ter, com o objetivo de assim evitar a degradação da mesma (Cunha, 2013). Contudo, esta é uma atividade, que se for seguido um modelo de gestão territorial adequado, pode ter impactes negativos controláveis e ser importante para o desenvolvimento local, e mesmo para a valorização do território.

## 2.4 MODELOS DE CAPACIDADE DE CARGA

### 2.4.1 A origem e a sua evolução

A origem do conceito de capacidade de carga remonta aos criadores de gado e na gestão que os mesmos tinham que fazer das pastagens, visando determinar o número máximo de animais que uma área poderia suportar sem comprometer os recursos disponíveis. Desta forma, a intenção era perceber se as pastagens eram suficientes para que o gado tivesse uma boa alimentação e ao mesmo tempo se os pastos cresciam, satisfatoriamente, para alimentar o ciclo seguinte (Takahashi, 1998, op. cit. Monteiro, 2010).

A aplicação do conceito de capacidade de carga às atividades recreativas surge em meados de 1930, quando o U.S. National Park Service colocou a seguinte questão: “Qual o número de pessoas que podem andar na natureza sem destruir as suas qualidades essenciais?” (Sumner, 1936, op. cit. Monteiro, 2010).

No entanto, a utilização do conceito de capacidade de carga ao turismo e à recreação só se tornou corrente a partir da década de 1970 (Sowaman, 1987, op. cit. Pires, 2005), sendo a partir daí utilizado como uma técnica para a gestão do turismo em ambientes sensíveis (Eagles, F. J. *et al.*, 2002, op. cit. Pires, 2005).

A capacidade de carga foi definida pela Organização Mundial de Turismo (1981, op. cit. Zacarias, 2013: 207), como: “o número máximo de pessoas que pode visitar, em simultâneo, determinado destino turístico sem destruir as condições físicas, ecológicas, económicas e socioculturais e sem causar redução inaceitável da satisfação dos visitantes.”

Por seu turno, para Elizabeth Boo (1990, op. cit. Barbosa, 2008: 25), a capacidade de carga define-se como “o nível máximo de uso por parte dos visitantes que uma área pode comportar com alto nível de satisfação para os visitantes e poucos efeitos negativos sobre os recursos.” No mesmo sentido, Boullón e Otero (1995, op. cit. Pires, 2005: 7-8), consideram que “a capacidade de carga é um conceito que se refere às possibilidades de cada lugar (destino turístico) suportar uma determinada afluência de visitantes”

Estamos assim perante um conceito bastante abrangente, sendo que existem diversos tipos de capacidade de carga que segundo Ceballos-Lascurain (1996, op. cit. Pires, 2005: 9-10) incluem, pelo menos, quatro componentes básicos que são os componentes biofísicos, os fatores socioculturais, os aspetos psicológicos dos visitantes e o manuseamento como instrumento de controlo e gestão das áreas visitadas.

A componente biofísica da capacidade de carga respeita aos recursos naturais, estendendo-se aos recursos não naturais na sua expressão física.

A componente sociocultural da capacidade de carga analisa os impactes socioculturais negativos sobre as populações locais da atividade turística.

A componente psicológica refere-se ao número máximo de visitantes que permitem que uma determinada área turística ofereça uma experiência satisfatória num determinado período.

A componente de manuseamento e gestão da capacidade de carga respeita ao nível máximo de visitantes que permitem o controlo da visitação e está intimamente ligada às infraestruturas disponíveis para os visitantes.

#### **2.4.2 Principais modelos de capacidade de carga**

A aplicação dos conceitos de capacidade de carga às áreas naturais protegidas centra-se em dois elementos principais: i) a capacidade ecológica, o impacto nos recursos físicos e biológicos; e ii) a capacidade social, o impacto na experiência do visitante (Newsome *et al.*, 2002, op. cit. Limberger e Pires, 2014: 32). Esta última deverá incorporar pelo menos quatro variáveis da sua “equação” final: i) as componentes biofísicas do ambiente; ii) os fatores socioculturais da população, iii) os aspetos psicológicos dos visitantes; e iv) o seu princípio como instrumento de controlo e gestão (Ceballos-Lascurain, 1996, op. cit. Pires, 2014: 9).

Atualmente, e segundo Pires (2014), aplicam-se diversos modelos em áreas protegidas para o apuramento da sua capacidade de carga, sendo que os mais difundidos são os seguintes:

- Oportunidades Recreativas (*recreation opportunity spectrum – ROS*);
- Limites de Aceitação de Carga (*limits of acceptable change – LAC*);
- Gestão de Impacto de Visitantes (*visitor impact management - VIM*);
- Processo de Gestão da Visitação (*visitor activity management process - VAMP*);
- Modelo de Otimização do Turismo (*tourism optimization management model – TOMM*);
- Proteção aos Recursos e à Experiência dos Visitantes (*visitor experience and resource protection – VERP*);
- Método Cifuentes;
- Turismo e Recreação Sustentável (*sustainable recreation and tourism – SRT*).

Estes modelos de determinação da capacidade de carga não se auto excluem, sendo pelo contrário, a consequência evolutiva de experiências acumuladas como se pode verificar da evolução cronológica dos mesmos, evidenciada na figura 8.

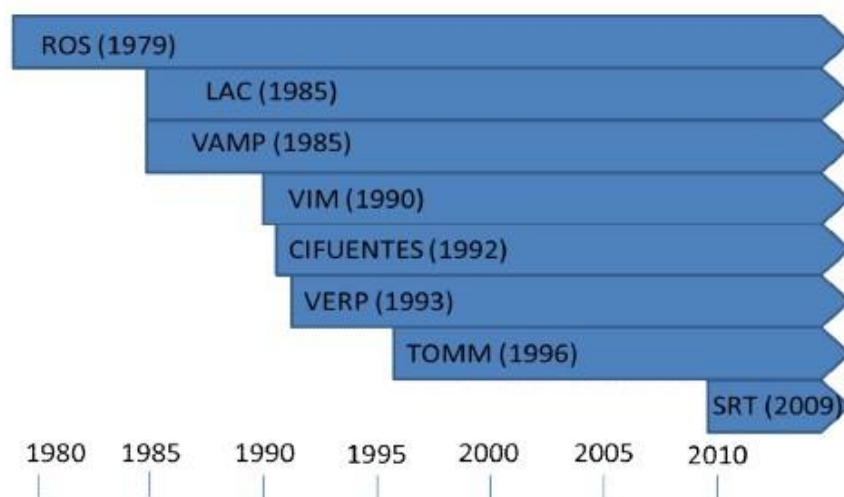


Figura 8 | Cronologia dos modelos de determinação da capacidade de carga em áreas naturais protegidas  
(Fonte: Cifuentes, 1992; Newsome, Moore e Dowling, 2002; Slider, 2009, op. cit. Limberger e Pires, 2014: 34)

As características principais dos modelos de determinação da capacidade de carga em áreas protegidas que constam da figura 8 são:

- Espectro de oportunidades recreativas (ROS): Modelo desenvolvido pelo Serviço Florestal e pela Agência de Gestão Territorial dos Estados Unidos com o objetivo de gerir os conflitos criados pelo uso recreativo de recursos naturais escassos e, pela necessidade de uma abordagem integrada e abrangente do planeamento de recursos naturais (Pires, 2005). O modelo segue um processo de planeamento flexível com seis etapas, sendo a sua principal vantagem garantir uma flexibilidade de oportunidades para a recreação, assim como permitir o planeamento para outros usos da área, que não a recreação e o turismo (Limberger e Pires, 2014: 34). Este modelo parte do pressuposto que os gestores de áreas protegidas têm duas responsabilidades fundamentais: i) a de proteger e manter os recursos naturais e culturais, que são os atrativos para os visitantes e dos quais todos dependem; e ii) promover a diversidade de experiências de qualidade ao público;
- Limite de aceitação de carga (LAC): Modelo de origem norte americana e criado a partir do modelo ROS. Este sistema evidencia a evolução das metodologias aplicadas ao planeamento dos espaços públicos em áreas naturais desde o conceito de capacidade de carga, reconhecendo as dimensões sociais e ecológicas dos impactes da atividade recreativa. O LAC acresce estratégias para determinar quais as condições ambientais e sociais aceitáveis além de propor ações de planeamento para se atingir ou manter essas condições (Medina, 2007). O LAC tenta estabelecer limites a uma mudança aceitável entre a presença humana e uma área natural;

- Processo de gestão da visitação (VAMP): Criado pelo *Canadian Park Service*, o VAMP é uma técnica proativa e flexível visando à tomada de decisões, a ser aplicada conjuntamente pelos atores envolvidos, contribuindo para uma abordagem mais integrada no planeamento de áreas naturais, integrando ainda a perspetiva de desenvolver um sistema de informações sobre os diversos usuários, utilizando conjuntamente recursos das Ciências Sociais e Biológicas para a deliberação sobre o acesso às áreas em questão, bem como os tipos de uso (Stigliano e César, 2007: 68). Os pontos a realçar deste modelo são, segundo Pablo Limberger e Paulo Pires (Limberger e Pire, 2014), considerar tanto a oferta, como a procura para a gestão de uma área natural, sendo o seu ponto fraco o não determinar até quanto uma alteração no ambiente natural é aceitável;
- Gestão de impacto de visitantes (VIM): Desenvolvida pelo Serviço Nacional de Parques e pela Associação de Conservação dos Estados Unidos, é utilizado para avaliar os impactes reais e potenciais da visitação em ambientais naturais, incorporando a monitorização dos impactes nos ecossistemas submetidos a algum tipo de pressão antrópica (Silva e Silva, 2009). Este modelo permite identificar, de forma clara, as relações entre indicadores-chave de impacto e os variados aspetos dos padrões de uso da visitação em áreas naturais (Alves, Laranja e Raimundo, 2014), sendo mais simples do que o LAC enquanto alternativa para a gestão da capacidade de carga;
- Método Cifuentes: Será analisado no ponto seguinte deste trabalho dado ser aquele a utilizar na determinação da capacidade de carga dos recursos turísticos em análise (montanha do Pico e atividade de observação de cetáceos);
- Proteção aos recursos e à experiência dos visitantes (VERP): Desenvolvido pelo Serviço Nacional de Parques dos Estados Unidos, este método é conceitualmente idêntico ao método LAC incorporando os conceitos do método VIM, sendo, no entanto, mais complexo e menos objetivo do que este último (Crespi, 2017). Este método é dos mais utilizados dada a sua facilidade de adaptação a uma grande gama de situações (Crespi, 2017). O ponto forte do VERP é a sua utilidade como um modelo apto para ser incluído em qualquer monitorização já em curso, fator esse que também o limita, dado o mesmo depender dessa monitorização e da determinação dos seus impactes (Limberger e Pire, 2014);
- Modelo de otimização do turismo (TOMM): Modelo desenvolvido em 1996 para a ilha Kangaroo na Austrália (Simão, 2008), integra três componentes: i) análise de contexto; ii) programa de monitorização que, através de um conjunto de indicadores, assinala a distância a que o destino está das condições sustentáveis ótimas; e iii) sistema de resposta de gestão, que identifica as áreas / problema e as necessárias ações para ultrapassar esses problemas

(Flores, 2009). Este modelo teve a sua origem no LAC, mas atribui mais ênfase aos resultados sustentáveis do ponto de vista da comunidade estabelecendo limites aceitáveis, fazendo-os respeitar, em vez de os ignorar ou não cumprir, obtendo assim os legítimos resultados esperados em benefício das comunidades (Jerónimo, 2015). Este modelo envolve uma diversidade de *stakeholders* no seu processo de estruturação, sendo esta a sua principal característica. O que distingue o TOMM é a inclusão explícita das esferas económicas e políticas associadas ao planeamento através dos *stakeholders*, sendo a sua principal limitação a dependência de uma grande quantidade de informações oriundas da manipulação e do tratamento de dados, o que requer investimentos e recursos consideráveis na sua aplicação (Limberger e Pire, 2014);

- Recreação Sustentável e Turismo (SRT) – (*sustainable recreation and tourism*): Este modelo de determinação da capacidade de carga, dada a sua amplitude, deverá ser abordado mais como um princípio, do que como um modelo operacional de gestão. O SRT parte do pressuposto de que existem múltiplos valores e perspetivas para o planeta, o que implica uma ponderação das influências sociais, ambientais e económicas no processo de gestão, a fim de que as oportunidades da recreação e do turismo satisfaçam as necessidades da sociedade, a proteção dos recursos naturais e a inter-relação com a comunidade (Limberger e Pire, 2014).

#### 2.4.3 Modelo de Cifuentes

Tal como os diversos métodos de determinação de capacidade de carga, enunciados no ponto anterior, que se desenvolveram progressivamente e são bastante dinâmicos, também o “Método Cifuentes”, a utilizar neste trabalho, é evolutivo tendo sido aplicado pela primeira vez, embora de uma forma incipiente, no Parque Nacional das Galápagos e posteriormente, e já de uma forma mais abrangente, em diversos Parques Nacionais da Costa Rica (Cifuentes, 1992).

O método “Cifuentes” pretende ser uma ferramenta para o planeamento e controle de áreas protegidas de uso público, procurando minimizar os impactes negativos provenientes da sua visitação intensiva em ambientes naturais, através do diagnóstico e da avaliação de algumas características físicas e socio ambientais (Soller e Borghetti, 2013).

Estamos perante o primeiro método de determinação da capacidade de carga a abordar em simultâneo a componente biológica e a componente social, para assim definir o limite máximo de visitantes, tendo o mesmo vindo a ser aplicado em diversos locais de interesse turístico terrestres, existindo também já tentativas para utilizá-lo na determinação da capacidade de carga recreativa

para atividades marítimas, designadamente no arquipélago de Fernando de Noronha. (Cordeiro *et al.*, 2013).

Os estudos de capacidade de carga com base na metodologia definida por Cifuentes (1992), consideram três etapas, cada qual apresentando-se como capacidade corrigida da anterior, ou seja, reduzida ou mantida em relação à anterior. Segundo Costa e Miranda (2016), as três etapas, que compõem este método, caracterizam-se sucintamente como:

- Determinação da Capacidade de Carga Física (CCF) – relacionada ao espaço total disponível para a visitação, a quantidade de espaço necessária para cada usuário e ao período de tempo;
- Determinação da Capacidade de Carga Real (CCR) – ligada ao emprego dos fatores de correções (considerando variáveis físicas, ambientais, ecológicas, sociais e de manejo), atrelado às características particulares de cada localidade junto ao valor de CCF definido na etapa anterior;
- Determinação da Capacidade de Carga Efetiva (CCE) – leva em consideração aspetos referentes à disponibilidade dos recursos humanos, da infraestrutura e dos equipamentos necessários para que a atividade de visitação aconteça, junto ao valor de CCR definido na etapa anterior.

Este modelo de capacidade de carga é composto por seis fases distintas (Peccatiello, 2007):

- Análise das políticas sobre turismo e controle das áreas protegidas;
- Verificação dos objetivos da área protegida;
- Análise da situação dos sítios onde há visitação;
- Definição, fortalecimento ou mudança das políticas de decisões referentes à categoria de controlo e zoneamento;
- Identificação dos fatores que influenciam cada sítio de uso público;
- Determinação da capacidade de carga para cada sítio de uso público.

Mesmo sendo um modelo quantitativo, existe um grau de subjetividade na definição de alguns dos valores para o cálculo. A subjetividade faz parte das relações da atividade turística, pois envolvem sujeitos com percepções e comportamentos que são relacionados à cultura, à educação e à memória, para além de ter de lidar com as alterações do ambiente que não podem ser determinadas como estáticas (Soller e Borghetti, 2013).



A Capacidade de Carga Física (CCF) é definida pela seguinte fórmula (Violi, 2005):

$$CCF = (St / Etg) * (Tt / Tv)$$

Legenda: St = extensão total do trilho (distância em metros); Etg = espaço total ocupado por cada grupo; Tt = tempo diário que o local está aberto ao público; Tv = tempo necessário para cada visita

A Capacidade de Carga Real (CCR) é definida como o limite máximo de visitas após terem sido aplicados os Fatores Limitantes (FI), sendo que os mesmos são calculados com base nas limitações físicas, ambientais, sociais e biológicas inerentes a determinada variável, que afetam ou impedem a visitação, e expressam-se em termos de percentagem, conforme a fórmula:

$$Qt / Ql * 100 = FI (\%)$$

Para o cálculo à Quantidade Total (Qt) são diminuídas as Quantidades Limitantes (Ql), que são as fragilidades do espaço analisadas para esse estudo, resultando nos Fatores Limitantes (FI).

Os fatores de correção ou limitantes variam face ao destino a avaliar sendo que poderemos considerar como os mais influentes os seguintes:

- Fator Social – FCsoc
- Erodibilidade – FCero
- Acessibilidade – FCac
- Precipitação – FCpre
- Brilho Solar – FCsol
- Alagamento – FCal
- Eventual período de encerramento do trilho – FCEven

O cálculo dos fatores limitantes efetua-se segundo a seguinte fórmula:

$$FC = ML / MT$$

Sendo:

FC – Fator de correção da variável “x”

ML – Magnitude limitante da variável “x”

MT – Magnitude total da variável “x”

O **fator de correção social** respeita à qualidade da visita propondo um planeamento por grupos de visitação, no máximo de 10 pessoas, considerando uma distância ideal entre cada grupo de pelo menos, 50 metros, para evitar interferências entre grupos. Para a efetivação do cálculo deve-se adicionar, à soma das distâncias requeridas, o espaço adstrito a cada visitante que geralmente se considera de 1 metro.

Assim:

$$\text{ML} = \text{comprimento do trilho} / \text{distância entre grupos} * \text{nº de pessoas por grupo de visita}\tilde{\text{ção}}$$

Apurada a magnitude limitante calcular-se-á o fator de correção social conforme a fórmula seguinte e de apuramento idêntico para os diversos fatores limitantes.

$$\text{FC}_{\text{soc}} = 1 - \text{ML} / \text{MT}$$

O **fator de correção erodibilidade** tem em conta o processo erosivo dos solos considerando-se apenas como limitantes as áreas do trilho em que existem evidências de erosão. Nos trilhos em que a composição dos solos é uniforme o que é tido em conta no cálculo do fator de correção da erodibilidade é o grau de inclinação do solo (Quadro 9).

Quadro 9 | Relação entre o grau de inclinação do solo e o seu potencial nível de erosão

(Fonte: Cifuentes, 1999: 18)

Grau de inclinação do solo	Nível de erosão
< 10%	Baixo
10% a 20%	Médio
> 20%	Alto

No cálculo da erodibilidade apenas as áreas do trilho com risco de erosão médio ou alto são tidos em conta, sendo que, quanto às zonas de erosão média, o fator de correção é de 1, e nas de erosão elevada é de 1,5.

Para efetuar o cálculo da erodibilidade utiliza-se a seguinte fórmula:

$$\text{FC}_{\text{ero}} = 1 - \frac{(\text{Mpe alto} * 1,5) + (\text{Mpe médio} * 1)}{\text{Mt}}$$

Onde:

Mpe = metros do percurso com problemas de erosão

Mt = metros totais do percurso

O **fator de correção acessibilidade** destina-se a medir o grau de dificuldade que o visitante encontrará no decurso do trilho e tem em conta o grau de declive incorporando-se fatores de correção que aumentam ou diminuem face ao grau de dificuldade do trilho. Este fator parte de uma classificação das diversas áreas do trilho baseadas igualmente no seu grau de inclinação utilizando a classificação apresentada no quadro 10.

Quadro 10 | Classificação do nível de dificuldade do trilho face ao grau de declive do solo

(Fonte: Seabra, 1999: 104)

Grau de dificuldade do trilho	Grau de inclinação do solo
Baixo	< 10% (< 5,7°)
Médio	10% a 20% (5,7° - 11,3°)
Alto	> 20% (11,3°)

No cálculo do fator de correção de acessibilidade apenas as áreas do trilho com grau de dificuldade médio e alto são tidos em conta, sendo que, quanto às zonas de dificuldade média, o fator de correção é de 1, e nas de dificuldade alta é de 1,5.

Para efetuar o cálculo do fator de acessibilidade utiliza-se assim seguinte fórmula:

$$FCero = 1 - \frac{(Mpa\ alto * 1,5) + (Mpa\ médio * 1)}{Mt}$$

Onde:

Mpa = metros do percurso com grau de dificuldade

Mt = metros totais do percurso

O **fator de correção de precipitação** analisa o impacte da precipitação na visitação e utiliza a seguinte fórmula:

$$FCprec = 1 - HL / HT$$

Em que:

HL = horas de chuva limitantes por ano

HT = horas por ano que o trilho se encontra aberto

O **fator de correção brilho** solar quantifica o quanto a insolação pode limitar a visitação socorrendo-se da fórmula:

$$FCsol = 1 - Hsl / Ht * Ms / Mt$$

Sendo:

Hst = horas de sol limitantes da visitação por ano

Ht = horas por ano em que o trilho se encontra aberto

Ms = metros do trilho sem cobertura vegetal

Mt = metros totais do percurso

O **fator de correção de alagamento** quantifica as consequências da precipitação no estado do percurso, seguindo a fórmula:

$$FCal = 1 - Ma / Mt$$

Em que:

Ma = metros do trilho suscetíveis de alagamento

Mt = metros totais do percurso

Por último, o **fator de correção de fecho eventual** analisa a probabilidade de encerramento do percurso por motivos não imputáveis aos fatores anteriores e é calculado com base no número de horas que o percurso esteve encerrado no ano (utiliza-se em princípio a informação relativa ao ano transato ao do cálculo da capacidade de carga). Nos casos de encerramento administrativo as horas em que efetivamente o percurso está fechado e tem em conta a seguinte equação:

$$FCeven = 1 - Hc / Ht$$

Legenda: Hc = horas por ano em que o parque esteve ou estará fechado por razões não incluídas nos outros fatores limitantes; Ht = horas por ano em que o percurso está aberto

Como se pode verificar da explanação feita relativa aos diversos fatores limitantes conclui-se que: quanto maior for o número de Fatores Limitantes, maior será a restrição de uso aplicada ao percurso em estudo.

Depois de estabelecidos os fatores limitantes, a Capacidade de Carga Real (CCR) é calculada por meio da seguinte fórmula (Soller e Borghetti, 2013):

$$CCR = CCF * (100 - FI1) / 100 * (100 - FI2) / 100 * (100 - FI3) / 100$$

Quanto à Capacidade de Carga Efetiva (CCE), é entendida como o limite máximo de pessoas admissível numa área, tendo em conta a capacidade do órgão gestor para ordenar e gerir as visitas. A CCE é obtida comparando-se a Capacidade de Carga Real (CCR), com a Capacidade de Manejo (CM) da área, sendo definida pela seguinte fórmula:

$$CCE = CCR * CM$$

Legenda: CCR = Capacidade de Carga Real; CM = Capacidade de Manejo ou administração (Cordeiro, Körössi e Selva, 2012)

A Capacidade de Manejo (administração) é calculada, segundo Mitraud (2003), por meio da construção de duas listagens: uma de todos os recursos humanos, dos equipamentos e das infraestrutura necessárias para a implementação de toda a área protegida; e outra com os recursos

efetivamente disponíveis, sendo a CM igual à percentagem da capacidade instalada em relação à capacidade adequada, efetuando-se tal cálculo pela seguinte fórmula:

$$CM = \frac{\text{Capacidade Instalada (CI)}}{\text{Capacidade Adequada (CA)}} \times 100$$

Dos diversos estudos de capacidade de carga desenvolvidos por Cifuentes, e quanto a este fator de correção, podemos referir o trabalho realizado sobre a capacidade de carga das áreas de utilização pública do Parque Nacional de Guayabo (Costa Rica), no qual foram tidos em conta, na determinação da capacidade de manejo (administração): i) o pessoal; ii) as infraestruturas; e iii) os equipamentos. Estes são elementos de fácil análise e medição, sendo cada uma destas variáveis foi avaliada segundo quatro critérios: i) quantidade; ii) estado; iii) localização; e iv) funcionalidade (Cifuentes, *et al.*, 1999). A cada um dos critérios de avaliação é atribuída uma avaliação que varia entre: i) de insatisfatório (<= 35%); ii) pouco satisfatório (36 a 50%); iii) minimamente satisfatório (51 a 75%); iv) satisfatório (76 a 89%); e v) muito satisfatório (>= 90%).

Assim, e no caso em concreto, não se aplicaria fórmula de cálculo que mencionamos acima mas sim a seguinte:

$$CM = \frac{\% \text{ av. pessoal} + \% \text{ av. infraestruturas} + \% \text{ av. equipamentos}}{3} \times 100$$

### 3 ESTUDO DO CASO: ILHA DO PICO

*É mais que uma ilha – é uma estátua erguida até ao céu e moldada pelo fogo – é outro  
Adamastor como o do cabo das Tormentas.*

Raul Brandão (1926: 47)

#### 3.1 CARATERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Ao entrarmos propriamente no ponto fulcral do nosso estudo torna-se necessário fazer uma caraterização sucinta da ilha do Pico, quer do ponto de vista geomorfológico, como da sua população. Esta ilha faz parte integrante do arquipélago dos Açores (Figura 9) e possui uma superfície de 449,9 Km<sup>2</sup>, sendo a maior das ilhas que constituem o grupo central do arquipélago, geograficamente situa-se entre as coordenadas 38º 33' 57" e 38º 33' 44" de Latitude Norte e 28º 01' 39" e 28º 32' 33" de Longitude Oeste (França *et al.*, 2003, op. cit. Silva, 2005: 1).

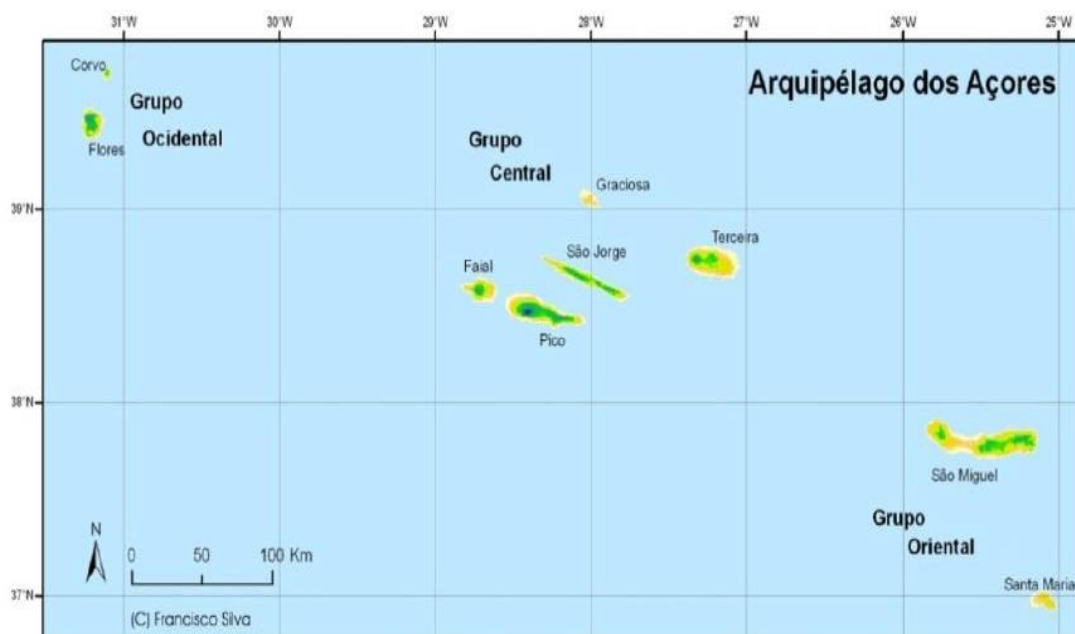


Figura 9 | Arquipélago dos Açores (Fonte: Silva, 2013: 212)

Quanto às caraterísticas geomorfológicas desta ilha dominada pela sua montanha com 2.351 m de altitude, ela apresenta três zonas distintas (Figura 10), a que correspondem três unidades morfoestruturais diferentes: 1) a Ocidente a ilha é dominada por um grande vulcão central, a Montanha do Pico, com declives acentuados, na zona centro-meridional; 2) zonas central e oriental da ilha do Pico, que corresponde a um extenso alinhamento vulcano-tectónico, onde a atividade vulcânica (do tipo fissural e dispersa ao longo deste alinhamento) não permitiu o

desenvolvimento de um edifício vulcânico de grandes dimensões; e 3) a zona sul da ilha, nas proximidades das Lajes do Pico, que é composta pelos restos de um segundo edifício vulcânico do tipo central (o Vulcão do Topo) (Catita, 2007), de declives suaves e em geral muito degradado (Nunes, 1999).

A Montanha do Pico representa a maior altitude de Portugal (2351 m), atingindo, relativamente aos fundos marinhos envolventes, alturas na ordem dos 3500 m. Em conjunto com os vulcões Teide (3717 m), nas Canárias, Fogo (2829 m), em Cabo Verde e Beerenberg (2277 m), na ilha Jan Mayen, o estratovulcão do Pico constitui um dos maiores vulcões ativos do Atlântico (Nunes, 1999). No topo da montanha e a uma cota de 2250 m está implantada uma cratera-poço com cerca de 550 m de diâmetro e profundidade máxima de 25 m, parcialmente ocupada pelo Piquinho, ou Pico Pequeno. Esta elevação vulcânica corresponde a um cone lávico muito íngreme, formado por lavas “em tripa” e eleva-se cerca de 125 m acima do fundo da cratera da Montanha, sendo que no seu topo, no Piquinho, existe uma cratera com cerca de 15 m de diâmetro, onde se localizam diversas emanações gasosas (Nunes, 1999).

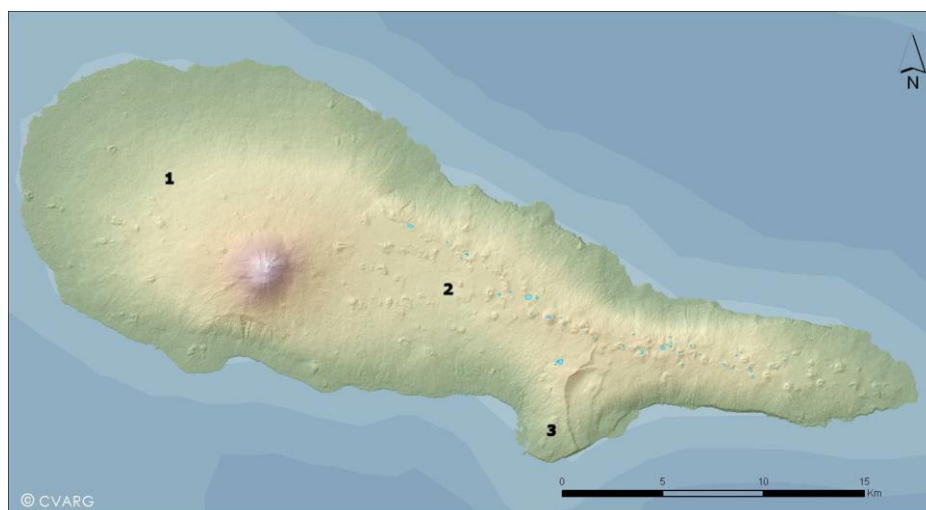


Figura 10 | Ilha do Pico

(Fonte: Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores, 2018)

Em 2011, esta ilha possuía 14.148 habitantes, sendo assim a ilha dos Açores com a menor densidade populacional (31,44 habitantes/Km<sup>2</sup>). O Pico tem uma população bastante envelhecida, e no último período intercensitário (2001-2011) sofreu um decréscimo da sua população (-4,4%). As áreas urbanas são de pequena dimensão e localizam-se na faixa costeira caracterizando-se por uma grande ruralidade (Pereira *et al.*, 2014).

Economicamente a principal atividade exercida é a agropecuária, sendo, no entanto, cada vez mais relevante o setor dos serviços onde se inclui o turismo. Administrativamente a ilha divide-se em três concelhos: Madalena, São Roque e Lajes, sendo que as respetivas sedes de concelho

são os aglomerados mais importantes da ilha e onde se concentra a atividade económica e os serviços da administração regional e local.

### 3.2 CONTEXTO SOCIOECONÓMICO DO DESTINO PICO

A ilha do Pico, como parte integrante da Região Autónoma dos Açores, é influenciada a nível socioeconómico pelas orientações de cariz político e económico que emanam dos órgãos políticos da Região, sendo que, devido à sua reduzida dimensão populacional e ao envelhecimento da mesma, tais impactes são ainda mais visíveis do que nas ilhas mais povoadas. Apesar do relativo isolamento, as dinâmicas da economia mundial e nacional, nomeadamente as crises económicas e financeiras, apresentam reflexos na economia e sociedade da região, como foi o caso da crise financeira de 2008, refletindo-se de um modo mais profundo nas parcelas do seu território mais vulneráveis, como sejam as ilhas mais periféricas e com menor peso político e económico.

O forte crescimento da procura turística verificada nos últimos anos nos Açores, tem vindo a contribuir para os sinais de otimismo que as entidades públicas regionais dos Açores, bem como as autarquias locais e forças vivas da ilha do Pico tendem a transmitir quanto à evolução futura daquela ilha.

A ilha do Pico face à sua dimensão, a segunda maior ilha do arquipélago, às características específicas da morfologia do seu território e à, ainda, muito vincada ruralidade, procura promover a natureza e a ruralidade como fator de atração. Os vários *players* da ilha, liderados pelos seus autarcas tentam promover a ilha, como um valioso destino turístico, frequentemente de forma isolada em relação ao destino Açores e em competição com outras ilhas, em vez de uma promoção mais abrangente e sustentada numa visão sistémica (Silva, 2013).

O modelo de desenvolvimento seguido pela região e com reflexo na ilha do Pico merece ser alvo de reflexão, desde logo pelas tendências demográficas (decrécimo e envelhecimento da população) e pelas características da sua economia, que continua a assentar a sua atividade na agricultura, pecuária e nos serviços públicos, não se vislumbrando que o crescimento da atividade turística seja fator de atração de população à ilha e principalmente de jovens.

Certamente que a captação de massa crítica e jovem é um ponto essencial para um desenvolvimento sustentável da ilha e ao crescimento do próprio turismo que, também ele exige, atores dinâmicos e profissionalmente aptos a receber o turista e desenvolver toda a atividade que os visitantes procuram.



### **3.3 ILHA DO PICO COMO DESTINO TURÍSTICO**

#### **3.3.1 Contextualização da oferta e da procura**

A oferta turística da ilha do Pico, segundo as orientações definidas no Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA) (Decreto legislativo regional n.º 38/2008/A, de 11 de agosto), assenta no produto baleia secundado por ofertas secundárias como sejam a vinha/vinho (Paisagem da Cultura da Vinha — Património Mundial — UNESCO), a montanha, o vulcanismo, o queijo, o pedestrianismo e as celebridades do Espírito Santo.

A atividade baleeira, como âncora da promoção do produto Pico, tem raízes na história da ilha e dos seus habitantes, que durante mais de um século se dedicaram à caça ao cachalote. Foi na ilha do Pico que, a partir da segunda metade do século XIX, se expandiu nos Açores a atividade baleeira, a qual se manteve industrialmente ativa até 1984, sendo que o último cetáceo capturado nos Açores, ocorreu em 1987, mais concretamente ao largo da vila das Lajes do Pico (Correio dos Açores, 1987). A cessação da atividade de caça à baleia nos Açores, resulta de vários fatores, entre os quais se destaca a pressão exercida a nível da comunidade internacional na defesa dos cetáceos, que se traduziu em várias limitações e restrições à atividades nomeadamente: i) a Diretiva Europeia 384/81, que proibiu a importação no espaço económico, da então Comunidade Económica Europeia (atual União Europeia), de todos os produtos derivados dos cetáceos; e ii) das deliberações tomadas na Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção, realizada em Brighton, em 1982, na qual, e pela primeira vez, o cachalote foi considerado como uma espécie em extinção e cujos os produtos passaram a ser proibidos de comercializar. Estas medidas tiveram um impacto significativo, à época, na economia da ilha do Pico (Correio dos Açores, 1987).

A atividade de observação de cetáceos, utilizando o conhecimento ancestral dos antigos baleeiros e também algumas das infraestruturas existentes, como sejam os postos de observação, iniciou-se, nos Açores, em 1991, através do estabelecimento da primeira empresa de observação de cetáceos nas Lajes do Pico (Espaço Talassa), tendo registado, desde essa altura, uma importância crescente na região (Hoyt, 2001).

A atividade de observação de cetáceos definida pela IWC (International Whaling Commission) como “qualquer atividade turística que dá ao público a oportunidade de observar cetáceos no seu habitat natural” (IWC, 1993, op. cit. Prieto e Silva, 2001: 1). A importância desta atividade no Pico é sustentada no facto de naquela ilha existirem cinco empresas registadas nesta atividade (20% das empresas registadas na região), e segundo dados de 2011 da DRT (2012, op. cit. Silva,

2013: 304), dos 48.057 clientes que fizeram observação de cetáceos nos Açores, naquele ano, 14.296 (29,75 % do total) realizaram-no na ilha do Pico.

Face ao crescente impacto da atividade de observação de cetáceos no turismo açoriano, o Governo Regional a partir de 1999, e como analisaremos de uma forma mais aprofundada no capítulo 3.3.4, sentiu a necessidade de proceder à regulamentação de tal atividade tendo, em 2004, através da Portaria n.º 5/2004, de 29 de janeiro, definido as zonas da exploração turística da observação de cetáceos para efeitos de licenciamento da atividade. Segundo o artigo 1.º da referida Portaria cria 4 zonas de licenciamento a saber (figura 11):

- Zona A: abrangendo a área de jurisdição da Capitania do Porto da Horta, salvo quanto ao limite exterior marítimo, que fica reduzido ao limite exterior do mar territorial, sem prejuízo da jurisdição da Capitania do Porto de Angra do Heroísmo;
- Zona B: integrando o mar territorial, à volta da Ilha de S. Miguel;
- Zona C: referente ao restante mar territorial dos Açores, exceto as Zonas A e B e,
- Zona Z: referente à Zona Económica Exclusiva dos Açores, com exclusão das áreas integrantes das zonas A, B e C.



Figura 11 | Zonas de observação de cetáceos nos Açores (Fonte: Direção Regional do Turismo, 2018)

Embora, a atividade lúdica de observação de cetáceos se estenda a toda a Região Autónoma dos Açores a mesma tem um impacto muito significativo nas ilhas do triângulo e em especial na ilha do Pico como podemos observar da análise, desde 2011 a 2017, da evolução da atividade de

observação de cetáceos nas três zonas principais de licenciamento da atividade (Zonas A, B e C) (vide figura 14).

Na zona A (Faial, Pico e São Jorge) a observação de cetáceos concentra-se principalmente na costa sul das ilhas do Faial e Pico, como se pode observar nas figuras 12 e 13, sendo que a espécie mais observada são os golfinhos, mais concretamente a espécie golfinho-comum, contabilizando 522 avistamentos, no primeiro semestre de 2018. A zona com mais observações situa-se a poucas milhas náuticas da vila das Lajes do Pico (vide figura 12).

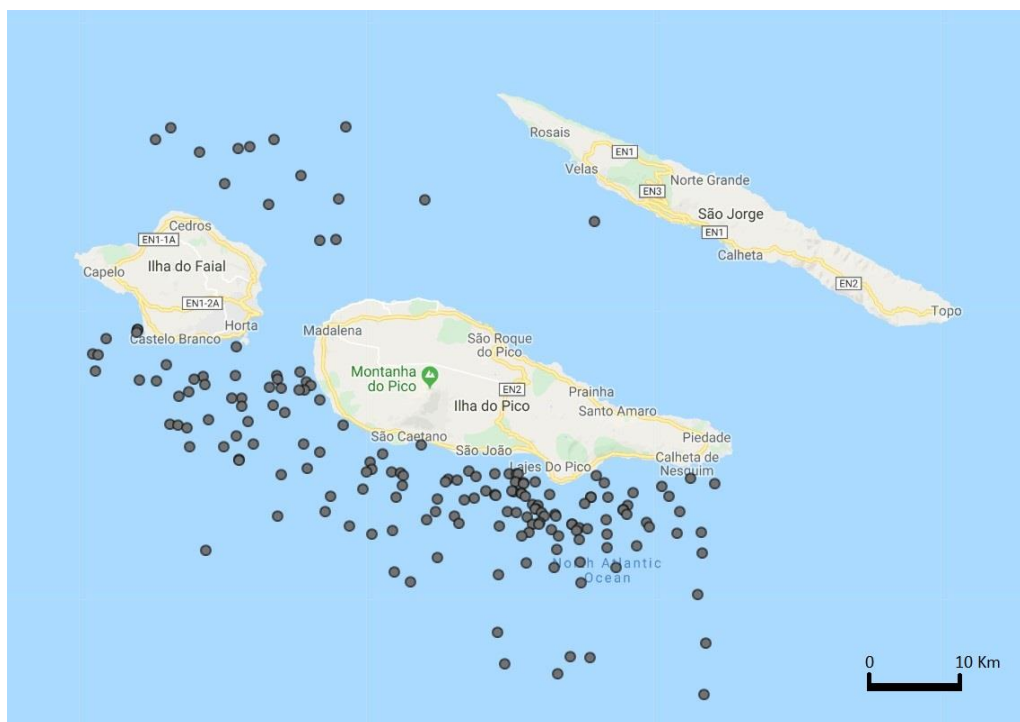


Figura 12 | Distribuição do golfinho-comum observados em 2018 (até 31/08/2018) na zona A  
(Fonte: MONICET, 2018)

Para além do golfinho-comum, as espécies de cetáceos com maior número de observações são o cachalote, 890 observações, a baleia comum, 347, e a baleia azul com 182 avistamentos (vide figura 13).

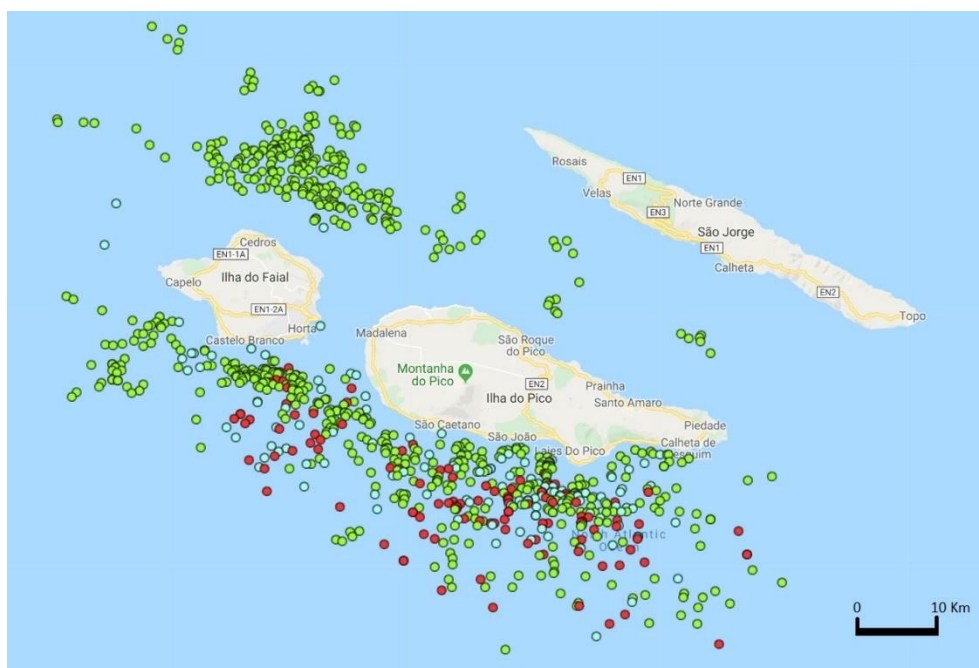


Figura 13 | Distribuição dos avistamentos de cachalotes, da baleia comum e da baleia azul 2018 (até 31/08/2018) na zona A (Fonte: MONICET, 2018)

Acompanhando os dados referentes ao avistamento dos golfinhos também, quanto aos cetáceos de maior porte, cachalotes e baleias, as zonas em que se verificam mais avistamentos concentram-se nas proximidades das Lajes do Pico e a sul do canal Faial-Pico.

Derivada da maior facilidade e probabilidade de avistamento destes mamíferos a atividade lúdica de observação de cetáceos tem um peso muito significativo nas ilhas do Faial e Pico. Contudo, é de realçar que o número de clientes das empresas de observação de cetáceos é maior na zona B – São Miguel (Figura 14), resultante desta ilha ter uma forte preponderância da procura turística do arquipélago.

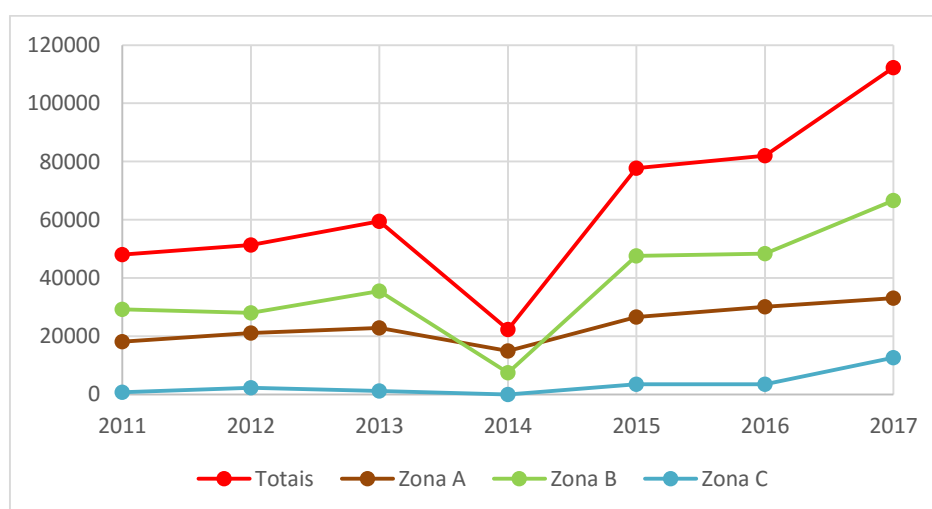


Figura 14 | Clientes da atividade de observação de cetáceos na região, reportados à Direção Regional do Turismo, pelas empresas licenciadas para a atividade (Dados: DRT, 2018)

Da análise dos dados constantes da figura 14 verifica-se que, entre 2011 e 2017, o número de visitantes que usufruíram nos Açores da atividade de observação de cetáceos cresceu em 133,61 %, sendo que na zona A (zona que integra a ilha do Pico) o crescimento foi de 82,61 %. Desta constatação de dados há que referir que, neste mesmo período, o crescimento turístico na região não foi homogéneo sendo que nas ilhas que integram a zona A (Faial, Pico e São Jorge) tal crescimento ficou-se pelos 76,96 %, quando em São Miguel, no mesmo período, o crescimento foi de 113,28%. Verifica-se assim que do total de clientes das empresas de observação de cetáceos, em 2011, nos Açores 37,70% concentraram-se nas ilhas do Faial, Pico e São Jorge, sendo, que em 2017, esse valor era de 29,47 %. Constata-se ainda ter existido uma forte quebra na procura em 2014 e posteriormente uma forte recuperação.

A diminuição do peso relativo das ilhas do triângulo no que à observação de cetáceos se refere não deverá, no entanto, ser muito valorizado dado que, entre outras razões, o rácio entre o número de visitantes destas ilhas e os clientes da atividade de observação de cetáceos ter crescido, e ser muito superior ao que se verifica em São Miguel, como podemos constar no quadro 11.

Quadro 11 | Evolução do rácio entre nº turistas e o nº clientes da observação de cetáceos nas ilhas de São Miguel e ilhas do triângulo, nos anos de 2011, 2016 e 2017 (Dados: DRT e SREA)

	2011			2016			2017		
	Nº turistas	Nº clientes observação cetáceos	Rácio	Nº turistas	Nº clientes observação cetáceos	Rácio	Nº turistas	Nº clientes observação cetáceos	Rácio
São Miguel	224.088	29.252	13,05 %	371.134	48.378	13,04 %	477.937	66.574	13,93 %
Ilhas do triângulo (Faial, Pico, São Jorge)	71.211	18.116	25,44 %	113.851	30.101	26,44 %	126.016	33.081	26,25 %

Como se verifica, a observação de cetáceos tem um peso relevante nas ilhas do triângulo, sendo que aí se concentram 10 das 26 empresas que, em 2017, se encontravam licenciadas na atividade de observação de cetáceos, sendo que cinco possuíam escritórios na ilha do Pico e cinco no Faial.

Na ilha do Pico, o serviço prestado pelas empresas a operar está solidificado e estende-se de meados do mês de março ao início de novembro, disponibilizando essas empresas 19 embarcações, sendo a oferta bastante variada e atrativa (vide anexo I).

Dos turistas que, entre 2011 e 2017, utilizaram estas empresas e no que se refere à zona de licenciamento A (ilhas do Faial, Pico e São Jorge), como se pode aferir dos dados fornecidos pela Direção Regional do Turismo e apresentados no quadro 12 e figura 15, predominam os nacionais da Alemanha que, em 2011, representavam 27% do total, subindo ligeiramente em 2017 para

27,4% ocupando sempre, entre 2011 e 2017, o primeiro lugar do *ranking* da procura de observaram cetáceos no triângulo.

Quadro 12 | Clientes da atividade de observação de cetáceos na zona A, por nacionalidades, reportados à Direção Regional do Turismo, pelas empresas licenciadas para a atividade (Dados: DRT, 2018)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<b>Portugal</b>	2899	2654	2855	1354	3567	3924	4697
<b>Alemanha</b>	4893	5387	5941	4372	7610	8379	9062
<b>França</b>	2605	3027	3068	2722	3497	3769	4362
<b>Reino Unido</b>	1400	1710	2310	1570	1810	1906	1771
<b>Itália</b>	1413	1238	1395	356	1398	1985	2667
<b>Holanda</b>	1368	1646	1645	1108	1940	2905	2372
<b>Suíça</b>	885	1493	1455	1010	1677	2116	1872
<b>Outros</b>	2653	3930	4176	2412	5110	5117	6278

Aos alemães seguem-se, em 2011, 2015, 2016 e 2017, os portugueses que, em 2011, possuíam uma cota do mercado de 16%, que se reduziu para cerca de 13,5% a partir de 2015, ficando-se, em 2017, pelos 14,2%. Para além destas duas nacionalidades, é de destacar os turistas franceses que ocupam o 2º lugar no ranking nos anos de 2012, 2013 e 2014 e, o 3º lugar em 2011, 2015, 2016 e 2017, sendo que a cota de mercado dos mesmos é, em 2017, de 13,19%. Da análise dos dados existentes sobre a observação de cetáceos e mais concretamente quanto à atividade desenvolvida na zona A (ilhas do Faial, Pico e São Jorge), verifica-se que esta atividade é procurada por uma maior percentagem dos turistas estrangeiros do que os portugueses que visitam as ilhas. Cruzando o número de clientes com o número de turistas, por nacionalidades, que visitaram as ilhas do triângulo, o enfoque que esta atividade tem entre o turista estrangeiro é muito superior àquela que tem entre os portugueses. Assim, em 2011, dos turistas que visitaram o triângulo, 60,93% eram de nacionalidade portuguesa, mas a sua cota na atividade de observação de cetáceos foi apenas de 16%, sendo assim o respetivo rácio de apenas 6,69%, enquanto entre os estrangeiros aquele rácio era de 54,70%. Contudo, estes valores têm vindo a aproximar-se, sendo, que em 2017, o rácio entre turistas portugueses e aqueles que usufruíram da observação de cetáceos era já de 8,65% e entre os turistas estrangeiros esse rácio baixara para 39,60%, verificando-se assim que esta atividade ainda possui um grande potencial de crescimento, principalmente entre os turistas portugueses.

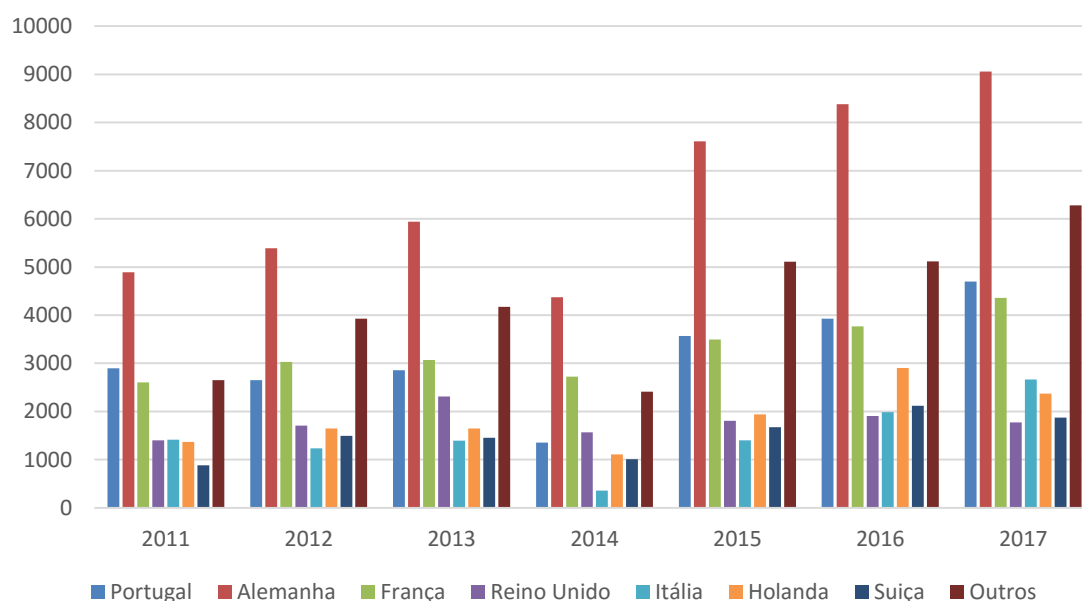


Figura 15 | Clientes da atividade de observação de cetáceos na zona A, por nacionalidades, reportados à Direção Regional do Turismo, pelas empresas licenciadas para a atividade (Dados: DRT, 2018)

O desenvolvimento da observação turística de cetáceos tem levado a uma crescente preocupação relativamente ao potencial impacto que essa atividade poderá representar, no curto e longo prazo, para estes mamíferos, pelo que surgiu a necessidade de regulamentar a atividade nos Açores. De facto, considera-se que um impacto potencial dessa atividade nestas espécies se relaciona com a perturbação causada pelo ruído gerado pelas embarcações e pela proximidade das mesmas aos animais marinhos (Oliveira, 2005).

Para além da observação de cetáceos, a oferta turística da ilha do Pico assenta no turismo de montanha, tendo como seu ex-libris a própria montanha do Pico que com os seus 2.351 metros é o ponto mais alto de Portugal.

O trilho de acesso à montanha inicia-se junto à Casa da Montanha e é o único trilho oficial, não sendo permitido entrar na Reserva Natural por outros locais. Este trilho é relativamente longo e sinuoso (vide figura 16), muito íngreme e escorregadio (sobretudo se estiver a chover ou se estiver molhado). Todo o percurso está referenciado com 45 marcos de madeira instalados sequencialmente, com o topo pintado a amarelo e vermelho e com cerca de 1 metro de altura. A sua distância não é uniforme, sendo mais espaçados até um pouco mais de metade do percurso, e mais próximos no final, variando consoante a visibilidade e dificuldade do percurso. Em regra, de um marco é sempre possível ver o seguinte. O tempo necessário para efetuar a subida e a descida da montanha varia entre as 3 e as 4 horas. Sendo o grau de dificuldade considerado médio alto (Melo, 2011).



Figura 16 | Trilho de Acesso à montanha do Pico

(Fonte: Parques Naturais dos Açores, 2011)

A melhoria das condições de acesso à montanha associadas à crescente busca por espaços naturais intactos será uma das principais causas do crescimento expressivo que o turismo de montanha tido na ilha do Pico, sendo que em 2017, o número de visitantes à montanha do Pico foi de 15.510, representando um crescimento de 25,92 % comparativamente com o ano anterior, verificando-se um crescimento significativo da procura nos últimos anos (Quadro 13).

Quadro 13 | Visitantes da montanha do Pico - 2012 a 2017

(Dados: SREA, 2018)

Anos	Visitantes (n.º)	Variação anual (%)
2012	6.951	-
2013	9.972	+ 43,46 %
2014	8.802	- 11,73 %
2015	10.415	+ 18,32 %
2016	12.317	+ 18,26 %
2017	15.510	+ 25,92 %



Embora, o aumento do número de visitantes da montanha do Pico seja notório, a sazonalidade desta atividade continua muito acentuado como podemos verificar pelo quadro infra (quadro 14).

Quadro 14 | Visitantes da montanha do Pico de 2013 a 2017 por meses (Dados: SREA, 2018)

	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
2013	12	12	96	78	561	1184	2642	4104	1070	130	37	42
2014	49	12	29	87	628	918	2211	3617	951	140	148	12
2015	38	14	120	154	890	1078	2115	3769	1497	573	123	44
2016	88	108	212	515	572	1306	3108	4089	1479	617	151	72
2017	112	150	175	494	657	1877	4007	4775	2198	816	172	77

Dos dados recolhidos, constata-se que os meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro concentravam, em 2013, 90,2% dos visitantes, valor que tem vindo a diminuir desde aí, fixando-se, desde 2015, abaixo dos 83% (81,2% em 2015, 81% em 2016 e 82,9% em 2017), dados estes reveladores que a “janela” de subida à montanha que, quase exclusivamente, se centrava no Verão se alargou um pouco derivado, eventualmente, das melhores condições de apoio à subida entretanto disponibilizadas pelas autoridades. No que se refere aos meses de maior pressão de visitantes (julho e agosto) o fluxo de visitas fixava-se em 2013 nos 67,65%, constatando-se também uma descida acentuada do seu peso no total de visitantes a qual é mais visível a partir de 2015, com valores inferiores a 60% do total de visitas (56,5% em 2015, 58,4% em 2016 e 56,6% em 2017).

Para melhor visualização da evolução do número de visitantes da montanha e da sua distribuição mensal vide a figura 17 elaborada face aos dados constantes do quadro 14.

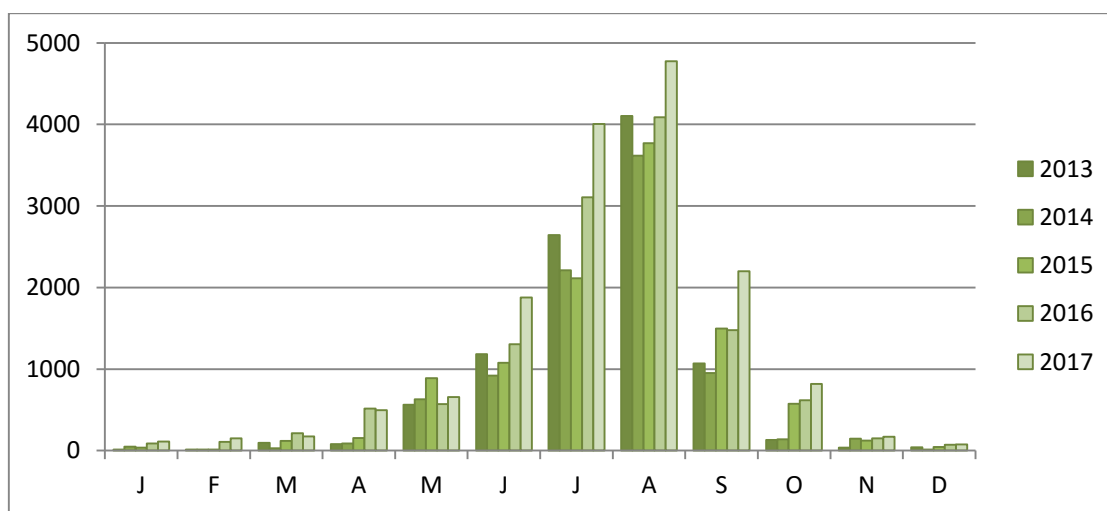


Figura 17 | Distribuição mensal dos visitantes da montanha do Pico de 2013 a 2017

(Dados: SREA, 2018)

A subida da montanha do Pico é realizada predominantemente por turistas nacionais os quais representavam, em 2013, 34,88% do total verificando-se que o seu peso se manteve quase inalterado durante o período compreendidos entre 2013 e 2017 sendo, que neste último ano os mesmos perfaziam 34,1% do total de visitantes como se pode aferir dos dados fornecidos pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (figura 18). Para além dos portugueses, as nacionalidades mais representadas são os alemães que totalizaram, em 2017, 14,52%, e os franceses com 10,51% sendo que os restantes visitantes se dividiram entre uma grande panóplia de nacionalidades nenhuma delas atingindo valores superiores a 5% da totalidade dos visitantes. Temos assim que em 2017 os portugueses, alemães e franceses representavam aproximadamente 60% do total de visitantes da montanha fator a ter em conta na gestão da subida da montanha e na sua divulgação designadamente quanto aos idiomas a utilizar na sinalética, nas brochuras de apoio e restante material de apoio bem como nas palestras que antecedem a subida à montanha.

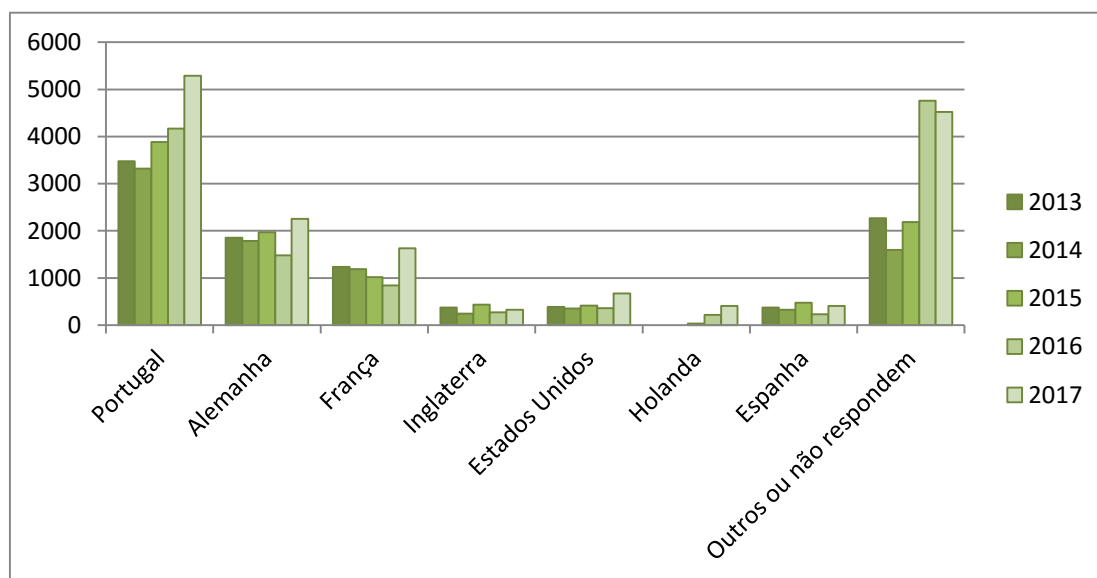


Figura 18 | Distribuição dos visitantes da montanha do Pico de 2013 a 2017 por nacionalidade

(Dados: SREA, 2018)

O aumento exponencial registado na subida à montanha do Pico previsivelmente deverá continuar, dado a tendência de crescimento acentuado do número de visitantes da ilha do Pico, em especial desde 2015 (vide quadro 15).

Quadro 15 | Evolução do número de turistas da ilha do Pico entre 2011 e 2017

(Dados: SREA, 2018)

Anos	Visitantes (n.º)	Variação anual (%)
2011	21.866	-
2012	21.570	-1,35%
2013	21.824	+ 1,18 %
2014	23.180	+ 6,21 %
2015	28.981	+ 25,03 %
2016	36.149	+ 24,73 %
2017	41.366	+ 14,43 %

Da análise dos dados referenciados no quadro 15, e comparando a referida informação com o número de visitantes da montanha do Pico constatamos, numa análise simplista, que, de entre os turistas que visitaram a ilha do Pico, entre 2012 e 2017, a percentagem daqueles que subiram a montanha é muito elevada (Quadro 16). Contudo, é importante ter-se em atenção que alguns dos visitantes da montanha são membros da comunidade local e alguns turistas não estão alojados no Pico mas em outras ilhas, pelo que não são registados como turistas naquela ilha.

Quadro 16 | Relação entre os turistas no Pico e o número de visitantes da montanha (2012 a 2017)

(Dados: SREA, 2018)

Anos	Nº turistas	Nº visitantes montanha	% Turistas que visitaram a montanha
2012	21.570	6.951	32,22%
2013	21.824	9.972	45,69%
2014	23.180	8.802	37,97%
2015	28.981	10.415	35,94%
2016	36.149	12.317	34,07%
2017	41.366	15.510	37,49%

Face aos elementos apurados, é necessário realçar a importância que a montanha do Pico tem como um dos principais produtos da oferta turística desta ilha.

### 3.3.2 Caraterização dos visitantes

Os dados sobre os visitantes da ilha do Pico são limitados o que dificulta a sua caraterização. Os turistas que visitam esta ilha e que ficaram alojados na hotelaria tradicional, são principalmente

estrangeiros (51,45% em 2014, 50,18% em 2015, 50,17% em 2016 e 54,92 % em 2017), situação que, para além do Pico, também se verifica nas ilhas de São Miguel (à exceção de 2016), do Faial e das Flores (exceto em 2014).

No que se refere à procura internacional, a nacionalidade que predomina é a alemã com valores de 14,76% em 2014, 15,91% em 2015, 14,54% em 2016 e, 16,60 % em 2017, seguindo-se os franceses e holandeses (entre 2014 e 2016) e os franceses e os norte americanos em 2017. De realçar que o peso dos turistas estrangeiros no Pico é superior ao da média regional, verificando-se o mesmo fenómeno quantos aos franceses, norte americanos e holandeses.

### 3.3.3 Regulamentação e capacidade de carga - Montanha do Pico

A regulamentação do acesso à montanha do Pico encontrava-se definida até 31 de Maio de 2018 pela Portaria n.º 29/2016, de 22 de março, a qual, foi revogada com a publicação, em 23 de maio de 2018, da Portaria 52/2018 que entrará em vigor a 1 de Junho próximo. A preocupação das entidades públicas com a preservação deste espaço já remonta, pelo menos a 2009, ano em que foi publicada a primeira legislação com o intuito de disciplinar o acesso ao local (Quadro 17).

Quadro 17 | Historial dos diplomas Legislativos que regularam o acesso à montanha do Pico

(Fonte: Portarias 64/2009, 44/2012 e 29/2016)

Condicionantes ao acesso	Diplomas Legislativos		
	Portaria 64/2009 de 3 de agosto	Portaria 44/2012 de 11 de abril	Portaria 29/2016 de 22 de março
Capacidade de carga do trilho	160 Pessoas em simultâneo	160 Pessoas em simultâneo	160 Pessoas em simultâneo. a) este valor pode ser reduzido ou aumentado até 25% por decisão do PNP para um período específico, em função do estado do trilho e das condições meteorológicas.
Capacidade de carga acesso ao Pico Pequeno	40 Visitantes em simultâneo e uma permanência máxima de 30 minutos	40 Visitantes em simultâneo e uma permanência máxima de 30 minutos	30 Visitantes em simultâneo e uma permanência máxima de 30 min. Exceções: visitantes acompanhados de guia pedido.
Outras condicionantes de acesso	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dependente de autorização;</li> <li>- Visitantes sem guia obrigados adquirir equipamento de rastreio;</li> <li>- Cada guia só poderá acompanhar no máximo 15 pessoas;</li> <li>- Acesso pode ser vedado:                             <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Por razões de segurança;</li> <li>b) A quem apresente sintomas de embriaguez ou de anomalia psíquica ou não possuam o equipamento adequado para efetuar o percurso;</li> <li>c) Aos menores de 16 anos sem autorização dos pais.</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Depende de autorização;</li> <li>- Sujeito a pagamento;</li> <li>- Acesso pode ser vedado:                             <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Por razões de segurança</li> <li>b) Aos menores de 16 anos sem autorização dos pais;</li> <li>c) Acompanhados de crianças de colo;</li> <li>d) A quem apresente sintomas de embriaguez ou anomalia psíquica;</li> <li>e) A quem não possua o equipamento adequado para efetuar o percurso.</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dependente de autorização;</li> <li>- Sujeito a pagamento;</li> <li>- Acesso ao Pico Pequeno por quem efetue a escalada de forma autónoma sujeito ao pagamento de uma taxa suplementar visitante.</li> <li>- Acesso pode ser vedado:                             <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Por razões de segurança;</li> <li>b) Acompanhados de criança de colo;</li> <li>c) A quem apresente anomalia psíquica, ou sintomas de embriaguez ou de estar sob o efeito de substâncias psicotrópicas;</li> <li>d) A quem não possua o equipamento adequado para efetuar o percurso.</li> </ul> </li> </ul>

No quadro 18 apresenta-se a legislação que passou a regulamentar o acesso à montanha do Pico a partir de 1 de junho de 2018.

Quadro 18 | Regulamento de acesso à montanha do Pico a partir de 1 de junho de 2018

(Fonte: Portaria 52/2018 de 23 de maio)

	Condicionantes ao acesso	Exceções
Capacidade de carga do trilho	320 visitantes por dia 160 pessoas em simultâneo	O número de visitantes em simultâneo pode ser reduzido ou aumentado até 25% por decisão do PNP, para um período específico, em função do estado do trilho e das condições meteorológicas.
Capacidade de carga (acesso ao Pico Pequeno)	30 Visitantes em simultâneo e uma permanência máxima de 30 minutos Acesso sujeito a pagamento taxa suplementar	Os visitantes acompanhados de guia podem, a pedido, solicitar um alargamento do período de permanência.
Pernoita	Está condicionada a um máximo de 32 visitantes por dia e à realização de reserva Pernoita sujeita a pagamento de taxa suplementar	Subidas iniciadas antes das 16 horas entre 1 de junho e 31 de outubro e antes das 14 horas no restante período do ano.
Outras condicionantes	<p>- Apenas podem operar na Reserva entidades registadas como empresas de animação turística, bem como, nas condições definidas na legislação aplicável, as agências de viagens, as empresas proprietárias ou exploradoras de empreendimentos turísticos e os empreendimentos de turismo da natureza, reconhecidos Governo Regional;</p> <p>- O acesso está sujeito a pagamento (vide anexo II);</p> <p>- Acesso pode ser vedado:</p> <p>a) Por razões de segurança;</p> <p>b) Acompanhados de criança de colo;</p> <p>c) A quem apresente anomalia psíquica, ou sintomas de embriaguez ou de estar sob o efeito de substâncias psicotrópicas;</p> <p>d) A quem não possua o equipamento adequado para efetuar o percurso;</p> <p>e) A quem se faça acompanhar de animal de companhia.</p> <p>São imputadas aos visitantes ou às entidades autorizadas a operar na montanha as despesas inerentes a resgate efetuado em resultado do incumprimento, ainda que negligente, do Regulamento de acesso, incluindo o desrespeito pelas normas de segurança aplicáveis ao montanhismo e pelas normas de conduta na Montanha do Pico, ou que tenha sido solicitado sem justificação.</p>	<p>Os residentes nos Açores estão isentos do pagamento de quaisquer taxas de acesso</p> <p>As entidades autorizadas a operar na montanha podem fazê-lo em áreas fora do trilho PR4 PIC Montanha, desde que o requeiram, identificando de forma as atividades a desenvolver e a área de intervenção, e tal seja previamente aprovado pelo Governo Regional que fixará as condições de acesso, a capacidade de carga e as taxas devidas.</p>

No que respeita ao tarifário de acesso à montanha, este é apresentado no anexo II, verificando-se existir diversas variáveis na definição do preço, com critérios algo complexos.

### 3.3.4 Regulamentação e capacidade de carga – Observação de cetáceos

A atividade de observação de cetáceos encontra-se regulamentada nos Açores desde 1999, ano em que é aprovado e entra em vigor o Decreto Legislativo Regional nº 9/99/A, de 22 de março, o qual veio sofrer alterações significativas em 2003, através do Decreto Legislativo Regional nº 10/2003/A, de 22 de março.

A definição de capacidade de carga inerente a esta atividade encontra-se definida na alínea m) do nº 1 do art.º 3 do DLR nº 9/99/A como:

*O número máximo de plataformas, de passageiros por plataforma, de viagens diárias e ou outros fatores considerados relevantes na operação turística, dentro de uma zona delimitada, e que será determinada em função de estudos científicos dirigidos quer à estatística da ocorrência de cetáceos, em grupo ou individualmente, quer à aferição dos níveis de tolerância dos animais relativamente à presença humana, a fixar por portaria conjunta dos membros do Governo com competência nas áreas do turismo e do ambiente.*

Com a publicação do DLR nº 9/99/A são definidas as primeiras regras aplicáveis à observação de cetáceos, de que destacamos a obrigatoriedade das empresas licenciadas possuírem colaboradores com formação na área da biologia marinha ou do comportamento animal e guias ou monitores de bordo, que divulguem aos turistas informações relevantes sobre a vida marinha, os cetáceos em particular, e sobre a Região, cujas funções poderão ser acumuladas com outras funções da tripulação (art.º 10 do DLR nº 9/99/A). São ainda definidas logo neste diploma as regras de conduta a ter na observação de cetáceos (Quadro 19).

Quadro 19 | Principais regras de conduta na observação de cetáceos

(Fonte: DLR nº 9/99/A versão original e republicação de 2003 (adaptado))

Regras de conduta	Enquadramento no DLR 9/99/A	
	Versão original	Republicada
Evitar ruídos, na proximidade dos animais, que os perturbem ou atraiam	al a) nº 2 artº 18º	Idem
Avisar as autoridades marítimas da localização de algum animal ferido ou do corpo de um cetáceo morto.	al b) nº 2 artº 18	Idem
É proibido perseguir os cetáceos	al a) nº 3 artº 18ª	Idem
É proibido provocar a separação de animais em grupo, especialmente o isolamento de crias	al b) nº 3 artº 18	Idem
É proibido alimentar os animais	al c) nº 3 artº 18	Idem
É proibida a presença de mergulhadores com escafandro assim como a utilização de veículos motorizados de deslocação subaquática, na área de aproximação dos cetáceos	al d) nº 3 artº 18	Idem
É proibido poluir o mar com resíduos sólidos ou líquidos	al e) nº 3 artº 18	Idem
É proibido utilizar o sonar, inclusive fora da área de aproximação	Não consta	al f) nº 3 artº 18
É proibida a observação noturna exceto para fins científicos	nº 4 artº 18	Idem
É proibida a aproximação a animais que estejam a descansar	al b) nº 3 artº 19º	Não consta
É proibida a aproximação a menos de 50 m de qualquer cetáceo,	al c) nº 3 artº 19	al b) nº 3 artº 19
O sobrevoo de cetáceos a menos de 300 m de altitude e a menos de 150m de distância	al d) nº 3 artº 19	Não consta
A aproximação em embarcações à vela, sem utilização de motor	Al e) nº 3 artº 19	Não consta
O tempo total de permanência na área de aproximação é limitado a trinta minutos.	nº 1 artº 20	Idem
É proibida a permanência de mais de três embarcações num raio de 300 m em redor do indivíduo ou grupo de cetáceos observados	al a) nº 4 artº 20	Idem
A aproximação até à distância mínima apenas é permitida a uma embarcação de cada vez, devendo as restantes permanecer a pelo menos 200 m dos animais, e o tempo de observação de todas elas não pode exceder um total de trinta minutos	al d) nº 4 artº 20	Não consta
É proibida a permanência de embarcações num raio de 500 m em redor do animal ou grupos de animais que se encontrem imóveis, em descanso ou em atividade de parto.	Não consta	al d) nº 4 artº 20
É proibida a natação com baleias	nº 1 artº 21º	Idem
É proibida a observação de grupos de fêmeas de cachalotes por aeronaves	al a) nº 1 artº 22	Não consta
É proibida a aproximação a crias, quando sozinhas à superfície, bem como a aproximação a baleias com crias pequenas a menos de 100 m.	al c) nº 1 artº 22	nº 1 artº 22
Apenas duas embarcações poderão permanecer simultaneamente dentro de um raio de 400 m em redor de um indivíduo ou grupo de baleias;	al a) nº 2 artº 22	Não consta
É proibida a permanência de mais de três embarcações num raio de 500 m em redor de um indivíduo ou grupo de baleias	Não consta	al) a nº 2 artº 22
Cada embarcação pode permanecer em observação a menos de 500 m dos animais durante quinze minutos, no máximo, após o que deve afastar-se para além dos 500 m.	Não consta	al e) nº 2 artº 22

Para além de todas as diversas regras de conduta já mencionadas, a aproximação aos animais deverá seguir as normas enunciadas no anexo III ao DLR 9/99/A, na sua versão republicada em 2013 (Figura 19).

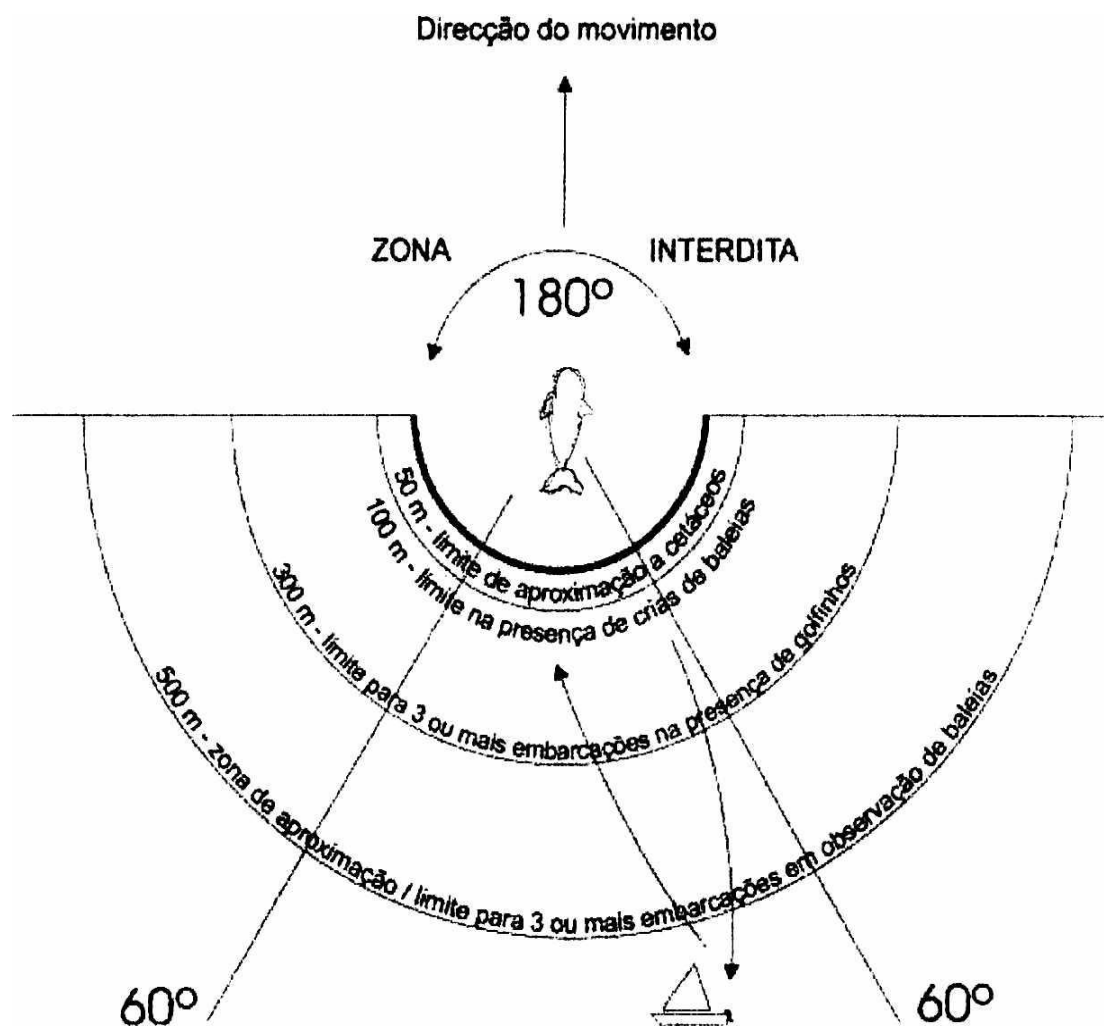


Figura 19 | Regras de aproximação das embarcações aos animais marinhos a observar

(Fonte: Anexo III ao DLR nº 9/99/A, de 22 de março, republicado pelo DLR nº 10/2003/A, de 23 de março)

Ao longo dos últimos anos esta legislação tem vindo a ser adaptada, com algumas alterações e tendo sido publicadas algumas Portarias que introduzem regras específicas à atividade. No anexo III está representada a legislação já produzida sobre a matéria ordenada de forma cronológica.



## 4 METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

### 4.1 ABORDAGEM CONCEITUAL DA INVESTIGAÇÃO

Como referimos no capítulo 1.5, a investigação desenvolvida nesta dissertação tem por base a revisão bibliográfica sobre os temas considerados estruturantes, designadamente, a problemática do turismo na natureza e a sua sustentabilidade com enfoque nos diversos conceitos de capacidade de carga e a sua aplicação à Região Autónoma dos Açores, e mais concretamente à ilha do Pico. Este estudo é ainda suportado por uma investigação empírica consubstanciada pela aplicação de um instrumento de auscultação de um conjunto de *stakeholders* considerados relevantes para a presente investigação.

A metodologia e os métodos que suportam a investigação empírica deste estudo, foram definidos com o intuito de estabelecer uma interdependência entre a primeira parte da investigação, a revisão bibliográfica, com a componente empírica. Tendo ficado definido da revisão bibliográfica a importância e complexidade da problemática do turismo na natureza e da sua sustentabilidade, tornava-se pertinente, nesta fase do trabalho, colocar a questão de como estão os Açores a lidar com esta eventual dicotomia entre o crescimento do turismo na natureza e a preservação da sua sustentabilidade.

Assim, a investigação empírica desenvolvida nesta dissertação é consubstanciada pela aplicação de um instrumento de auscultação, em forma de entrevista, a um conjunto de *stakeholders* considerados relevantes para a presente investigação.

Embora, a técnica de recolha de dados mais utilizada no âmbito da investigação seja o questionário, o que decorre da sua rapidez e do seu baixo custo (Wilkinson e Birmingham, 2003, op. cit. Carbone, 2006), no caso em concreto e, face ao universo de agentes e ao seu carácter institucional, optou-se pela entrevista semiestruturada.

Definido que foi o método de obtenção da informação empírica necessária ao prosseguimento do trabalho, novas questões se colocam, como sejam:

- Qual o modelo conceitual, as dimensões estruturantes e como estas se decompõem nas questões a formular?
- Quais os procedimentos metodológicos a seguir: tipo, estrutura, construção, aplicação e tratamento das entrevistas?
- Quem entrevistar, quais os *stakeholders* mais relevantes para contribuir para este estudo?

Em relação à primeira questão, desde logo foi necessário considerar que estamos perante um estudo baseado num modelo conceitual complexo e holístico, porque para além de abranger duas

atividades muito particulares (a montanha do Pico e a observação de cetáceos), abarca variadas áreas de investigação, desde a componente da segurança à da preservação e sustentabilidade ambiental e ainda a vertente do desenvolvimento da atividade turística.

Quanto à segunda questão e face à abrangência da investigação e à diversidade de *stakeholders*, optou-se pela conceção de dois guiões das entrevistas, pretendendo-se obter informação fundamental para atingir os objetivos desta dissertação designadamente: aferir o estado do turismo na natureza na ilha do Pico, as suas perspetivas de evolução e as eventuais propostas de transformação de paradigma de modo reforçar a sua sustentabilidade.

A seleção dos entrevistados efetuou-se com especial preocupação de alargar o leque de perspetivas e decisões estratégicas e operacionais possíveis, de modo a enriquecer o contributo para a ciência optando-se pela realização de um conjunto de dez entrevistas, junto dos *stakeholders* mais representativos, designadamente os *stakeholders* institucionais, as entidades que operam naquelas áreas de intervenção designadamente os guias de montanha e as empresas que operam a partir da ilha do Pico no ramo da observação de cetáceos, e ainda a entidade responsável pela Geoconservação e Planeamento Ambiental do Geoparque Açores (Quadro 20).

Quadro 20 | Entrevistados no âmbito da análise da evolução do turismo na natureza na ilha do Pico

Entidades	Âmbito de intervenção
Direção Regional do Ambiente	Entidade pública com competência na área do ambiente e do ordenamento do território
Direção Regional dos Assuntos do Mar	Entidade pública com competência na área dos oceanos e do ordenamento do território
Direção Regional de Turismo	Entidade pública com competência na área do turismo
Parque Natural da ilha do Pico	Entidade gestora da área protegida da montanha do Pico
Empresa Pico Sport	Empresa marítimo-turística operando no cais da Madalena da ilha do Pico
Empresa Tripix	Empresa de serviços turísticos da ilha do Pico
Espaço Aqua Açores	Empresa marítimo-turística operando nas Lajes do Pico
Henry Simões	Guia Certificado da montanha
Renato Goulart	Guia Certificado da montanha
Geoparque Açores	Entidade independente responsável pela Geoconservação e Planeamento Ambiental

Quanto ao conjunto de entrevistados selecionados podemos dividi-los em três grupos e respetivas subdivisões conforme esquematizamos na figura 20.

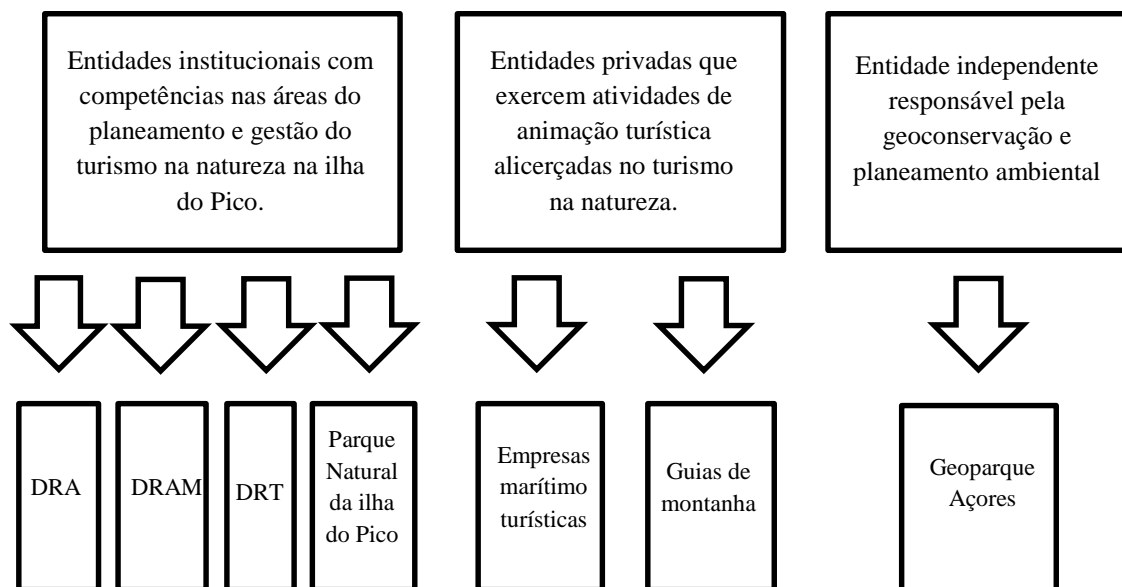


Figura 20 | Grupos do universo a entrevistar e a sua abrangência

## 4.2 O QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA

Definido com clareza e exatidão, o tema e âmbito das entrevistas, passou-se à formulação do conjunto de questões a colocar aos entrevistados. Como já referimos anteriormente os guiões das entrevistas (anexo IV) foram elaborados seguindo um modelo de entrevista dirigida, semiestruturada, com questões relativamente objetivas, mas de resposta aberta de modo a permitir obter informação fundamental para atingir os principais objetivos desta dissertação. O guião das entrevistas foi elaborado no pressuposto de auscultar os diversos *stakeholders* sobre o estado atual do turismo na natureza na ilha do Pico, as suas perspetivas de futuro e o grau de preocupação com a sustentabilidade do mesmo por parte das diversas entidades intervenientes na atividade de turismo na natureza.

Dentro da construção do guião das entrevistas efetuadas considerou-se necessário definir um conjunto de objetivos mais específicos designadamente:

- Indagar da importância atribuída pelas entidades institucionais ao turismo de natureza nos Açores e na ilha do Pico;
- Aferir da existência, ou não, de programas de sensibilização ambiental dirigidos aos diversos intervenientes na atividade do turismo na natureza nos Açores e na ilha do Pico em particular;
- Saber do grau de preocupação dos entrevistados com a sustentabilidade do turismo na natureza na ilha do Pico;

- d) Aferir do grau de qualidade atual o turismo na natureza do Pico na ótica das diversas entidades intervenientes, designadamente das entidades institucionais e dos diversos operadores.

Atendendo à especificidade das funções de cada um dos entrevistados, foram concebidas perguntas extras, sempre que se considerou necessário, dado o relevo dos seus cargos e entidades que representam.

Transversalmente, a todos os entrevistados foi indagado sobre a sua ligação à área do turismo na natureza e às perspetivas de futuro deste tipo de turismo para a ilha do Pico.

O guião das entrevistas foi desenvolvido considerando os objetivos anteriormente indicados, os grupos de *stakeholders* a entrevistar e foi desenvolvido por etapas, com consulta a um especialista e sucessivas revisões.

### **4.3 APLICAÇÃO DA ENTREVISTA**

Escolhidos que foram os *stakeholders* a entrevistar, foram os mesmos abordados no sentido de questioná-los sobre a sua disponibilidade para colaborem neste estudo, tendo sido desde logo informadas sobre os objetivos da entrevista. Os questionários das entrevistas foram enviados via correio eletrónico no decurso do mês de dezembro de 2017 e as respostas recebidas durante os meses de janeiro e fevereiro de 2018, sendo que, dada a falta de disponibilidade de alguns entrevistados, algumas entrevistas realizaram-se por via telefónica.

### **4.4 TRATAMENTO E ANÁLISE DA INFORMAÇÃO**

Após a realização das entrevistas procedeu-se à transcrição das mesmas e à análise do seu conteúdo.

A análise dos conteúdos foi feita de forma qualitativa e de interpretação direta, procurando-se simultaneamente estabelecer a identificação dos temas e categorias essenciais para a categorização e codificação a realizar na fase seguinte com a construção de grelhas de resposta, por pessoa/resposta, associada em categorias e selecionada segundo critérios de relevância. Desta forma, foi possível sistematizar a informação tornando mais fácil a comparação entre as diversas respostas à mesma pergunta.

## 5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

### 5.1 ENQUADRAMENTO

Dada toda a vasta informação recolhida nas 10 entrevistas realizadas, tornou-se necessário proceder a uma esquematização das respostas dadas e à sua simplificação, para assim facilitar a sua leitura e discussão dos resultados.

Quadro 21 | Entidades e organismos entrevistados neste trabalho

Entrevistados	DRA	DRAM a)	DRT	PNIP	EPS b)	ET c)	EAA d)	HS	RG	GpA e)
	Direção Regional Ambiente	Direção Regional Assuntos do Mar	Direção Regional Turismo	Parque Natural Ilha do Pico	Pico Sport	Emp. Tripix	Espaço Aqua Açores	Henry Simões	Renato Goulart	Geoparque Açores
Grupos de stakeholders	Organismos institucionais com competências nas áreas do planeamento e gestão do turismo na natureza				Empresas privadas que exercem atividades de animação turística alicerçadas no turismo na natureza				Organismo Independente de gestão ambiental	

- a) O questionário remetido a esta Direção Regional foi respondido pela Técnica Superior Helena Cepeda, que respondeu ao mesmo enquanto uma das responsáveis pela emissão de pareceres relativos à atividade marítimo-turísticas;
- b) Entrevista respondida por Robert Walter, gerente da empresa;
- c) O questionário foi respondido por Matteo Miguel Carosi Codeiro, CEO da Tripix Azores;
- d) O questionário foi respondido por Paula Dutra, coordenadora de reservas da empresa;
- e) Entrevista respondida pela geóloga Eva Almeida Lima responsável pela Geoconservação e Planeamento Ambiental do Geoparque.

### 5.2 ENTREVISTAS

A ordem da apresentação dos resultados das entrevistas segue a do quadro 21 sendo que quando os entrevistados não respondem à questão é assinalado N/R.

Para facilitar a compreensão e gestão da informação optou-se por, após a apresentação dos diversos quadros referentes às mesmas questões, fazer uma leitura dos mesmos e a análise dos dados.

A informação apresentada sobre as respostas dadas pelos 10 entrevistados foi dividida em 11 quadros com três questões cada, agrupados posteriormente em 4 conjuntos.

Quadro 22 | Organismos institucionais com competências nas áreas do planeamento e gestão do turismo na natureza

	<b>Q1</b> Ligação do entrevistado à atividade de TN	<b>Q2</b> Nível de oferta e potencial de crescimento do TN na ilha do Pico	<b>Q3</b> As estratégias de planeamento e gestão a nível local e regional do TN
DRA	Organismo responsável pela definição da política regional nos domínios do ambiente, do ordenamento do território e dos recursos hídricos.	Excelente e como tal reconhecida nacional e internacionalmente. O Pico oferece uma gama diversificada de atividades do turismo da natureza das quais destacamos, o pedestrianismo, a espeleologia, a observação de aves, a observação de cetáceos, o mergulho em apneia ou de escafandro, a observação da flora e o montanhismo	As mesmas são as adequadas existindo, no entanto, a necessidade, por um lado, controlar a afluência dos visitantes a algumas áreas protegidas, como também melhorar a qualidade de visitação.
DRAM	Emite pareceres relativos a atividades marítimo-turísticas e acompanhou as recandidaturas ao programa Quality Coast.	A ilha possui várias empresas com programas vocacionados para o mergulho, aluguer de embarcações e observação turística de cetáceos. Possui também numerosas zonas balneares de grande beleza. Algumas destas atividades têm potencial de crescimento e melhoramento e de aproveitamento de novos nichos de mercado.	Medidas tomadas como sejam a criação, sinalização e manutenção de trilhos, a salvaguarda da orla costeira, criação de centros de interpretação e museus, são fatores de promoção e dinamização do património natural.
DRT	Organismo a quem incumbe contribuir para a definição e execução das políticas de apoio ao setor turístico, nomeadamente na vertente de infraestruturas e ordenamento, bem como na estruturação e qualificação da oferta de produtos turísticos.	O nível de oferta de produtos e serviços de animação turística está em crescendo, em adaptação à performance verificada ao nível da procura. Atualmente, é possível desenvolver uma enorme variedade de atividades, através da presença de inúmeros agentes de animação turística, tendo a DRT a indicação que se prevê a entrada de novos agentes privados e a oferta de novos produtos e serviços na atividade, alargando desta forma a oferta total.	A compatibilização da atividade turística e a defesa do património ambiental tem sido alcançada. A ampliação da importância do turismo de natureza e de aventura no futuro, terá o seu impacto sendo previsível a futura criação de legislação regional relativa à atividade de Turismo de Natureza (TN).
PNIP	Gere a atividade turística nas áreas protegidas do PNI, nos trilhos pedestres, bem como a gestão de 3 centros de visitantes	Com o aparecimento de diversas empresas dinamizadoras tem vindo a ser dinamizada, especialmente nos últimos anos, as atividades do pedestrianismo, da escalada, da orientação e da espeleologia, entre outros, existindo um enorme potencial de crescimento.	As mesmas são adequadas encontrando-se definidas no Plano Estratégico e de Marketing para o Turismo dos Açores, que tem como objetivo central a definição de um conjunto de estratégias, entre mercados e produtos que, com base nas necessidades do território e dos vários <i>stakeholders</i> . Necessidade da conclusão dos planos de gestão dos PNIP, que ajudarão na gestão (em curso) deste tipo de atividade dentro das Áreas Protegidas.

### Leitura e análise sintética dos resultados (Quadro 22)

**Questão 1** – O grupo de entrevistados incluídos no quadro 22 integra a entidades públicas regionais que tutelam as áreas do turismo e do ambiente incluindo 3 direções regionais, Ambiente, Assuntos do Mar e Turismo e um organismo dependente da Direção Regional do Ambiente o Parque Natural da ilha do Pico que, entre outras incumbências, é responsável pela atividade turística nas áreas protegidas daquele parque entre as quais se inclui a montanha do Pico.

**Questão 2** – Os entrevistados quanto ao nível de oferta turística na área do montanhismo e observação de cetáceos são unânimes considerando-o bom ou mesmo muito bem e com um potencial de crescimento acentuado.

**Questão 3** – É entendimento destas entidades que as estratégias que se encontram implementadas de planeamento e gestão do turismo de natureza são as adequadas sendo no entender destes organismos as principais preocupações futuras a melhoria da qualidade da visitação (DRA) e, na área legislativa a criação de normas regionais que disciplinem a atividade de turismo de natureza (DRT) e a conclusão dos planos de gestão dos parques naturais de ilha (PNIP).

Quadro 23 | Empresas privadas que exercem atividades de animação turística alicerçadas no turismo na natureza e aventura

	<b>Q1</b> Ligação do entrevistado à atividade de TN	<b>Q2</b> Nível de oferta e potencial de crescimento do TN na ilha do Pico	<b>Q3</b> As estratégias de planeamento e gestão a nível local e regional do TN
EPS	Empresa que opera na ilha do Pico no ramo da observação de cetáceos, natação e passeios com golfinhos	N/R quanto ao nível da oferta turística considera-se que o mercado tem potencial de crescimento sendo, no entanto, prejudicado pelas dificuldades nas acessibilidades à ilha.	n/r
ET	Empresa que organiza e presta serviços na área do turismo de natureza e aventura no território que comporta as ilhas do Pico, Faial e São Jorge, dentro e fora de áreas classificadas ou protegidas.	A oferta é satisfatória em relação à realidade atual e o seu potencial é crescente. A oferta de serviços vem passando por um processo de aperfeiçoamento e a cada ano as empresas locais estão mais profissionais oferecendo um serviço de maior qualidade e de acordo com as exigências do mercado. Como fator negativo consideramos a falta de recursos humanos locais qualificados por forma a garantir uma qualidade de serviço e a sustentabilidade turística.	O governo regional tem feito um excelente trabalho de promoção do destino, focando-se no mercado de turismo sustentável e ativo e assim valorizando a região; porém é importante encontrar o ponto de equilíbrio entre a oferta e a procura de forma a não exceder as capacidades de carga de cada atração.
EAA	Empresa que se dedica à observação de cetáceos.	Nível de oferta bom e com extremo potencial de desenvolvimento.	Adequadas.
HS	Guia de montanha certificado estando atualmente, a preparar um projeto de férias integradas, que incluirá alojamento, visitas turísticas e alimentação na ilha do Pico.	Nos meses de julho e agosto, a oferta é inferior à procura. Nos restantes meses a tendência inverte-se.	Adequadas.
RG	Gerente da empresa “eXPerience 2351” vocacionada para o Turismo de Natureza e guia de montanha.	O Pico foi aos poucos criando condições para as pessoas que nos visitam, quer a nível de restauração, alojamentos, quer sejam de Turismo Rural, Alojamento Local, condições dos portos, barcos, e aeroporto, etc. A ilha do Pico é, sem dúvida, uma das ilhas com mais potencial nesse aspeto, uma vez que é uma ilha em que os seus habitats estão ainda bem preservados e existe uma preocupação para que os mesmos assim se mantenham.	Existe uma preocupação em preservar esses locais, mas com a crescente procura a preservação desses habitats está sendo colocada em causa, pelo que se torna necessário controlar a capacidade de carga nas zonas protegidas devendo os grupos fazer-se acompanhar com guias habilitados para o efeito.

### Leitura e análise sintética dos resultados (Quadro 23)

**Questão 1** – Os entrevistados dividem-se entre duas empresas que se dedicam à observação de cetáceos, uma empresa vocacionada para a prestação de serviços na área do turismo de natureza e dois guias de montanha.

**Questão 2** – Questionados sobre o nível de oferta os inquiridos, à exceção de EPS que n/r, consideram-na satisfatória ou mesmo boa realçando a sua evolução no enquanto alertam para a sazonalidade do destino de que resulta que a oferta, segundo EAA, não consiga satisfazer a procura na época alta (julho e agosto) e seja excedentária nos restantes meses do ano e para as dificuldades de acessibilidade que os turistas sentem em chegar á ilha, EPS. Quanto ao potencial de crescimento do turismo de natureza na ilha todos consideram-no grande à exceção de EAA que N/R.

**Questão 3** – Todos os entrevistados, que responderam, consideram as estratégias de planeamento do turismo de natureza adequadas ou mesmo excelentes (ET) alertando, no entanto, para a necessidade de procurar-se um equilíbrio entre a oferta e a procura de modo a não exceder a capacidade de carga (ET e RG). A EPS não respondeu à pergunta.

Quadro 24 | Organismos independentes de gestão ambiental

	Q1 Ligação do entrevistado à atividade de TN	Q2 Nível de oferta e potencial de crescimento do TN na ilha do Pico	Q3 As estratégias de planeamento e gestão a nível local e regional do TN
GpA	Geóloga/Responsável pela Geoconservação e Planeamento Ambiental do Geoparque Açores, Geoparque Mundial da UNESCO.	Existe alguma oferta de atividades e experiências embora com diferentes graus de desenvolvimento. Todas as ilhas dos Açores têm potencial para desenvolvimento do turismo de natureza e aventura, a ilha do Pico é das que tem mais potencial para crescer em turismo, embora tenha evoluído muito nos últimos anos.	A oferta existente em termos de atividades e experiências para turismo de natureza precisa ser melhor articulada dentro de cada ilha e dentro do arquipélago, de forma a quem visita determinada ilha tenha acesso a atividades que a explorem, mas para quem visita mais de uma ilha essas atividades devem ser complementares.

### Leitura e análise sintética dos resultados (Quadro 24)

**Questão 1** – Foi entrevistada a geóloga Eva Almeida Lima na qualidade de responsável, junto de uma entidade independente, o Geoparque Açores, pela geoconservação e planeamento ambiental.

**Questão 2** – Na perceção da inquirida o nível de oferta no ramo do turismo de natureza é diminuto sendo, no seu entender, a ilha do Pico uma daquelas que possui mais potencial para o crescimento desse tipo de atividades.

**Questão 3** – As estratégias de planeamento turístico a nível local e regional pecam pela falta de articulação, fazendo com que os turistas que visitam uma só ilha tenham acesso a essas atividades e caso visitem várias ilhas possam complementar essas atividades entre as diversas ilhas visitadas.

Da leitura das respostas dadas pelos diversos entrevistados designadamente às questões 2 e 3 (vide quadros 22, 23 e 24) constata-se que:



- Ao nível de oferta turística as entidades públicas são as que consideram que a oferta se encontra a um melhor nível, sendo que para os privados tal oferta varia entre o bom e o satisfatório, enquanto o organismo independente é mais reservado, considerando a oferta ainda limitada;
- O potencial de crescimento é valorizado por todos os inquiridos, sendo que as empresas privadas referem alguns constrangimentos que deverão ser ultrapassados, como sejam: as acessibilidades, a falta de recursos humanos qualificados e a sazonalidade do destino;
- Quer para as entidades privadas como para os organismos oficiais, as estratégias de planeamento e gestão do produto são as adequadas, sendo que para o Geoparque Açores as mesmas pecam pela sua falta de articulação entre o plano local (de ilha) e regional;
- Dentro da questão do planeamento e gestão do produto, os organismos públicos inquiridos propõem principalmente medidas futuras de cariz legislativo, no sentido de disciplinar a atividade, enquanto as empresas alertam para a necessidade de não exceder a capacidade de carga dos recursos.

Quadro 25 | Entidades com competências nas áreas do planeamento e gestão do turismo na natureza

	<b>Q4</b> Ações mais relevantes implementadas para um desenvolvimento turístico responsável	<b>Q5</b> O crescimento turístico como ameaça a um desenvolvimento responsável	<b>Q6</b> Exemplo de ações para promover a sustentabilidade
DRA	Diversificar e multiplicar as ofertas de modo a “dispersar” os visitantes pelo máximo de ofertas possíveis e promover a pré-marcação e disponibilização, nos diversos acessos informáticos, nomeadamente na APP do Parque Natural a afluência “ao minuto” das principais Áreas Protegidas.	A crescente procura turística só pode ser uma ameaça se a Região não souber controlar o afluxo turístico nas AP, adaptando os Regulamentos a esse afluxo, numa perspetiva sempre da perenidade dos valores naturais em causa.	Criação de uma Linha SOS Ambiente, que complemente o serviço <i>online</i> Na Minha Ilha (estava prevista a sua implementação no dia 1 de janeiro de 2018).
DRAM	Não sabe/ não responde	O aumento descontrolado do número de visitantes pode ser uma ameaça em algumas atividades e parte do território. No seguimento da conferência Açores 2017: no rumo do turismo sustentável foi assumido um compromisso público no sentido de definir metas de desenvolvimento turístico compatíveis com o desenvolvimento sustentável.	Apoiar e promover práticas sustentáveis nos alojamentos turísticos e compensar as emissões de carbono utilizadas nos transportes.
DRT	As orientações do PEMTA apontam para um mercado de potenciais visitantes eles próprios sensíveis à defesa do meio ambiente. A infraestruturação de uma rede de trilhos pedestres regional, a implementação de um sistema de gestão da fruição da montanha do Pico e a regulamentação da atividade de observação de cetáceos, entre outras.	Deve-se aferir a performance e identificar eventuais dissonâncias que possam estar a ocorrer na atividade turística. Próximo desígnio do Governo Regional dos Açores na área do turismo a certificação do destino turístico Açores como destino certificado pela sustentabilidade, com base nos critérios de sustentabilidade definidos pela GSTC – <i>Global Sustainable Tourism Council</i> , entidade reconhecida pela ONWTO.	São ainda muito poucos os recursos turísticos nos Açores que registam a necessidade de imposição de uma fruição controlada administrativamente. A implementação de uma estratégia de sustentabilidade.
PNIP	Criação de uma rede de percursos pedestres certificada, a subida à montanha do Pico, com regras de acesso bem definidas, incluindo a certificação de Guias, a observação de cetáceos, com regras bem implementadas.	É fundamental estabelecer as capacidades de carga para os diversos locais e está em curso um projeto TURGEO, onde estão a ser definidas capacidades de carga para diversos geossítios dos Açores.	Diversificar os circuitos e horários oferecidos pelas diversas empresas de animação turística, criando outras atividades e maior criatividade nos produtos que já oferecem.

### **Leitura e análise sintética dos resultados (Quadro 25)**

**Questão 4** – As ações propostas vão desde a diversificação da oferta (DRA), a criação de novas aplicações informáticas de gestão das áreas protegidas (DRA), a implementação de uma rede de percursos pedestres certificados (DRT e PNIP) e a implementação de uma política de certificação de guias e das empresas ligadas à observação de cetáceos (PNIP). Quanto à DRAM a mesma não respondeu ao questionado.

**Questão 5** – Para os inquiridos o crescimento turístico deverá ter em conta o fluxo turístico nas áreas protegidas, valorizando primeiramente os valores naturais (DRA), sendo que esta preocupação com a sustentabilidade é transversal a todos os inquiridos, realçando PNIP o trabalho que se encontra a ser realizado na definição de capacidades de carga para diversos geossítios dos Açores.

**Questão 6** – As ações de sustentabilidade propostas por estas entidades públicas focam-se primordialmente do fator sustentabilidade, sendo que surgem algumas propostas concretas como seja: a criação da linha SOS Ambiente (DRA) e diversificação dos circuitos turísticos e os horários praticados, promovendo-se assim ofertas mais criativas (PNIP).

Quadro 26 | Empresas privadas que exercem atividades de animação turística alicerçadas no turismo na natureza e aventura

	<b>Q4</b> Ações mais relevantes implementadas para um desenvolvimento turístico responsável	<b>Q5</b> O crescimento turístico como ameaça a um desenvolvimento responsável	<b>Q6</b> Exemplo de ações para promover a sustentabilidade da atividade turística
EPS	Não sabe/ não responde	A capacidade de carga ainda não atingida sendo que o maior problema inerente a um crescimento de um turismo responsável é a sazonalidade da procura que se concentra apenas em 3 meses no ano.	As empresas devem dialogar entre si de forma a gerir o acesso a determinados locais (montanha do Pico e observação cetáceos) para manter a qualidade dos habitats
ET	As ações implementadas são pouco visíveis. Neste momento está-se a discutir com as autoridades competentes a nova portaria que irá regular o acesso à Reserva Natural da Montanha do Pico, e da primeira reunião saíram ideias da parte das autoridades que poderão visar uma política que promova o desenvolvimento turístico responsável e sustentável.	Sim pelo que julgamos ser muito importante implementarmos um modelo de promoção e atratividade da região de forma a diluirmos as maiores concentrações de turistas num curto espaço de tempo. Acreditamos ser necessário a identificação das áreas a serem exploradas e protegidas com a limitação efetiva das operações turísticas onde se permita oferecer de forma regulamentada e autorizada experiências de vida aos turistas e dessa forma fiscalizarmos as ações e condutas desenvolvidas por turistas autônomos, e assim regularmos de forma controlada as capacidades de carga.	Colocar em primeiro lugar a promoção da viagem aos Açores mas de forma que os turistas procurem e realizem as atividades com o tecido empresarial local. A criação de um certo “protecionismo” para o empreendedorismo visando a oferta de experiências únicas aos viajantes, irá potenciar e distinguir o destino e marca Açores dos demais. Necessidade que visitantes e população em geral sejam orientados para ter o melhor comportamento, gerando o mínimo de impacto ambiental, económico e social na realidade açoriana.
EAA	A limitação do número de pessoas permitidas por dia a subir da montanha	Sim, é importante.	Atividades de TN – A subida à montanha e a observação de cetáceos.
HS	Manutenção e criação de trilhos, apoio ao alojamento local.	Não penso que seja uma ameaça, mas sim uma oportunidade.	Autorizar a subida à montanha só com guias certificados.
RG	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Campanhas de Sensibilização dos gestores do Parque Ilha;</li> <li>- Promoção nas feiras de turismo além-fronteiras do potencial desse destino turístico;</li> <li>- Formação de guias credenciados e,</li> <li>- Campanhas pelas Autarquias da ilha para promover cada vez mais o Turismo de Natureza.</li> </ul>	Existe já uma preocupação com a capacidade de carga, em especial na Montanha do Pico, designadamente em regular o número de pessoas que podem subir a montanha, e como tal disciplinar as pessoas a subir com guias, permitindo assim minimizar um desgaste que certamente ano após ano tem vindo a acentuar, mas com essas regras ainda vamos a tempo de preservar alguns habitats.	Cabe aos guias organizar os grupos de forma que não estejamos nos mesmos locais na mesma hora e assim ter essas dificuldades, mas é óbvio que cada ano que passa, isto vai ser difícil, porque cada vez mais existem pessoas que nos visitam e que repetem ano após ano.

### Leitura e análise sintética dos resultados (Quadro 26)

**Questão 4** – Quanto a propostas de medidas a implementar para um desenvolvimento turístico sustentável apenas a empresa Pico Sport (EPS) não responde e a Tripix (ET) considera as ações em implementação pouco visíveis, sendo que as restantes entrevistadas propõem medidas que promovam a sustentabilidade do produto, como sejam: a limitação à subida à montanha (EAA), a manutenção dos trilhos (HS), campanhas de sensibilização e formação de guias credenciados

(RG). Para além deste tipo de medidas também se sublinha a necessidade da promoção do destino (RG).

**Questão 5** – Os entrevistados consideram primeiramente que a capacidade de carga ainda não foi atingida (EPS e RG) e para HS o crescimento que se tem verificado no número de visitantes é uma oportunidade de crescimento para a ilha. Para os entrevistados é essencial que o crescimento do turismo se reflita também na diminuição da sazonalidade (EPS e ET).

**Questão 6** – As propostas mais referidas versam a necessidade de as empresas cooperarem entre si, no sentido de serem elas próprias a auto regular o acesso a determinadas atividades turísticas (EPS e RG), referindo-se também a necessidade das autoridades darem alguma primazia às empresas locais aquando da promoção do destino (ET) e de se efetuarem campanhas de sensibilização juntos dos locais e dos visitantes, de modo a minimizar o impacto do turismo na realidade local (ET). É de novo referida a necessidade de limitar a subida à montanha a visitantes acompanhados de guias certificados (HS).

Quadro 27 | Organismos independentes de gestão ambiental

	<b>Q4</b> Ações mais relevantes implementadas para um desenvolvimento turístico responsável	<b>Q5</b> O crescimento turístico como ameaça a um desenvolvimento responsável	<b>Q6</b> Exemplo de ações para promover a sustentabilidade da atividade turística
GpA	A promoção de cursos de capacitação dos guias turísticos e demais funcionários de turismo, alojamento e restauração, mas como são de participação voluntária e geralmente pagos nem todos usufruem dos mesmos e acabamos por ter ofertas com diferentes níveis de qualidade e informação. Necessidade da realização de formações específicas para aproveitamento das tradições e recursos endógenos, cursos de empreendedorismo e de interpretação e usufruto sustentável dos recursos naturais que cada ilha oferece.	A crescente procura turística no arquipélago mantém-se uma ameaça se se continuar a promover os mesmos locais quando há muito mais a mostrar e explorar; É necessário no âmbito do planeamento distribuir os visitantes por mais locais que atualmente não são aproveitados; É necessário definir capacidades de carga para os diferentes locais visitáveis e onde se desenvolvem atividades de natureza; Planeamento concertado assumindo que nem todos os locais têm a mesma apetência para o mesmo uso ou desenvolvimento das mesmas atividades e, Diferenciação na oferta dentro da mesma ilha e complementar ao nível do arquipélago.	- Criação de visitas com horas marcadas, ou diferentes horas de entrada nos locais; - Promover as visitas guiadas sendo assim possível controlar onde estarão os visitantes e, - Zonar os locais e distinguir diferentes tipos de uso.

### Leitura e análise sintética dos resultados (Quadro 27)

**Questão 4** – A problemática da formação dos atores da área é considerada pela entrevistada como essencial, mencionando-se a necessidade da realização de ações específicas para o aproveitamento das tradições e recursos endógenos, empreendedorismo e de interpretação dos recursos naturais.

**Questão 5** – O crescimento do turismo deverá levar a que sejam promovidas outras realidades a desfrutar, sendo necessário definir a capacidade de carga de diversos locais com um planeamento

e diferenciação da oferta a nível regional, tornando a oferta de cada ilha complementar e integrada na oferta global do arquipélago.

**Questão 6** – Os exemplos propostos para a sustentabilidade voltam de novo a focar-se no controle do número de visitantes, com a criação de horários alargados de visitação, no planeamento das visitas conforme a maior vulnerabilidade ou não dos locais de visitação e na promoção das visitas guiadas.

Da análise às respostas dadas pelos inquiridos às questões 4 a 6 (vide quadros 25, 26 e 27), conclui-se que as ações consideradas mais relevantes que se encontram implementadas são no entender dos organismos públicos (DRA, DRT e PNIP): a diversificação da oferta, o investimento nas infraestruturas com a criação de trilhos certificados, entre outras medidas e no campo dos recursos humanos, a certificação de guias, medida essa também proposta por Renato Goulart (RG). As empresas privadas contactas, por seu turno, focam-se na defesa de medidas que promovam a sustentabilidade do produto, designadamente através de limitações à subida da montanha (EAA), manutenção dos trilhos (HS), a que se acrescem campanhas de sensibilização ambiental e de promoção do produto (RG). Quanto ao Geoparque Açores considera primordial o investimento na formação dos operadores turísticos e seus colaboradores.

Questionados os inquiridos quanto à problemática inerente ao crescimento turístico como eventual ameaça a um desenvolvimento responsável, os mesmos são unânimes em considerar como fator essencial ao crescimento turístico a sua sustentabilidade, sendo que a mesma deverá ter em conta a capacidade de carga dos diversos locais (PNIP e GpA), que segundo EPS e RG ainda não foi atingida. É ainda referido como essencial a manutenção de um desenvolvimento sustentável a redução da sazonalidade do fenómeno turístico (EPS e ET).

No que a ações a propor no sentido de promover a sustentabilidade turística os entrevistados defendem políticas de sustentabilidade como sejam:

- criação da linha SOS ambiente (DRA);
- diversificação dos circuitos turísticos e respetivos horários de visitação (PNIP e GpA);
- autorregulação da atividade pelas próprias empresas (EPS e RG);
- promoção de campanhas de sensibilização juntos dos locais e dos visitantes de modo a minimizar o impacto do turismo na realidade local (ET);
- controle do número de visitantes de cada local e a promoção de visitas guiadas (HS e GpA).

Quadro 28 | Organismos institucionais com competências nas áreas do planeamento e gestão do turismo na natureza e aventura

	<b>Q7</b> Situação atual da subida à montanha e observação cetáceos e propostas de melhorias	<b>Q8</b> Julga ser adequado implementar limitações adicionais à capacidade de carga na subida á montanha e na observação de cetáceos e quais
<b>DRA</b>	Quanto à subida à Montanha do Pico, estão previstas algumas alterações ao Regulamento, introduzindo mais algumas condicionantes e limitações, ajustando as taxas a uma maior moderação nos usos mais impactantes e melhoramento nas infraestruturas de apoio. Quanto à observação de cetáceos este assunto é da Responsabilidade da DRAM, pelo que deve consultar essa Direção Regional.	Considero que esta questão já foi respondida nas questões anteriores.
<b>DRAM</b>	Relativamente à subida à montanha não tenho conhecimentos que me permitam responder. No que diz respeito à Observação Turística de Cetáceos a oferta atualmente disponível é a máxima desejável tendo em conta o bem-estar animal. Há alguns aspetos que podem ser melhorados, pelo que está em preparação nova legislação, elaborada com a participação dos operadores, com vista a melhorar as práticas no sector.	Podem e devem ser impostos limites à atividade de observação turística de cetáceos, tanto para salvaguardar o bem-estar animal como a qualidade do produto turístico.
<b>DRT</b>	As atividades estão regulamentadas e os operadores identificados e licenciados (no caso da observação de cetáceos). Na atividade de subida à montanha estão previstas algumas melhorias ao nível das infraestruturas que dão apoio à atividade. Prevê-se incentivar as subidas acompanhadas por guia em detrimento das subidas independentes, bem como será desincentivada a permanência noturna na cratera. Ao nível da observação de cetáceos, e em face do aparecimento de agentes turísticos interessados em desenvolver a atividade em ilhas nas quais este interesse não existia, será necessário proceder a uma ligeira revisão regulamentar que habilite o estabelecimento desta atividade nas referidas ilhas.	A pura e simples limitação de carga não é a solução ótima para uma atividade que se pretende sustentável. Aliás, em ambas as situações identificadas a questão da limitação está associada por um lado à segurança (subida à montanha) e ao bem-estar animal (observação de cetáceos). A solução passará muito pela criação de uma oferta de animação turística tão diversificada quanto possível que permita a dispersão da procura pelas várias atividades. O modelo também deve ter em conta, face ao desenvolvimento que a atividade vai registando, uma possível migração de determinados mercados emissores para outros que valorizem ainda mais a experiência turístico no destino Açores, garantindo-se com menos visitantes o mesmo ou maior valor.
<b>PNIP</b>	Na subida à montanha existem dois tipos de subida, autónoma (sem guia) e através de Empresa certificada (com guia certificado). Existe capacidade de carga definida, um sistema de rastreio e câmaras de vigilância. A casa da montanha encontra-se aberta todos os dias do ano sendo que de maio a outubro está aberta as 24 horas do dia e irá ser ampliada este ano de forma a separar o fluxo das subidas com o fluxo das descidas e melhor as condições de atendimento) e o próprio regulamento tem vindo a ser revisto de forma a minimizar os impactes causados com este aumento de visitantes. Para o futuro prevê-se para além do limite do número de visitantes em simultâneo, haja também um limite máximo de subidas, por dia, limitar as pernoitas, condicionar o acesso ao topo da montanha (piquinho), melhorar sistema de reservas e registo dos visitantes na casa da montanha, melhorar a equipa de resgates (Bombeiros Voluntários da Madalena), maior vigilância na montanha e ações de recuperação do trilho. Na observação de cetáceos, existem regras bem definidas para toda a operação, existe um limite para o número de empresas a operar por área geográfica e tem vindo também a aumentar a procura e a oferta. Inicialmente só operavam no verão, agora iniciam operações em abril, e algumas empresas o ano todo, apostando não só no verão, mas também noutros períodos do ano, como por exemplo na observação da baleia azul durante a primavera. Continua a haver uma grande rivalidade entre as empresas, o que por vezes se nota negativamente nas visitas, seria importante ultrapassar esta questão. Por vezes quando há um avistamento, todos os barcos vão ao mesmo tempo para esse local e por vezes cria-se alguma pressão e dificuldade na observação	Respondido nas perguntas anteriores.

### **Leitura e análise sintética dos resultados (Quadro 28)**

**Questão 7** – Quanto ao panorama atual das duas atividades em análise os organismos abordados (DRA e DRAM) deram a sua opinião apenas nas áreas da sua jurisdição. No que à subida da montanha se refere prevê-se a alteração do respetivo regulamento (DRA, DRT e PNIP), no sentido de o mesmo vir a ser mais limitante, estando ainda previstas melhorias nas infraestruturas (DRA, DRT e PNIP) e no sistema de reservas, registo de visitantes e da equipa de resgate (PNIP). Quanto á observação de cetáceos, atualmente, a oferta está no seu máximo (DRAM) prevendo-se algumas alterações legislativas no sentido de melhorar o bem-estar animal (DRAM) e alterações ao nível da concessão de licenças (DRT). Para além deste enfoque, o PNIP refere alguns problemas que se verificam e resultantes da grande rivalidade entre as empresas concessionárias da atividade, o que gera pressão e dificuldades na observação dos cetáceos.

**Questão 8** – Questionados sobre a eventual implementação de limitações adicionais à capacidade de carga nestas atividades, a DRA e a PNIP não responderam, indicando que tal informação já fora dada nas perguntas anteriores. As outras duas entidades (DRAM e DRT) entendem que deverão ser impostos limites de capacidade de carga, desde que esteja em risco o bem-estar animal, ou a qualidade do produto turístico (DRAM), sendo que no entender da DRT o principal não será a limitação do acesso, mas sim a diversificação da animação turística, levando assim a uma dispersão da procura.

Quadro 29 | Empresas privadas que exercem atividades de animação turística alicerçadas no turismo na natureza e aventura

	Q7 Situação atual da subida à montanha e observação cetáceos e propostas de melhorias	Q8 Julga ser adequado implementar limitações adicionais à capacidade de carga na subida à montanha e na observação de cetáceos e quais
EPS	Quanto á subida à montanha a situação atual é satisfatória devendo, no entanto, melhorar-se a promoção do produto. No que se refere à observação de cetáceos a situação é muito boa sendo a taxa de sucesso na observação de 100%.	Não.
ET	O número de empresas a operar na montanha é satisfatório, bem como a quantidade de guias formados só podendo operar na montanha empresas licenciadas e com guia certificado.	- Subidas autónomas permitidas apenas a pessoas que comprovem capacidade e experiência em montanhismo devendo os restantes subir acompanhados de guia; - Permitir a subida ao Piquinho apenas a quem seja acompanhado por guia; - Limitar a pernoitas na cratera a grupos com guia.
EAA	A oferta é boa	É importante para preservar e valorizar os recursos naturais
HS	A observação de cetáceos está adequada, a subida à montanha está sobrelotada no verão.	Limitar as subidas só com guia, cada guia com o máximo de 8 pessoas
RG	As subidas a montanha e observação de cetáceos são sem dúvida as atividades que mais lucros representam, tendo em conta a crescente procura.	- Introdução de uma capacidade de carga diária. - Melhorar as condições da “Casa da Montanha” com uma eventual ampliação que a torne mais funcional; - Implementar regras mais rígidas, para que as pessoas se sensibilizem a subir sim, mas na presença de Guia; - Permitir que o número de pessoas que subam a montanha sem guia seja de 25% da carga máxima; - Limitação de subidas sem guias durante a noite e pernoita - Subida ao "piquinho" exclusivamente com guia; - Aumento para 200% das taxas para subidas autónomas; - Criação de "zonas tampão" onde seja proibido circular; - Melhorar os meios de resgate em situações de acidentes.

### Leitura e análise sintética dos resultados (Quadro 29)

**Questão 7** – Para os entrevistados a situação atual é satisfatória sendo, no entanto, apresentadas algumas sugestões, como sejam a melhoria da promoção do produto (EPS) e a limitação do acesso à montanha a quem seja acompanhado por guia certificado (ET).

**Questão 8** – Dos inquiridos auscultados apenas a empresa Pico Sport (EPS) não advoga qualquer limitação adicional aos atuais parâmetros de visitação, sendo que as restantes (ET, EAA, HS e RG) defendem a implementação de limitações adicionais designadamente:

- restringir a subida ao piquinho com acompanhamento de um guia (ET e RG);
- limitar toda a subida só a visitantes acompanhados de guias propondo-se um número máximo de 8 pessoas por guia (HS) e,
- autorizar a pernoita na cratera só a grupos com guia (ET e RG);
- proibir a subida autónoma noturna (RG);
- criação de cotas para quem queira subir autonomamente e aumentar as taxas de visita nessas situações (RG);
- criação de zonas proteção integral onde seja de todo proibido circular.



Quadro 30 | Organismos independentes de gestão ambiental

	Q7 Situação atual da subida à montanha e observação cetáceos e propostas de melhorias	Q8 Julga ser adequado implementar limitações adicionais à capacidade de carga na subida à montanha e na observação de cetáceos e quais
GpA	Na minha opinião é necessária uma maior monitorização na subida à montanha. Quanto à observação de cetáceos só tenho experiência como utilizadora do serviço, mas acho que se respeitarem as regras de observação definidas e não “pressionarem” os animais não haverá problema.	Já existe uma capacidade de carga definida para a subida à Montanha do Pico, pode é ser repensada ou recalculada conforme os impactes da sua visitação.

### Leitura e análise sintética dos resultados (Quadro 30)

**Questão 7** – A preocupação demonstrada vai para uma maior monitorização da subida à montanha e quanto à observação de cetáceos dever-se-á pugnar pelo cumprimento das regras de observação em vigor.

**Questão 8** – Quanto a limitações adicionais e apenas com referência à subida à montanha entende-se ser necessário repensar a atual capacidade de carga face aos impactes dos visitantes.

Da análise às respostas dadas pelos inquiridos às questões 7 e 8 (vide quadros 28, 29 e 30), e no que á situação atual e propostas de melhorias, os organismos oficiais não se prenunciam sobre o estado atual de visitação, enquanto as empresas privadas inquiridas consideram que o mesmo é satisfatório. Quanto a propostas de melhorias todos defendem a implementação de medidas mais limitativas quanto á subida da montanha através de alterações ao regulamento de acesso (DRA, DRT e PNIP e ET), ou através de uma maior monitorização das subidas (GpA). No que respeita à observação de cetáceos prevêem-se alterações legislativas designadamente quanto à concessão de licenças (DRAM).

Questionados sobre a eventual implementação de limitações adicionais as entidades públicas são reticentes, não considerando que tal seja adequado. Pelo contrário, a maioria das empresas auscultadas (ET, EAA, HS e RG) tem uma opinião oposta, enquanto o Geoparque Açores considera que a capacidade de carga da subida à montanha poderá ser redefinida face aos impactes da visitação.

Quadro 31 | Empresas privadas que exercem atividades de animação turística alicerçadas no turismo na natureza e aventura

	<b>Q9</b> Qual a sua preocupação em promover a sensibilização ambiental	<b>Q10</b> Como avalia o controlo das regras de fruição por parte das autoridades e que melhoria propõe	<b>Q11</b> Tem algo a acrescentar
EPS	Acho que devemos mostrar essas regras especialmente para a observação de baleias. No momento, as empresas precisam atrair mais atenção para os animais.	Não sabe/não responde	Não responde
ET	As informações são dadas por via oral e complementadas com o visionamento de um filme. Na nossa opinião, consideramos que a quantidade de informação apresentada num curto espaço de tempo às pessoas faz com que elas se esqueçam ou não liguem à importância de algumas destas regras. Um dos pontos que para as empresas e guias nos deixa perplexo é a forma constante, pouco atenta ou até sem sensibilidade que os autónomos pisam e destroem a frágil e endémica vegetação da montanha, destruindo vegetação, raízes, criando novos trilhos com pedra solta e assim aumentando a perigosidade da atividade na Montanha.	O controlo é feito pelas autoridades unicamente na Casa da Montanha, processo obrigatório para quem quer subir a Montanha. O controlo dos visitantes autónomos deverá ser mais rigorosa, designadamente se os mesmos possuem os equipamentos mínimos indispensáveis. Toda a ação e cumprimento das regras para além da Casa da Montanha, é inexistente por parte das autoridades, pois não possuem “fiscais”. É dessa forma e no seguimento apresentado anteriormente, a AGMA pretende que as autoridades reconheçam a importância do Guia de Montanha, até ao ponto das indicações desses mesmos permitam minorizar os riscos e evitar inclusive catástrofes.	Queremos salientar que esta entrevista se refere à nossa visão enquanto empresa “Tripix Azores” e guias certificados. Porém decidimos incluir os pontos de vista da AGMA, Infelizmente as autoridades olham para a Montanha como um negócio. Mais uma vez consideramos deveras importantes apostar mais na qualidade que na quantidade, defendemos a conservação da montanha de maneira a criarmos uma oferta turística assente na autenticidade. A capacidade de carga da montanha durante a época alta não é respeitada sendo que nos casos de resgate deverá ser mais célere a identificação da vítima. No decurso de 2017 visitaram a montanha mais de 15 mil pessoas sendo que mais de metade fizeram-no de forma autónoma (cerca de 11 mil) o que no meu entender comprova que as motivações das autoridades são inversas das dos guias, pois são defensores de mais visitantes em detrimento da qualidade. Defendemos ainda que os visitantes autónomos deverão responsabilizar-se pelo pagamento de um eventual resgate em caso de acidente.
EAA	Sim, através do briefing antes de cada viagem e durante a viagem.	Não sabe/não responde	Não responde
HS	Não Sabe/não responde	Não sabe/não responde	Não responde
RG	Existem regras de conduta e sensibilização ambiental entre os guias credenciados, sendo os mesmos uma mais valia na Montanha do Pico, quer seja na prevenção de acidentes com os visitantes bem como na sensibilização para com o meio envolvente. Verifica-se, no entanto, que muitos visitantes sobem sem guias e aí sim, vemos imenso lixo, o não cumprimento do trilho, o ignorar das recomendações dos guias. Tenho um papel de sensibilização e prevenção explicando e enquadrando o turista. Quanto aos visitantes individuais a sensibilização é feita pela casa da montanha, no entanto, é minha percepção que, aproximadamente 90% dos mesmos, não cumpre com as orientações que lhes foram transmitidas.	Existe sensibilização por parte dos funcionários com referência aos visitantes individuais, mas as pessoas nem sempre são cumpridoras. Medidas para melhorar: - Reduzir as subidas autónomas; - Estabelecer parcerias de forma que exista um maior controlo sobre as pessoas que não respeitam o ambiente e, - Maior fiscalização sobre os visitantes individuais.	Não tenho muito mais a acrescentar, apenas que os Açores continuem a ser o que sempre possuímos um turismo de eleição e um Turismo de Natureza de grande qualidade.

### **Leitura e análise sintética dos resultados (Quadro 31)**

**Questão 9** – À exceção de Henry Simões (HS) que não responde, todas as empresas demonstram uma grande preocupação em promover a sensibilização ambiental dos seus clientes. No entanto, alertam para diversas situações que não se coadunam com essa sensibilização, considerando os visitantes que sobem à montanha de forma autónoma muitas vezes não cumprem com as recomendações que lhes são dadas na Casa da Montanha, contribuindo com a sua conduta para a degradação ambiental da montanha.

**Questão 10** – Sobre o teor desta questão apenas se pronunciaram duas empresas (ET e RG) e só relativamente à subida à montanha, considerando as mesmas que o controlo das regras por parte das autoridades se limita ao papel exercido pela Casa da Montanha, propondo como medidas a implementar o reconhecimento dos guias como entidades com poderes de sensibilização e fiscalização sobre os visitantes autónomos e um reforço do controlo sobre este tipo de visitantes.

**Questão 11** – Questionados sobre eventuais medidas ou propostas que julguem ser relevantes apenas duas empresas dão o seu contributo (ET e RG), que insistem na necessidade de ser dado cumprimento integral às regras de acesso à montanha, designadamente os limites diários de acesso na época estival, pugnando igualmente para que a regra na subida seja por grupos organizados e acompanhados por guias e não as subidas autónomas. Defendem ainda a melhoria das condições de resgate em caso de acidente e que os encargos inerentes ao resgate de visitantes autónomos sejam suportados pelos próprios, de forma a desencorajar a subida individualizada.

## **5.3 SÍNTESE DA ANÁLISE DAS ENTREVISTAS**

Da análise ao conteúdo das entrevistas concedidas conclui-se que a observação de cetáceos e a subida à montanha são atualmente as duas principais ofertas turísticas da ilha do Pico, verificando-se, nos últimos anos, uma crescente procura dessas atividades, sendo também consensual que o potencial de crescimento destas duas atividades é ainda muito grande. Depreende-se ainda que a nível do planeamento, os organismos públicos com poderes nestas áreas encontram-se consolidados e existe já um corpo normativo básico que estrutura o acesso e fruição destes dois tipos de oferta turística. Todos os *stakeholders* inquiridos enfatizam preocupações inerentes à necessidade da preservação ambiental dos locais visitados e a manutenção da qualidade de vida das diversas espécies, no entanto a forma de atingir esses ditames não é a mesma.

Os *stakeholders* que exploram a visita a esses espaços naturais (empresas de observação de cetáceos e guias de montanha), bem como o Geoparque Açores, enquanto entidade independente ligada à preservação ambiental, têm uma perceção da situação atual da atividade menos

animadora, considerando que a fiscalização e controlo das áreas protegidas deverá ser mais exigente e efetiva, questionando assim o trabalho das entidades públicas.

No que se refere à gestão pública destas atividades, verifica-se que o planeamento e monitorização das mesmas se encontra repartido entre diversos organismos do Governo Regional dos Açores sendo que, no que à observação de cetáceos se refere, a mesma é da competência da Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia e mais concretamente da Direção Regional dos Assuntos do Mar.

Quanto à atividade da subida da montanha do Pico, a supervisão da atividade depende do Parque Natural da ilha do Pico que, por seu turno, integra a orgânica da Direção Regional do Ambiente, enquanto toda a problemática inerente à promoção turística e planeamento depende da Direção Regional do Turismo, sendo que este organismo, tal como a Direção Regional do Ambiente, faz parte da Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo.

#### **5.4 CONTRIBUTOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DAS ATIVIDADES EM ESTUDO**

Da revisão bibliográfica realizada e das entrevistas efetuadas e dos contactos informais tidos com os diversos *stakeholders* levam-nos a propor um conjunto de medidas no sentido de promover o desenvolvimento das atividades de observação de cetáceos e a subida da montanha do Pico, seguindo um paradigma que mantenha a sustentabilidade dos recursos naturais e a sua preservação. As propostas apresentadas poderão ser englobadas em dois grupos: um primeiro que integra eventuais medidas a aplicar às duas atividades, sendo assim medidas mais abrangentes e orientadoras; e um segundo grupo onde se apresentam propostas mais concretas a desenvolver a cada uma das atividades.

##### **Propostas de cariz geral a aplicar às duas atividades analisadas:**

- Criação de um fórum de debate, com a participação de todos os *stakeholders* da área, de modo a analisar o atual estado dos recursos naturais que servem de suporte a estas atividades e apresentar propostas de eventuais alterações às políticas seguidas;
- Elaboração, por peritos independentes (ex. universidades e centros de investigação), de estudos atualizados que permitam concluir se a atual capacidade de carga definida para a observação de cetáceos e subida da montanha é a mais adequada;
- Alteração do paradigma da promoção turística de forma a incrementar o valor da autenticidade e da preservação dos recursos;

- Promoção de campanhas apelativas de sensibilização ambiental junto das populações locais, dos operadores turísticos e dos próprios visitantes.

**Propostas específicas referentes à observação de cetáceos:**

- Maior articulação entre a Direção Regional dos Assuntos do Mar e as autoridades marítimas (Capitanias e Polícia Marítima), no sentido de uma fiscalização mais eficaz no cumprimento das normas de segurança no mar e de aproximação aos cetáceos;
- Aumento dos meios humanos afetos à fiscalização da atividade;
- Maior controlo entre a atribuição das licenças de exercício da atividade e a efetiva disponibilização pelos concessionários de meios humanos e materiais (embarcações) para efetivar as visitas;
- Maior envolvimento das empresas de observação de cetáceos, tanto no que se refere à monitorização da atividade, à gestão das boas práticas e na tomada de decisões associadas ao enquadramento legal, planeamento e gestão da atividade;
- Promoção na época baixa de ações de formação e sensibilização nas áreas do ambiente e da biologia marinha a ministrar eventualmente pelo Departamento de Oceanografia e Pescas (DOP) da Universidade dos Açores e dirigidas aos skippers das embarcações e aos monitores que tem a seu cargo os *briefings* organizados antes de cada expedição;
- Maior articulação entre os operadores, de modo a que sejam cumpridas as regras na aproximação e visionamento dos cetáceos, não sobrecarregando as zonas de observação com uma concentração excessiva de embarcações.

**Propostas de ação a aplicar à subida à montanha:**

- Promoção da subida na época baixa (inverno), com a aplicação de taxas reduzidas;
- Sensibilização dos visitantes para fazerem a subida acompanhada por guias credenciados;
- Diversificação da oferta através da criação de novos trilhos de subida à montanha e de percursos pedestres de visita que não impliquem a subida, com graus de dificuldade diferenciados, mas que promovam visões mais particulares da montanha;
- Restruturação das taxas de visita para que as importâncias cobradas sejam diferenciadas dependendo da época do ano e do período do dia, de modo a diminuir a sazonalidade da atividade, alargando-a a um maior período do ano;
- Aumento do número de vigilantes da natureza;
- Atribuição aos guias certificados de poder de denúncia, com valor reforçado junto das autoridades fiscalizadoras (PNIP), dos atropelos às normas de conduta na montanha;

- Aumento dos meios humanos afetos ao Parque Natural, de modo a que o mesmo tenha um poder efetivo de controlo e fiscalização da legislação, existente sobre a subida à montanha;
- Atualização das condições do centro de visitantes para ser mais funcional, horários de abertura prolongados, disponibilidade de pequenas lojas e fornecimento de um espaço aberto para abrigo e funções básicas quando fechado (Silva, 2014);
- Melhoria da cobertura via GPS de toda a área da montanha;
- Reformulação da sinalética na montanha, tornando-a mais integrada no ambiente envolvente e mais compreensível por qualquer visitante, independentemente da sua nacionalidade;
- Promoção junto dos visitantes, de campanhas mais enfáticas de sensibilização à preservação da montanha, alertando os viajantes para as eventuais penalizações a que estariam sujeitos casos não fossem cumpridas as regras de conduta existentes;
- Diversificação dos serviços prestados pela “Casa da Montanha”, como seja através da possibilidade de registo *on-line* nas aplicações das reservas de subida e da prestação de informação meteorológica específica;
- Realização de ações de formação específicas dirigidas aos colaboradores do Parque Natural, visando melhorar as suas aptidões quanto ao apoio e sensibilização aos visitantes;
- Promoção, em articulação, com os organismos representativos dos guias de montanha (associação AGMA) de formação nas áreas do ambiente, da biologia, da geologia, da meteorologia e do suporte básico de vida, de forma a habilitar aqueles profissionais a melhor lidar com os visitantes.

## 6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

### 6.1 ANÁLISE CRÍTICA AOS PRESSUPOSTOS FORMULADOS

A presente dissertação tem como objetivo geral analisar o estado de desenvolvimento e perspectivas de crescimento dos dois principais polos de atração turística da ilha do Pico, ou seja, a subida à montanha e a observação de cetáceos questionando-se sobre se a atual capacidade de carga definida e o respetivo modelo de gestão serão as mais adequadas. A investigação desenvolvida permitiu aferir o estado da atual atividade turística da ilha do Pico no que a estas duas componentes se refere, analisando-se a evolução recente da procura, o seu potencial de crescimento, bem como as preocupações dos *stakeholders* com o estado atual de regulação dessa atividades e qual as preocupações com a evolução futura de desenvolvimento, tendo sempre em conta a sustentabilidade dos recursos.

A informação recolhida através da revisão bibliográfica, da análise das atividades da subida à montanha e observação de cetáceos, complementada com os questionários efetuados aos diversos *stakeholders*, permitiu chegar a um conjunto de conclusões que confirmam, globalmente, as premissas da presente dissertação, nomeadamente que:

- A capacidade de desenvolvimento de atividades turísticas ligadas à natureza e em concreto a subida da montanha e a observação de cetáceos têm, na ilha do Pico, um potencial de crescimento muito acentuado;
- O estado de conservação dos recursos naturais da ilha é, na atualidade, ainda bastante satisfatório;
- A definição de uma política de promoção dos Açores junto de nichos de mercado específicos e a valorização do produto como destino de natureza por excelência é primordial;
- Confirma-se que os diversos *stakeholders* concordam ser necessário apostar no desenvolvimento de políticas públicas de proteção dos recursos naturais, com a criação de modelos de fiscalização e controlo mais eficazes das normas de conduta já regulamentadas;
- É importante promover a investigação em torno deste tema, particularmente com a elaboração de estudos científicos interdisciplinares e de maior abrangência que confirmem, ou não, que as atuais limitações à capacidade de carga, quanto à subida à montanha do Pico e à observação de cetáceos, serão as mais corretas ou pelo contrário deverão ser menos limitativas, ou mais restritivas.

Através da metodologia utilizada no presente trabalho foi possível ter informação sobre o entendimento tido pelos diversos intervenientes, relativamente à pergunta de partida desta dissertação, verificando-se que os diversos agentes envolvidos nas atividades analisadas (subida da montanha e observação de cetáceos) estão conscientes da absoluta necessidade de promover a preservação dos recursos que suportam aquelas atividades, e que só através de um turismo de qualidade, responsável e relativamente limitado tal será possível.

Quanto à problemática de investigação, através do presente trabalho, comprovou que:

- A ilha do Pico, tal como a maioria da ilha de pequena dimensão, é particularmente vulnerável ao impacto da atividade turística;
- Embora, o turismo nesta ilha esteja ainda numa fase relativamente inicial de crescimento, é essencial tomar, desde já, medidas de preservação para assegurar a sua sustentabilidade;
- A elevada vulnerabilidade de muitos dos habitats naturais do Pico é consensual entre os vários *stakeholders* entrevistados, estando todos conscientes e preocupados com esse facto.

Este trabalho pretendeu, antes de mais, ser um estudo exploratório que contribua para alertar sobre a necessidade deste tema ser analisado e tido em consideração no planeamento do destino e destes produtos em particular. Na elaboração do mesmo detetam-se, no entanto, várias limitações de análise que explanaremos no capítulo 6.3 desta dissertação.

## 6.2 ANÁLISE CONCLUSIVA

Com a presente dissertação pretendeu-se analisar o estado de utilização atual dos recursos naturais da ilha do Pico como fatores de atração turística. O trabalho incidiu sobre os dois principais polos de atração turística da ilha, mais concretamente, a subida da montanha e a observação de cetáceos. No decurso deste trabalho são sugeridas algumas propostas de tratamento da atividade turística (subida da montanha e observação de cetáceos), visando primeiramente a preservação ambiental dos recursos endógenos através de políticas de concertação de interesses e de diálogo entre todos os *stakeholders* do sector, realçando-se, por último, as potencialidades da ilha do Pico, no contexto regional, como polo de concentração e desenvolvimento de diversas atividades turísticas assentes no turismo da natureza, como sejam a subida à montanha e a observação de cetáceos. Num mundo urbanizado as regiões insulares, culturalmente preservadas e ainda protegidas de um turismo de “massas”, são destinos cada vez mais procurados pela sua diversidade natural, cultural e pelo seu valor patrimonial (Silva, 2013). Os arquipélagos oceânicos, onde se incluem os Açores, são regiões, que na atualidade, possuem um potencial de atratividade turística muito acentuado, derivado da sua geomorfologia, do seu clima e da sua cultura.



Numa época em que os turistas buscam experiências de enriquecimento baseadas no contacto com a natureza e numa relação de proximidade com a cultura local, os Açores e em concreto a ilha do Pico, possuem um importante potencial de atração desses viajantes. É face a um crescimento acentuado do turismo insular e, na ilha do Pico em particular, que se torna mais imperioso tomar medidas de salvaguarda e preservação dos recursos naturais da ilha de forma a garantir a sustentabilidade ambiental, a qualidade de vida dos residentes e proporcionar aos visitantes experiências que os enriqueçam.

A gestão turística em ilhas de pequena dimensão tem de se basear num equilíbrio cuidado da proteção do ambiente, dos recursos naturais e das necessidades dos locais, bem como dos desejos dos turistas (Briguglio, 2014). Em ilhas como a do Pico a gestão turística deverá centrar-se nas novas formas de turismo alternativo caracterizadas por uma oferta mais cuidada e segmentada e reforçando uma maior aproximação com os meios sociocultural e ambiental locais. Assim, a preservação ambiental e a aposta na diversificação e qualificação dos serviços será essencial para que o turismo, em ilhas de pequena dimensão como o Pico, seja um elemento primordial ao desenvolvimento da ilha. Só com o incremento da qualidade de todos os serviços prestados aos visitantes será possível rentabilizar as infraestruturas turísticas e melhorar o nível de vida dos locais sem penalizar o ambiente através de uma sobrelotação de visitantes.

Quer a subida à montanha do Pico, como a atividade de observação de cetáceos, possuem uma capacidade de carga limitada, pelo que a necessária expansão da oferta terá de ser muito cuidada para que seja assegurado o seu desenvolvimento turístico sustentado, tal como defendido pelos diversos representantes dos vários grupos de *stakeholders* entrevistados.

O incremento do turismo na ilha do Pico, como em qualquer pequeno mercado, terá de vir essencialmente da potencialização do valor do produto através da melhoria da qualidade dos serviços, da sua diversificação e da sua autenticidade.

Enfrentando os Açores diversas dificuldades competitivas decorrentes da sua reduzida dimensão e da sua insularidade, o turismo torna-se uma atividade estratégica para a região, mas a aposta não deve estar tanto centrada no aumento da procura, mas mais através da aposta em nichos de mercado de elevado valor acrescentado e que busquem destinos pouco explorados e ainda salvaguardados na sua autenticidade.

O ainda reduzido impacte negativo que o turismo tem na ilha do Pico, desde logo devido a uma procura relativamente reduzida, permite desenvolver ações que impeçam que o destino venha a sofrer impactes indesejáveis, mas para tal é importante que os *stakeholders* se congreguem no sentido da preservação e valorização das diversas atividades oferecidas aos visitantes, designadamente a subida à montanha e a observação de cetáceos. Para que a preservação dos

habitats não sejam um óbice ao turismo como motor de desenvolvimento do território, é necessário uma articulação e cooperação entre os diversos atores particulares e institucionais no sentido de promover a qualidade e a diversificação da oferta através de campanhas de promoção junto de nichos de mercado de alto valor acrescentado. As atividades de subida da montanha e observação de cetáceos deverão ser promovidas como produtos únicos e de qualidade superior para que, sem se aumentar exponencialmente o número de visitantes, se alcance, mesmo assim, um incremento dos rendimentos decorrentes dessas atividades, de forma a melhorar o nível de desenvolvimento local.

Em mercados de reduzida dimensão e cujos principais produtos estão intrinsecamente ligados à natureza o crescimento da atividade turística nunca deverá assentar num aumento exagerado do número de visitantes, mas sim na obtenção de um rácio de rendimento por visitante muito superior ao que acontece em zonas de turismo mais globalizado.

### **6.3 LIMITAÇÕES DO ESTUDO E PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO**

A conjugação de duas atividades (subida à montanha do Pico e observação de cetáceos) como objeto de estudo deste trabalho, tornou-se só por si, um grande desafio por se centrar em duas atividades distintas, com *stakeholders* diferenciados. As dificuldades foram acrescidas pelo facto de não existirem trabalhos de investigação que cruzassem as duas áreas, pela escassez de bibliografia específica e, por último, pela escassez de estudos conhecidos sobre o impacto das atividades analisadas sobre o meio envolvente.

A dificuldade de desenvolver um trabalho mais presencial, com visitas regulares e prévias ao território e participação nas atividades em estudo, foi outra das limitações deste estudo, que seria valorizado caso tivesse sido possível elaborar estudos prévios do impacto da visita sobre os recursos naturais, nomeadamente inerentes às atividades de montanha e de observação de cetáceos.

Foi igualmente patente, no decorrer da elaboração desta investigação, a falta de estudos de cariz científico que permitiam quantificar o impacto do turismo sobre a flora, a geomorfologia da montanha, bem como sobre os cetáceos, resultante da frequência e aproximação das embarcações a estas espécies.

O cariz particular deste trabalho fez com que, muitas vezes, os *stakeholders*, contactados desvalorizassem a importância do mesmo e assim a não dando respostas empenhadas às questões que lhes foram colocadas nas entrevistas, e por outro lado, alguma displicência das autoridades e organismos governamentais contactados no fornecimento da informação solicitada.

No que a propostas de desenvolvimento futuro da definição de uma capacidade de carga para as atividades analisadas neste trabalho, cremos que seria importante realizar um estudo mais aprofundado sobre a capacidade máxima de suporte da atividade turística sobre estas duas componentes da oferta turística do Pico.

Quanto à subida à montanha haveria a necessidade de promover um estudo, a efetuar durante um espaço temporal mais alongado, baseado na recolha de material de campo sobre o estado e a evolução dos trilhos da montanha, da situação da flora e de toda a envolvência ambiental da montanha, permitindo assim a definição de políticas inovadoras e eventualmente mais restritivas de acesso à montanha.

Quanto à observação de cetáceos, e embora existam trabalhos científicos sobre esta problemática, seria conveniente proceder a um trabalho de monitorização da atividade, analisando a evolução do modo como os cetáceos reagem quando são abordados pelas embarcações e se tais reações se têm vindo a alterar.

Será no nosso entender a elaboração dos estudos científicos que acabamos de mencionar indispensáveis para que os vários *stakeholders* e, entre eles, particularmente os organismos institucionais, sejam detentores de informação vital para a definição de políticas de governança territorial e de promoção do turismo de natureza na ilha do Pico, sem que seja posta em causa a sustentabilidade ambiental dos recursos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alvares, D. F. (2008), *Avaliação de Planos-Processo em Áreas de Desenvolvimento Turístico*, Tese de Doutorado em Engenharia Civil/Planeamento Urbano, Escola de Engenharia, Universidade do Minho
- Alves, C. J. S., Laranja, D. H. R. e Raimundo, S. (2014), Lazer e Turismo e a prática do manejo e monitoramento da visitação pública como estratégia de gestão dos recursos no Parque Estadual da Cantareira (SP), *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 7(4), 762-778
- Amaral, M. I. C. (2015), A Cooperação entre os *stakeholders* e o desenvolvimento turístico dos territórios rurais – o caso da sub-região do baixo Alentejo (Alentejo – Portugal), *Revista Turismo - Visão e Ação*, 1(18), 29-59
- Amorim, E. M. C. (2013), *Planeamento Turístico em Portugal: Abordagem relacional entre a Formação Superior em Turismo e a efetivação do Planeamento a nível Local*, Tese de Doutorado em Geografia e Planeamento Regional, Faculdade de Ciências, Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa
- Araújo, J. (2016), *Turismo de Massas*, disponível em <http://knoow.net/terraselocais/turismo/turismo-de-massas/>, consultado em 11/10/2017
- Assembleia Legislativa (2008), *Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores*, disponível em [www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/EA27C752-E50F-467D-B968-73A193BA47EF/0/DLR\\_38\\_2008\\_A.pdf](http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/EA27C752-E50F-467D-B968-73A193BA47EF/0/DLR_38_2008_A.pdf), consultado em 26/07/2017
- Barbosa, G. M. S. (2008), *Metodologias de avaliação da capacidade de carga e manejo turístico de áreas protegidas. Aplicação no Parque Natural Municipal da Prainha – RJ*, Trabalho de Conclusão Curso de Graduação em Turismo da Universidade Federal Fluminense, Niterói
- Barretto, M. (2005), *Planejamento responsável do turismo*, Coleção Turismo, Campinas, Editora Papirus
- Barros, J. M. V. (2007), *Impacte do Turismo no Desenvolvimento Socioeconómico: o caso da ilha do Sal*, Tese de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Universidade de Aveiro
- Beni, M. C. (2004), *Análise Estrutural do Turismo* (10ª ed.), São Paulo, Editora SENAC

- Bernardo, B. C. e Henkes, J.A. (2012), Introdução de relatórios de sustentabilidade como forma de melhoria no controle das organizações, *Revista gestão & sustentabilidade ambiental*, 1(1), 123-155
- Bossel, H. (1999), *Indicators for sustainable development: Theory, method, applications. A Report to the Balaton Group*, Winnipeg: ISSD - The International Institute for Sustainable Development.
- Briguglio, L. (2014), *Vulnerability and resilience of small states*, University of Malta
- Brito, O. J. M. (2012), *Percurso de Natureza, nas Terras do Grande Lago-Alqueva*, Tese de Mestrado em Turismo, especialização em Planeamento e Gestão em Turismo de Natureza e Aventura, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril
- Brumatti, N. M. (2008), *Análise das potencialidades do desenvolvimento sustentável do turismo de observação de baleias, whale watching, na costa da Bahia, Brasil*, Dissertação de Mestrado em Cultura & Turismo, da Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, disponível em [www.uesc.br/cursos/pos\\_graduacao/mestrado/turismo/dissertacao/mono\\_brumatti.pdf](http://www.uesc.br/cursos/pos_graduacao/mestrado/turismo/dissertacao/mono_brumatti.pdf), consultado em 29/07/2017
- Cabrita, S. J. S. (2012), *O Turismo no Território e no Planeamento Territorial Estudo de caso: O concelho de Faro*, Tese de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento de Destinos Turísticos; Faculdade de economia, Universidade do Algarve
- Cape Town Conference on Responsible Tourism in Destinations, (2002), *Cape Town, Declaration*, cidade do Cabo
- Carbone, F. (2006), *Turismo, Património e Sustentabilidade. Modelo de Gestão para Sítios Arqueológicos*, Tese de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Universidade de Aveiro
- Cardoso, M. L. (2013), *A importância da organização de eventos no turismo*, Tese de Mestrado em Turismo da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- Carmo, F. (2014), Planos Regionais de Ordenamento do Território e governança territorial: do discurso às evidências da prática, *Revista de Geografia e Ordenamento do Território, GOT*, n.º 5, Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território: 41-65
- Catita, C. M. S. (2007), *Interferometria radar por satélite aplicada ao estudo da morfologia e da deformação da região Pico-Faial (Açores)*, Tese de Doutoramento em Engenharia

Geográfica e Geoinformática (detecção Remota), Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa, Lisboa

Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores, disponível em <http://www.ivar.azores.gov.pt/geologia-acoresh/pico/Paginas/GA-Pico-Geomorfologia.aspx>, consultado em 28/04/2018

Christ, C., Hillel, O., Matus, S. e Sweeting J. (2003) *Tourism and Biodiversity, Mapping Tourism's Global Footprint*, Washington, Editora Conservation International (CI)

Cifuentes, M. (1992), *Determinacion de capacidad de carga turística en áreas protegidas*, Centro Agronómico Tropical de Investigación y Enseñanza Catie, Turrialba, Costa Rica

Aguilar, N., Cancino, D., Cifuentes, M., Gallo, M., Jolón, M., Méndez, J., Mesquita, B. A. C., Morales, E. M., Ramírez, C., Ribeiro, N., Sandoval, E., Turcios, M. (1999), *Capacidad de Carga Turística de las Áreas de Uso Público del Monumento Nacional Guayabo, Costa Rica*, WWF Centroamérica, Turrialba, Costa Rica

CMMAD (Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento), (1991), *Nosso Futuro Comum*, 2ª Edição, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas

Coelho, J. A. S. (2010), *Un Índice de Desarrollo Turístico basado en el Ciclo de Vida de un Destino*, Tese de Doutoramento do Departamento de Direção de Empresas e Sociologia da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade da Extremadura, Badajoz

Cooper, C., Fletcher, J., Fyall, A., Gilbert, D. and Wanhill, S. (2005). *Tourism, Principles and Practice* (3ª ed.). Essex, Pearson Education Limited

Corbelli, C. (2006), *An evaluation of the impact of commercial whale watching on humpback whales, megaptera, Novaeangliae, in Newfoundland and Labrador, and of the effectiveness of a voluntary St. John's code of conduct as a management strategy*, Tese de Doutoramento em Filosofia do Departamento de Biologia da Universidade de Newfoundland, Inglaterra

Cordeiro, I. D., Körössy, N. e Selva, V.S.F. (2012), Determinação da Capacidade de Carga Turística a partir do método Cifuentes et al. (1992): Aplicação à Praia dos Carneiros (Tamandaré/PE), *Revista Turismo Visão e Ação*, 15(1), 57–70

Cordeiro, I. D., Körössy, N. e Selva, V.S.F. (2013), Capacidade de Carga Recreativa para embarcações: O caso da área de protecção ambiental de Guadalupe, *Revista de investigación en turismo y desarrollo local*, 6 (14), disponível em <http://www.eumed.net/rev/turedes/14/capacidad-carga-recreativa-embarcaciones.pdf>, consultado em 02/05/2018

Correio dos Açores (1987, 24set.). *Caça à baleia – alguns dados históricos*. Ponta Delgada: Jornal Correio dos Açores

Costa, R. J. e Miranda, G. E. C. (2016), *Análise dos estudos de capacidade de carga turística para os recifes de Picãozinho, Seixas (João Pessoa-PB) e Areia Vermelha (Cabedelo-PB)*, Caderno Virtual de Turismo – Rio de Janeiro, 16(1), 60-73, abr. 2016, disponível em <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1005/467>, consultado em 22/03/2018

Crespi, M. N. (2017), *Métodos de manejo de impacto de visitantes em áreas naturais: estado da arte e a aplicação no Brasil*, Monografia ao Curso de Engenharia Ambiental, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Paulo

Cunha, M. I. F. (2013), *Concepção e Valorização de um Percurso Pedestre no Parque Natural da Arrábida: o caso de estudo das Terras do Risco*, Tese de Mestrado em Ecologia e Gestão Ambiental, Departamento de Biologia Animal, Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa

Direção Regional do Ambiente (2017), *Análise das pressões antrópicas em áreas protegidas abertas à visitação Propostas de regulamentação dos respetivos acessos*, disponível em [http://servicos-sraa.azores.gov.pt/grastore/crads/20170926/CRADS\\_Acesso\\_AP\\_propostas\\_final.pdf](http://servicos-sraa.azores.gov.pt/grastore/crads/20170926/CRADS_Acesso_AP_propostas_final.pdf), consultado em 26/04/2018

Direção Regional do Turismo, *Lista de empreendimentos e actividades*, disponível em [www.azores.gov.pt/ext/drt-pa/default.aspx#&panel1-3](http://www.azores.gov.pt/ext/drt-pa/default.aspx#&panel1-3), consultado em 25/06/2017

Direção Regional do Turismo, *Lista de empreendimentos e actividades turísticas*, disponível em <http://www.azores.gov.pt/ext/drt-pa/listagem.aspx?ilhas=&atividades=11>, consultado em 28/04/2018

Faria, D. M. C. P. (2012), *Desenvolvimento e turismo: uma abordagem conceitual*, Belo Horizonte, Editora UFMG/CEDEPLAR, disponível em [www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20462.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20462.pdf), consultado em 15/06/2017

Fernandes, G. J. P. (2009) *Áreas de Montanha e Turismo. Conflitos e complementaridades na apropriação do território*, Actas do 15º Congresso Internacional da APDR e 2º Congresso Lusófono de Ciência Regional, Cabo Verde, disponível em [www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%2030/175A.pdf](http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%2030/175A.pdf), consultado em 27/07/2017

- Flores, A. J. G. (2009), *A Gestão dos Destinos Turísticos – o caso do Algarve*, Tese de Doutoramento em Gestão – especialidade de Estratégia e Comportamento Organizacional, Faculdade de Economia, Universidade do Algarve, Faro
- Flores, L. C. S. e Mendes, J. C. (2014), Perspectivas do destino turístico: repensando o sentido do conceito, *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, vol. 8, núm. 2, mayo-agosto, 2014, 222-237, disponível em <http://www.redalyc.org/pdf/5041/504151939004.pdf>, consultado em 18/03/2018
- Garcia, A. L. (2011), *O Turismo Sustentável como Instrumento de Desenvolvimento Económico: O caso das Ilhas do Triângulo Açorianas*, Tese de Mestrado em Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa
- Gavinho, E. C. e Silva, M. (2017), *Espaços Naturais: O desafio de planear um destino turístico*, em F. Silva e J. Umbelino *Planeamento e Desenvolvimento Turístico* (pp 465-480), Editora Lidel, Lisboa
- Guambe, C. I. V. (2012), *Turismo e Desenvolvimento Sustentável de Destinos Naturais*, Tese de Mestrado em Gestão e Planeamento em Turismo, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Universidade de Aveiro
- Harrison, L. C. e Husbands, W. (Eds.). (1996), *Practing responsible tourism: international case Studies in tourism planning, policy and development*, Nova Iorque, Editora Wiley
- Hoyt, E (2001), *Whale Watching 2001 Worldwide tourism numbers, Expenditures, and expanding socioeconomic benefits*, *International Fund for Animal Welfare*, Yarmouth Port, MA, USA, pp. i–vi; 1–158., disponível em [www.erichoyt.com/eh/Downloads\\_files/Hoyt%20WW%202001%20Report.pdf](http://www.erichoyt.com/eh/Downloads_files/Hoyt%20WW%202001%20Report.pdf), consultado em 29/07/2017
- IPDT, Instituto de Turismo (2016), *Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores*, disponível em [www.azores.gov.pt/PortalAzoresgov/external/portal/misc/PEM\\_ACORES2.pdf](http://www.azores.gov.pt/PortalAzoresgov/external/portal/misc/PEM_ACORES2.pdf), consultado em 08/07/2017
- IWC (2011), *Report of the Whale Welfare and Ethics Workshop*, Eden Project, 22/23 March 2011, Cornwall, United Kingdom, disponível em <https://awionline.org/sites/default/files/uploads/documents/ml-whalewelfareethicsworkshopreport-101111.pdf>, consultado em 20/05/2018



- Jerónimo, A. J. R. (2015), *Turismo sostenible, situación actual y perspectivas: Un turismo sostenible en el Algarve*, Tese de Doutoramento, Departamento de Arte e Ciências do Território, Universidade da Extremadura, Cáceres
- Joaquim, G. (1997), Da identidade à sustentabilidade ou a emergência do “turismo responsável” *Revista Sociologia, problemas e práticas* nº 23
- Kuhn, T. S. (1962), *A Estrutura das Revoluções Científicas*, Coleção debates dirigida por J. Guinsburg, São Paulo, Editora Perspectiva
- Leiper, N. (1979), The Framework of tourism Towards a Definition of Tourism, Tourist, and the Tourist Industry, *Annals of Tourism Research*, 6(4): 390-407
- Lima, S. e Partidário, M. R. (2002), *Novos Turistas e a procura da sustentabilidade, Um novo segmento de mercado turístico*, Lisboa, Editora GEPE-Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica do Ministério da Economia
- Limberger, F. e Pires, S. (2014), A aplicação das metodologias de capacidade de carga turística e dos modelos de gestão da visitação no Brasil, *Revista de Turismo Contemporâneo – RTC*, 2(1), 27-48, Natal
- Medina (Jr), P. B. (2007), *Avaliação dos Impactos da visitação pública no rio Formoso, Bonito, MS, Brasil: Subsídios à Gestão Ambiental do Turismo em Áreas Naturais*, Tese de Doutoramento em Ciências da Engenharia Ambiental, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Paulo
- MEI (2012), Plano Estratégico Nacional do Turismo. PENT: Horizonte 2013-2015, Ministro da Economia e da Inovação. Lisboa
- Melo, C. B. (2011). (Quase) tudo o que precisa de saber para subir à montanha da ilha do Pico (Açores). Disponível em: <https://labirintoperpetuo.wordpress.com/2011/08/16/quase-tudo-o-que-precisa-de-saber-para-subir-a-montanha-do-pico-ilha-do-pico/>, consultado em 30/04/2018
- Ministério do Turismo do Brasil (2006), *Turismo de Aventura, Orientações básicas*, disponível em [www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/aventura\\_orientacoes\\_basicas.pdf](http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/aventura_orientacoes_basicas.pdf), consultado em 17/10/2017
- Mings, R. C. e Chulikpongse, S. (1994), *Tourism in far southern Thailand: a geographical perspective*, *Tourism Recreation Research*, 19(1), 25-31
- Mitraud, S. (2003), *Monitoramento e controle de impactos de visitação*, Manual de Ecoturismo de base Comunitária, Ferramentas para um planejamento responsável, disponível em

- [http://www.ecobrasil.provisorio.ws/images/BOCAINA/documentos/didaticos/manual\\_ecotur\\_wwf\\_2003.pdf](http://www.ecobrasil.provisorio.ws/images/BOCAINA/documentos/didaticos/manual_ecotur_wwf_2003.pdf), consultado em 27/03/2018
- MONICET (2018). Sightings Map. Disponível em: [www.monicet.net/pt/maps#](http://www.monicet.net/pt/maps#), consultado em 03/07/2018
- Monteiro, L. C. N. (2010), *O Conceito de Capacidade de Cargas aplicado á Carta de Desporto na Natureza do Parque Natural da Arrábida na vertente Pedestrianismo, O caso do percurso do Formosinho*, Tese de Mestrado Arquitetura Paisagista, Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa
- Mota, M. J. P. S. (2012), *Turismo de natureza e o ordenamento do território litoral no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, estudo de caso: Porto Covo*, Tese de Mestrado em Turismo, Gestão estratégica de destinos turísticos, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril
- Mourão, J. M. (2000), *Desenvolvimento Sustentável do Turismo - princípios, fundamentos e prática*, *Revista GeoINova* nº 2: 87-117, Departamento de Geografia e Planeamento Regional, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa
- Nunes, J. C. C. (1999), *Actividade vulcânica na ilha do Pico do Plistocénico superior ao holocénico, Mecanismo Eruptivo e Hazard vulcânico*, Tese de Doutoramento no ramo de Geologia, especialidade de Vulcanologia, Departamento de Geociências, Universidade dos Açores, Ponta Delgada
- Oliveira, C. I. B. (2005), *A actividade de observação turística de cetáceos no arquipélago dos Açores - Contribuição para o seu desenvolvimento sustentável*, Dissertação de Mestrado em Gestão e Conservação da Natureza, Departamento de Ciências Agrárias da Universidade dos Açores
- Oliveira, M. R. B. e Salazar, A.M. (2011), *Os impactos do turismo: o caso da viagem medieval de Santa Maria da Feira*, publicado em Book of proceedings Vol I – International Conference on Tourism & Management studies – Algarve 2011
- OMT (1985), *Carta do turismo e Código do turista*, disponível em língua castelhana em [www.apiopr.org/files/carta-codigo-turista.pdf](http://www.apiopr.org/files/carta-codigo-turista.pdf), em 15/06/2017
- OMT (1999), *Código Mundial de Ética do Turismo*, disponível em <http://ethics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/portugal.pdf>, consultado em 15/06/2017
- OMT (2003), *Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável*, São Paulo, Editora Bookman

- Pato, M. L. J. (2012), *Dinâmicas do Turismo Rural - impactos em termos de Desenvolvimento Rural*, Tese de Doutoramento em Turismo, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Universidade de Aveiro
- Peccatiello, A. F. O. (2007), *Análise ambiental da capacidade de carga antrópica na trilha principal do circuito Pico do Pião – Parque Estadual do Ibiticopa, MG*, trabalho de conclusão de curso de especialização em Análise Ambiental, Faculdade de Engenharia, Universidade Federal Juiz de Fora, Juiz de Fora
- Pereira, B., Belém, H. (2004), Best Practices. A implementação da Agenda 21 ao nível local – o projecto-piloto de Calviá, publicado na revista *RT&D-Revista Turismo & Desenvolvimento*, I, 1, 99-100.
- Pereira, M., Bragagnolo, C., Calado, H. e Fonseca, C. (2014), Conflitos territoriais em áreas protegidas de pequenas ilhas: a “ilha montanha” do Pico (Açores – Portugal), *GOT, n.º 5: 207-231 – Revista de Geografia e Ordenamento do Território* (junho de 2014), Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa
- Pereira, P. J. N. (2005), *A Actividade turística e a sustentabilidade das regiões de destino*, Comunicação apresentada no X Colóquio Ibérico de Geografia, Évora, disponível em [http://www.apgeo.pt/files/docs/CD\\_X\\_Coloquio\\_Iberico\\_Geografia/pdfs/017.pdf](http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/017.pdf), consultado em 15/06/2017
- Pérez-Jorge, S., Gomes, I., Hayes, K.; Corti, G., Louzao, M., Genovart, M. e, Oro, D. (2016), Effects of nature-based tourism and environmental drivers on the demography of a small dolphin population, publicado na revista *Biological Conservation*, 197, 200-208
- Petrocchi, M. (2001), *Gestão de pólos turísticos*, São Paulo, Editora Futura
- Pires, P. S. (2005), "Capacidade de Carga" como Paradigma de Gestão dos Impactos da Recreação e do Turismo em Áreas Naturais, *Revista Turismo em Análise*, 16(1), 5-28, Editora Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo
- Pontalti, M., Mastella, A.M., Steuernagel, A., Pacheco, B. S. R. e Coelho, A., *Análise da Modalidade de Turismo de Observação de Baleias Embarcada (TOBE) realizado no sul do Brasil*, Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina, Brasil, disponível em [www.univali.br/pos/mestrado/mestrado-em-ciencia-e-tecnologia-ambiental/disciplina-estudo-de-caso/Documents/Estudo%20de%20caso%20turismo%20e%20observa%C3%A7%C3%A3o%20de%20baleias.pdf](http://www.univali.br/pos/mestrado/mestrado-em-ciencia-e-tecnologia-ambiental/disciplina-estudo-de-caso/Documents/Estudo%20de%20caso%20turismo%20e%20observa%C3%A7%C3%A3o%20de%20baleias.pdf), consultado em 29/07/2017

- Prieto, R e Silva, R. (2001), *Observação turística de cetáceos nos Açores*, disponível em [www.horta.uac.pt/species/cetacea/200102/cetaceos.htm](http://www.horta.uac.pt/species/cetacea/200102/cetaceos.htm), consultado em 25/06/2017
- Quivy, R. e Campenhoudt, V. (1998), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa, Editora Gradiva
- Reeves, R. R., Smith, B.D., Crespo, E.A. e Sciara, G.N. (2003), *Dolphins, Whales and Porpoises*, 2002–2010 Conservation Action Plan for the World's Cetaceans, IUCN/SSC Cetacean Specialist Group, disponível em <http://cpps.dyndns.info/cpps-docs-web/planaccion/docs2011/oct/t>, consultado em 29/07/2017
- Reigado, M. (2001), *Desenvolvimento e Planeamento Regional Uma Abordagem Sistémica*, Lisboa, Editorial Estampa
- Rodrigues, A. A. B. (2001), *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*, São Paulo, Editora Hucitec
- Rodrigues, A., Vieira, I., Peixeira, C. e Teixeira, M. (2014), Apoio da comunidade residente ao desenvolvimento turístico sustentável: um modelo de equações estruturais aplicado a uma cidade histórica do Norte de Portugal, *Revista Tourism & Management Studies*. 10 (2), 17-25
- Roe, D., Leader-Williams, N. e Dalal-Clayton, B. (1997), Take only photographs, leave only footprints: the environmental impacts of wildlife tourism, IIED Wildlife and Development Series No.10, October 1997, disponível em [www.researchgate.net/publication/264871358\\_Take\\_Only\\_Photographs\\_Leave\\_Only\\_Footprints\\_The\\_Environmental\\_Impacts\\_of\\_Wildlife\\_Tourism?enrichId=rgreq-38ffbd7a20eecd6691ff2777d6eb48e-XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdlOzI2NDg3MTM1ODtBUzoxNDYzMjc0ODA1NzM5NTJAMTQxMTg5ODU5ODIwNA%3D%3D&el=1\\_x\\_2&\\_esc=publicationCoverPdf](http://www.researchgate.net/publication/264871358_Take_Only_Photographs_Leave_Only_Footprints_The_Environmental_Impacts_of_Wildlife_Tourism?enrichId=rgreq-38ffbd7a20eecd6691ff2777d6eb48e-XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdlOzI2NDg3MTM1ODtBUzoxNDYzMjc0ODA1NzM5NTJAMTQxMTg5ODU5ODIwNA%3D%3D&el=1_x_2&_esc=publicationCoverPdf), consultado em 29/07/2017
- Ruschmann, D. (1997), *Turismo no Brasil: análises e tendências*, São Paulo, Editora Manole
- Ruscshmann, D. de M. (2008), *Turismo e Planejamento Sustentável, a protecção do meio ambiente*, Campinas, São Paulo, Editora Papirus, 14.<sup>a</sup> edição
- Santana, A. (1997), *Antropología y Turismo*, Barcelona, Editorial Ariel
- Saraiva, D. M. (2012), *Lazer, Turismo e desenvolvimento local em território de montanha – o exemplo do concelho de Manteigas*, Dissertação de Mestrado em Lazer e desenvolvimento Local, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra

- Seabra, L. S. (1999), *Determinação da capacidade de carga turística para a trilha principal de acesso à Cachoeira de Deus – Parque Municipal de Turismo – Ecológico de Penedo – Itatiaia – RJ*, Dissertação apresentada ao curso de Pós-graduação em Ciência Ambiental do Instituto de Geociências da Universidade Federal Fluminense, Niterói
- Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (2008), *Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região Autónoma dos Açores*, disponível em [www.azores.gov.pt/Gra/srrn-drotrh/conteudos/livres/PROTA.htm](http://www.azores.gov.pt/Gra/srrn-drotrh/conteudos/livres/PROTA.htm), consultado em 26/07/2017
- Serviço Regional de Estatística dos Açores (2018), *Hóspedes, Dormidas e Estada Média por Ilha*, disponível em <http://srea.azores.gov.pt/Reportserver/Pages/ReportViewer.aspx?%2fTurismo%2fHospedes+Dormidas+e+Estada+Media+por+Ilha&ilhas=Ilha+do+Pico>, consultado em 26/04/2018
- Serviço Regional de Estatística dos Açores (2018), *Visitação aos Centros de Interpretação Ambiental*, disponível em <http://srea.azores.gov.pt/Conteudos/Media/file.aspx?ida=4571>, consultado em 25/04/2018
- Senigaglia, V., Christiansen, F., Bejder, L., Gendron, D., Lundquist, D., Noren, D. P., Schaffar, A., Smith, J. C., Williams, R., Martinez, E., Stockin, K. e, Lusseau, D. (2016), *Meta-analyses of whalewatching impact studies: comparisons of cetacean responses to disturbance*, publicado na revista *Marine Ecology Progress Series*, 542, 251-263
- Silva, C. M. A. (2011), *A Imagem dos destinos turísticos de montanha. Olhares dos residentes e dos turistas*, Tese de Doutoramento em Turismo, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Universidade de Aveiro
- Silva, F e Almeida, M. C. (2014), *Nature Sport Tourism in small islands: Azores Pico mountain climb case study*, publicado na revista *Sport Tourism New Challenges in a Globalized World*, Sport Tourism Conference 2014 - STC'14 10, 11 and 12 December 2014 Coimbra College of Education, disponível em <https://myesecweb.esec.pt/pagina/stc2014/docs/stc14Proceedings-e-book.pdf#page=168>, consultado em 29/05/2018
- Silva, F. A. S. (2013), *Turismo na natureza como base do desenvolvimento turístico responsável nos Açores*, Tese de Doutoramento em Geografia (Planeamento Regional e Urbano), Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa
- Silva, F. A. S. (2017), 'Planeamento Turístico nos Espaços Insulares', em F. Silva e J. Umbelino, *Planeamento e Desenvolvimento Turístico* (pp 465-480), Lisboa: Editora Lidel

- Silva, F. A. S. e Carvalhinho, L. (2017), *Turismo na natureza e de aventura*, em F. Silva e J. Umbelino Planeamento e Desenvolvimento Turístico (pp 259-273), Lisboa, Editora Lidel
- Silva – Jr, J. M. (2017), Turismo de Observação de Mamíferos Aquáticos: benefícios, impactos e estratégias Whale Watching: benefits, impacts and strategies, *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v.10, n.2, Maio/Julho 2017, pp.433-465, disponível em [http://golfinhorotador.org.br/publications/Turismo\\_Obs\\_%20Mamaqs.pdf](http://golfinhorotador.org.br/publications/Turismo_Obs_%20Mamaqs.pdf), consultado em 19/05/2018
- Silva, L., Cordeiro, N., Illas, X e, Martinez A (2005), *Amostragem altitudinal da flora vascular e da vegetação na montanha do Pico*, Departamento de Biologia, Universidade dos Açores
- Silva, N. M. e Silva, A. M. (2009), Estratégias de conservação de trilhas do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, Mato Grosso, Brasil, *Revista Brasileira de Agroecologia* 4(3): 97-106 (2009), disponível em [http://orgprints.org/25291/1/Silva\\_Estrat%C3%A9gias.pdf](http://orgprints.org/25291/1/Silva_Estrat%C3%A9gias.pdf), consultado em 21/03/2018
- Simão, J. M. C. F. N. (2008), *O sector público e o desenvolvimento turístico sustentável*, Tese de Doutoramento no Ramo de Gestão (especialidade de Produção e Serviços), Universidade Aberta, Lisboa
- Soller, J. e Borghetti, C. (2013), *Capacidade de Carga Turística: Um Estudo no Caminhos Rurais de Porto Alegre, RS*, *Revista Rosa dos Ventos*, 5(3), 511-527, jul-set, 2013, disponível em [http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/viewFile/2257/pdf\\_166](http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/viewFile/2257/pdf_166), consultado em 22/03/2018
- Sousa, N. e Eusébio, C. (2013), Análise da gestão ambiental nos hotéis portugueses, *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, 12(2), Lisboa Junho 2013
- Sousa, T. M. A. (2014), *Fatores críticos de sucesso das empresas de animação turística da Região Autónoma dos Açores*, Dissertação de Mestrado em Gestão/MBA, Departamento de Economia e Gestão da Universidade dos Açores
- Souza, D. (2012), *Práticas de turismo responsável como incentivo na integração das culturas*, *Turismo e Meio ambiente* (3), disponível em [http://www.conpehtbrasil.com/dmdocuments/artigo\\_12.pdf](http://www.conpehtbrasil.com/dmdocuments/artigo_12.pdf), consultado em 18/03/2018
- SREA (2017), *Serviço Regional de Estatística dos Açores*, disponível em <http://srea.azores.gov.pt/>, consultado em 25/06/2017

- SRRN (2014), *Estratégia Marinha para a subdivisão dos Açores. Diretiva Quadro Estratégia Marinha*, Secretaria Regional dos Recursos Naturais. Junho de 2014
- Stigliano, B. V. e César, P. A. B. (2007), Gerenciamento da Visitação em Áreas Naturais: considerações sobre a aplicação do método VAMP ao Parque Estadual de Campos do Jordão - SP, Brasil, *Revista Turismo em Análise*, 18(1), 66-72, maio 2007, disponível em <https://www.revistas.usp.br/rta/article/viewFile/62608/65396>, consultado em 21/03/2018
- THR (Asesores en Turismo Hotelería y Recreación, S.A.) (2006) *Turismo de natureza, 10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal*, Lisboa, Editora Turismo de Portugal IP
- Umbelino, J. (2017), “O Turismo: caracterização e prospectiva”, em F. Silva e J. Umbelino, *Planeamento e Desenvolvimento Turístico* (pp 3-20), Lisboa: Editora Lidel
- UNWTO, (2011), *International recommendations for tourism statistics 2008*, Draft compilation guide, World Tourism Organization, Madrid
- Vera, J. F.; Palomeque, F. L.; Marchena, M. J.; Anton, S. (1997), *Análisis territorial del turismo*. Barcelona, Editora Ariel Geografía
- Vieira, J. M. (2007), *Planeamento e ordenamento territorial do turismo: Uma perspectiva estratégica*, Lisboa, Editora Verbo
- Violi, J. (2005), Estudo de Impacto Ambiental e Capacidade de Carga na Trilha do Paraíso, Situada na Serra do Japi, Jundiaí - SP – Brasil, *Revista Turismo em Análise*, 16(2), 223-243, novembro 2005, disponível em [file:///C:/Users/Samuel/Downloads/63738-83615-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Samuel/Downloads/63738-83615-1-PB%20(1).pdf), consultado em 27/03/2018
- Zacarias, D. A. (2013), Avaliação da capacidade de carga turística para gestão de praias em Moçambique: o caso da Praia do Tofo, *Revista da Gestão Costeira Integrada* 13(2), 205-214, Associação Portuguesa de Recursos Hídricos

#### REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS:

Decreto Regional nº 15/82/A, de 9 de julho - cria a Reserva Natural da Montanha da Ilha do Pico.

Lei 48/98, de 11 de Agosto – Estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo

Anotação: Revogada pela Lei 31/2014, de 30 de maio

Decreto-lei nº 47/99, de 16 de fevereiro – Procede ao enquadramento jurídico do turismo de natureza

Anotação: Alterado pelo Decreto-lei nº 56/2002, de 11 de março

Decreto Legislativo Regional nº 9/99/A, de 22 de março - Regulamenta a atividades de observação de cetáceos, a partir de plataformas

Anotação: Alterado pelo Decreto Legislativo Regional nº 10/2003/A, de 22 de março

Decreto-lei nº 380/99, de 22 de setembro – Aprova o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJGT)

Anotação: Revogado pelo DL 80/20015, de 14 de maio

Decreto Legislativo Regional nº 20/2006/A, de 6 de junho, Aprova o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 da Região Autónoma dos Açores

Anotação: alterado pelo Decreto Legislativo Regional nº 7/2007/A, de 10 de abril

Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2007, de 15 de fevereiro – aprova o Plano Estratégico Nacional do Turismo

Decreto Legislativo Regional n.º 38/2008/A, de 11 de agosto – aprova o Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores

Portaria nº 64/2009, de 3 de agosto - define as condições de acesso de visitantes à Montanha do Pico

Anotação: Prorrogada a sua vigência pela Portaria nº 46/2010, de 12 de maio;

Revogada pela Portaria nº 44/2012, de 11 de abril

Decreto Legislativo Regional nº 26/2010/A, de 12 de agosto – aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores

Portaria nº 44/2012, de 11 de abril, estabelece o regime de acesso de visitantes à Montanha do Pico



Anotação: Revogada pela Portaria 29/2016, de 22 de março

Lei 31/2014, de 30 de maio - estabelece as bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo

Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2015, de 21 de julho, Aprova o novo Programa Nacional de Turismo de Natureza

Portaria n.º 29/2016 de 22 de março, aprova o Regulamento de Acesso à Reserva Natural da Montanha do Pico

Anotação: Revoga a Portaria n.º 44/2012, de 11 de abril

Portaria n.º 52/2018 de 23 de maio, aprova o Regulamento de Acesso à Reserva Natural da Montanha do Pico

Anotação: Revoga a Portaria n.º 29/2016, de 22 de março

## ANEXOS

### ANEXO I – ORGANOGRAMA DE SERVIÇOS E PREÇOS PRESTADOS PELAS EMPRESAS DE OBSERVAÇÃO DE CETÁCEOS A OPERAR NO PICO

Empresas	Embarcações			Saídas		Época		Preçário			
	Nº	Tipologia	Lotação px	Nº	Horário	Abertura	Fecho	Época baixa		Época alta	
								Indiv.	Grupos	Indiv.	Grupos
Pico Sport	10	6 Semi-rígidos 4 Emb. cabinadas	10/12 19	2	9 h 14 h	abril	setembro	55 €	a)	55 €	a)
Espaço Talassa	4	Semi-rígidos	12	2	9 h 14 h	24 março	Início novembro	54 €	44 €	64 €	54 €
CW Azores	2	Semi-rígidos	12 e 24	3 b)	9 h 14 h 17 h	Meados março	outubro	65 €	57 €	65 €	57 €
Aqua Açores (*)	3	2 Semi-rígidos 1 Emb. cabinada	16 e 30 12	3 c)	9 h 14 h 17:30 h	Última semana março	outubro	50 €	35 €	55 €	35 €

(\*) A empresa possui uma parceria com a Futurismo, Empresa de Turismo Náutico Lda, sediada em Ponta Delgada mas que também se encontra licenciada para operar na zona A (Faial, Pico e São Jorge).

- a) Preço dependente do número de pessoas;
- b) Terceira saída dependente da procura só se realizando de finais de julho e o mês de agosto;
- c) Terceira saída só se realiza em julho e agosto.

## **ANEXO II – TAXAS DE ACESSO À MONTANHA (ARTº 9º PORTARIA 52/2018)**

### **Artigo 9º da Portaria 52/2018, de 23 de maio**

#### **Taxas de acesso, informação e equipamento de rastreio**

1 - Para além da autorização a que se refere o artigo 6.º, o acesso à Montanha do Pico está sujeito ao pagamento das seguintes taxas, a cobrar pela Azorina, S.A.:

- a) € 15,00 – por cada visitante que efetue a escalada de forma autónoma;
- b) € 5,00 – por cada visitante que efetue a escalada através de um serviço prestado pelas entidades referidas no n.º 1 do artigo 3.º;
- c) € 2,00 – por cada visitante que efetue o acesso à Furna Abrigo.

2 - O acesso ao Pico Pequeno ou Piquinho está sujeito ao pagamento das seguintes taxas suplementares:

- a) € 5,00 – por cada visitante que efetue a escalada de forma autónoma;
- b) € 2,00 – por cada visitante que efetue a escalada através de um serviço prestado pelas entidades referidas no n.º 1 do artigo 3.º.

3 - A pernoita na cratera da Montanha do Pico está sujeita ao pagamento de uma taxa suplementar de € 10,00 por cada visitante que efetue a escalada de forma autónoma.

4 - Os visitantes que sejam residentes na Região Autónoma dos Açores estão isentos do pagamento das taxas a que se refere os n.ºs 1, 2 e 3 do presente artigo.

5 - As entidades referidas no n.º 1 do artigo 3.º que sejam aderentes do programa “Parceiros para o Desenvolvimento Sustentável” têm um desconto de 50% nas taxas a que se referem as alíneas b) e c) do n.º 1 e b) do n.º 2.

6 - As taxas devidas nos termos dos números anteriores são liquidadas nos locais a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º, antes de iniciado o acesso à Montanha, e, no momento da respectiva liquidação, é disponibilizado um equipamento de rastreio e prestada ao visitante informação sobre o presente regulamento, as condições e duração média do percurso, as regras de comportamento e de segurança, a previsão meteorológica, e os termos e condições das operações de resgate.

7 - Quando o acesso seja feito através de um serviço prestado pelas entidades referidas no n.º 1 do artigo 3.º, cabe a estas a liquidação das taxas de acesso e o levantamento dos equipamentos de rastreio, bem como a prestação das informações referidas no número anterior.

8 - As taxas devidas por reservas efetuadas através da plataforma a que se refere o artigo 7.º devem ser liquidadas com uma antecedência mínima de 48 horas relativamente à data do início da atividade, sob pena de cancelamento automático da reserva.

9 - Podem ser aceites reservas efetuadas através da plataforma a que se refere o artigo 7.º com menos de 48 horas relativamente à data do início da atividade, desde que as respetivas taxas sejam imediatamente liquidadas.

10 - A Azorina, S.A., assegura o reembolso integral das taxas antecipadamente pagas quando as reservas sejam canceladas com, pelo menos, 48 horas de antecedência relativamente à data do início da atividade, bem como nos casos em que a atividade não se realize em virtude da interdição do acesso à Montanha, nos termos do disposto no artigo 11.º.

### **ANEXO III - EVOLUÇÃO LEGISLATIVA REFERENTE À ATIVIDADE DE OBSERVAÇÃO DE CETÁCEOS NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

- Decreto Legislativo Regional n.º 9/99/A de 22 de Março - Regime jurídico da Observação de Cetáceos na Região Autónoma dos Açores;
- Decreto Legislativo Regional n.º 10/2003/A de 22 de Março - Altera e republica o Decreto
- Legislativo Regional n.º 9/99/A, de 22 de Março;
- Decreto Legislativo Regional n.º 13/2004/A de 23 de Março - Primeira alteração ao Decreto
- Legislativo Regional n.º 10/2003/A, de 22 de Março;
- Portaria n.º 5/2004 de 29 de Janeiro - Regulamenta o regime legal da observação de cetáceos;
- Portarias n.º 49/2004, de 24 de Junho - Altera a Portaria n.º 5/2004;
- Portaria n.º 70/2005 de 8 de Setembro - Altera a Portaria n.º 5/2004;
- Portaria n.º 17/2007 de 29 de Março de 2007 - Permite a transmissão das licenças a que se reporta o artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 9/99/A, de 22 de Março;
- Portaria n.º 47/2011 de 24/06/2011 - Altera a Portaria n.º 5/2004 e,
- Portaria n.º 64/2012 de 19 de Junho de 2012 - Altera a Portaria n.º 5/2004 (Direção Regional dos Assuntos do Mar).

## **ANEXO IV – ENTREVISTA**

### **Guião 1 Utilização eficiente dos principais recursos naturais e turísticos face à sua capacidade de carga – Caso de estudo: Ilha do Pico**

#### **Grupo 0 Apresentação:**

A presente entrevista enquadra-se no âmbito da tese de dissertação no mestrado em Gestão Estratégica de Destinos Turísticos, pela Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril e visa auscultar a opinião dos diversos *stakeholders* com intervenção direta na oferta ou gestão do turismo na natureza na ilha do Pico ou Açores em geral.

Gostaria de agradecer a sua disponibilidade para esta entrevista. Se me permite peço-lhe autorização para transcrever a entrevista, utilizando-a para a tese de mestrado sobre a utilização eficiente dos principais recursos naturais e turísticos da Ilha do Pico face à sua capacidade de carga.

Identificação do entrevistado: Nome, Função/Cargo, Entidade.

1. Gostaria de lhe perguntar qual a sua principal ligação à gestão territorial ou de destinos, e ao turismo de natureza e aventura.

#### **TN e Aventura - Potencialidades do território e de desenvolvimento**

2. Na sua opinião, qual o nível de oferta, a relevância e o potencial de desenvolvimento do turismo e particularmente do TN, na ilha do Pico?

3. Considera que a estratégia em termos de planeamento e gestão do TN a nível local e regional tem sido a mais adequada e aferidas às necessidades do território? O que pode ser melhorado?

4. Quais as ações que considera mais relevantes que o destino tem vindo a implementar para promover o desenvolvimento turístico responsável, particularmente no que se refere ao turismo na natureza, na ilha do Pico?

5. Considera que a crescente procura turística pode ser uma ameaça ao desenvolvimento responsável do setor? Se sim qual a importância em implementar um modelo de gestão territorial e turístico que tenha em conta a capacidade de carga?

6. Existem outras ações para promover uma maior sustentabilidade da atividade turística, que considera mais relevantes ou prioritárias, em alternativa à implementação de limites associados à capacidade de carga?

#### **Atividades de TN – A subida à montanha e a observação de cetáceos**

7. Em atividades como a subida à montanha e a observação de cetáceos, qual a situação atual da oferta e da gestão destas atividades e o que acha que pode ser melhorado?

8. Na sua opinião, qual a relevância de serem estabelecidas e implementadas limitações de capacidade de carga turísticas nestas atividades em específico? Justifique a sua resposta e caso concorde com o estabelecimento dessas limitações, indique quais os modelos, ou medidas que deviam ser implementadas.

**Continuação da entrevista apenas para guias, empresas marítimo-turísticas, geólogo(s)**

9. No enquadramento das atividades prestadas, existe a preocupação em promover a sensibilização ambiental e prestar informações das regras de conduta a seguir pelos visitantes? Se tal acontece, em que moldes isso é feito?

10. Como avalia o controlo efetuado pelas autoridades ao cumprimento das regras de acesso à montanha do Pico/observação de cetáceos e que outras medidas, no seu entender, poderiam ser implementadas para melhorar a regularização e eficiência do sector?

**Para todos pergunta final**

11. Gostaria de apresentar outro(s) comentário(s) no âmbito desta entrevista?

## **Interview**

### **Script 1 - Efficient use of the main natural and tourist resources in relation to their carrying capacity - study case: Pico island.**

#### **Group 0 - Presentation:**

This interview is part of the thesis in Strategic Management of Touristic Destinations, at Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, and aims to listen to the opinion of the various stakeholders with direct intervention in the offer or management of tourism in nature in Pico Island or the Azores, in general.

I would like to thank you for your availability for this interview. If I may request permission to transcribe the interview, I will use it for the master's thesis on the efficient use of the main natural and tourist resources of Pico Island.

Identification of the interviewee: Name, Function / Title, Entity.

1. I would like to ask you what your main connection is with territorial management or destinations, and with nature and adventure tourism.

#### **Nature and adventure tourism - territorial and development capacities**

2. In your opinion, what is the level of supply, relevance and capacity of development of tourism and, in particular, of nature and adventure tourism in the island of Pico?

3. Do you consider that the strategy for nature tourism planning and management at local and regional level has been the most appropriate and tailored to the needs of the territory? What can be improved?

4. What actions do you consider the most relevant that the destination has been implementing to promote responsible tourism development, particularly with regard to tourism in nature, on the island of Pico?

5. Do you consider that increasing tourist demand can be a threat to the responsible development of the sector? If so, what is the importance of implementing a model of territorial and tourist management that takes into account the carrying capacity?

6. Are there other actions to promote greater sustainability of the tourist activity which you consider more relevant, as an alternative to the implementation of limits associated with the carrying capacity?

**Nature tourism activities - Climbing Pico mountain and observing cetaceans**

7. In activities such as mountain climbing and cetacean observation, what is the current state of supply and management of these activities and what do you think can be improved?

8. In your opinion, what is the relevance of establishing and implementing limitations of tourist load capacity in these specific activities? Justify your answer and, if you agree with the establishment of these limitations, indicate models or measures that should be implemented.

**Continuation of the interview only for guides, maritime-tourist companies and biologist(s)**

9. In the framework of the activities provided, is there a concern to promote environmental awareness and provide information on the rules of conduct to be followed by visitors? If so, in what ways is this done?

10. How do you assess the monitoring by the authorities with the Pico Mountain / Cetacean Observation rules and what other measures could be implemented to improve the regularization and efficiency of the sector?

**Final question for all**

11. Would you like to submit another comment (s) in this interview?